



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 021 TERÇA-FEIRA, 03 DE MARÇO DE 2015



BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Gladson Cameli - (PP-AC)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Vicentinho Alves - (PR-TO)	1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º SECRETÁRIO Zeze Perrella - (PDT-MG)	2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
	3º Elmano Férrer (PTB-PI)
	4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22 Líder do PMDB - 18 Líder do PSD - 4 Omar Aziz (11) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 20 Líder Humberto Costa - PT (21,27) Líder do PT - 14 Humberto Costa (21,27) Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (10) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (9)	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16 Líder Alvaro Dias - PSDB (22) Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (15) Vice-Líder do PSDB Paulo Bauer (23) Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (3)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9 Líder Lídice da Mata - PSB (19,29) Vice-Líderes José Medeiros (13,17,25) Vanessa Grazziotin (20,26) Randolfe Rodrigues (24,28) Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,16) Líder do PPS - 1 José Medeiros (13,17,25) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,28) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (20,26)	Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9 Líder Fernando Collor - PTB (7,8) Vice-Líderes Blairo Maggi (6) Eduardo Amorim (5) Marcelo Crivella (2,4) Líder do PTB - 3 Fernando Collor (7,8) Líder do PR - 4 Blairo Maggi (6) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (5) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,4)	PP - 5 Líder Benedito de Lira - PP (14,18)

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
---	--

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, Inciso XXXI, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS

1.1 – EMENDA CONSTITUCIONAL

Nº 85/2015 (REPÚBLICAÇÃO) 5

2 – ATA DA 20ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 2 DE MARÇO DE 2015

2.1 – ABERTURA

2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE 9

2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação

2.2.1.1 – Substitutivo recebido da Câmara dos Deputados

Substitutivo da Câmara nº 1/2015 ao Projeto de Lei do Senado nº 70/2007 (nº 2.447/2007 daquela Casa), de autoria do Senador Inácio Arruda, que *institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e dá outras providências* 9

2.2.1.2 – Comunicação

Da Liderança do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 663/2014 (**Ofício nº 13/2015**). *Será feita a substituição solicitada* 24

2.2.1.3 – Ofícios de empresas jornalísticas e de radiodifusão

Nº S/11/2015, da Editora Jornalística Alberto Ltda, de alteração de controle societário ocorrida na referida empresa jornalística 24

Nº S/12/2015, da Editora Jornal de Londrina S/A, de alteração de controle societário ocorrida na referida empresa jornalística 27

Nº S/13/2015, da Editora Gazeta do Povo S/A, de alteração de controle societário ocorrida na referida empresa jornalística 29

Nº S/14/2015, da Empresa Diário da Tarde Ltda, de alteração de controle societário ocorrida na referida empresa jornalística 30

Nº S/15/2015, da Editora O Estado do Paraná S/A, de alteração de controle societário ocorrida na referida empresa jornalística 31

2.2.2 – Comunicações

Da Senadora Ana Amélia, de aposição de assinatura de S. Exª aos Requerimentos nºs 93 e 94/2015 (**Ofícios nºs 243 e 245/2015**) 34

2.2.3 – Oradores

SENADOR TELMÁRIO MOTA – Apelo ao Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, no sentido da punição de agentes envolvidos na “Operação Lava Jato”; e outro assunto 35

SENADOR LUIZ HENRIQUE – Elogios à Penitenciária Industrial de Joinville como um modelo a ser implantado em todo o País 37

SENADOR ACIR GURGACZ, como Líder – Satisfação pelo pagamento de indenização aos soldados da borra-chá; e outros assuntos 39

2.2.4 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão do Congresso Nacional para amanhã, às 19 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à leitura de expedientes e à apreciação de Projetos de Resolução e de Lei do Congresso Nacional e Vetos Presidenciais 43

2.2.5 – Oradores (continuação)

SENADOR PAULO PAIM – Expectativa com o estabelecimento de acordo entre os caminhoneiros em greve e o Governo, em reunião agendada para o próximo dia 10; e outro assunto 43

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Críticas à política econômica adotada pelo Governo Federal 50

SENADOR JOSÉ MEDEIROS, como Líder – Registro de reunião com a participação de S. Exª que visa resolver problemas de infraestrutura no Estado do Mato Grosso 52

SENADOR FERNANDO COLLOR – Defesa da realização de uma ampla reforma política no País 53

SENADOR LINDBERGH FARIA – Defesa da adoção de medidas para retomada do crescimento econômico do País 89

SENADOR HÉLIO JOSÉ – Considerações sobre emendas orçamentárias de autoria de S. Ex ^a destinando recursos para a saúde e a educação no Distrito Federal.....	93
SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Comentários sobre as relações históricas entre Brasil e França, em especial com o departamento da Guiana Francesa; e outro assunto.....	96
2.3 – ENCERRAMENTO.....	99
3 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO	
3.1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
3.1.1 – Resenha dos trabalhos legislativos de 1º a 28 de fevereiro de 2015	
<u>SENADO FEDERAL</u>	
4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
Por Unidade da Federação	100
Bancadas dos Partidos.....	101
Por ordem alfabética	102
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	103
6 – LIDERANÇAS	104
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	105
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	108
CAS – Comissão de Assuntos Sociais.....	111
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	112
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte.....	114
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	117
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	119
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.....	121
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura.....	124
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	127
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	129
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	131
CSF – Comissão Senado do Futuro.....	132
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993).....	133
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993)	134
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995)	135
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013).....	135
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005).....	135
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001).....	136
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009).....	137
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)	138
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010)	140
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012).....	141
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013).....	142
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013)	143
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
10 – COMISSÕES MISTAS	
CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	144
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	150
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	150
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	151
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)	152
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	152
11 – CONSELHOS E ÓRGÃO	
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	153
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	154
Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro (Resolução nº 2/1999)	155

EMENDA CONSTITUCIONAL N° 85(*)

Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 23.

.....

V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;

.....” (NR)

“Art. 24.

.....

IX – educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

.....” (NR)

“Art. 167.

.....

§ 5º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra

poderão ser admitidos, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa prevista no inciso VI deste artigo.” (NR)

“Art. 200.

.....
V – incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação;

.....” (NR)

“Art. 213.

.....
§ 2º As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público.” (NR)

“CAPÍTULO IV DA CIÉNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO”

“Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.

.....
§ 1º A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

.....
§ 3º O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

.....
§ 6º O Estado, na execução das atividades previstas no **caput**, estimulará a articulação entre entes, tanto públicos quanto privados, nas diversas esferas de governo.

.....
§ 7º O Estado promoverá e incentivará a atuação no exterior das instituições públicas de ciência, tecnologia e

inovação, com vistas à execução das atividades previstas no **caput.**" (NR)

"Art. 219.

Parágrafo único. O Estado estimulará a formação e o fortalecimento da inovação nas empresas, bem como nos demais entes, públicos ou privados, a constituição e a manutenção de parques e polos tecnológicos e de demais ambientes promotores da inovação, a atuação dos inventores independentes e a criação, absorção, difusão e transferência de tecnologia." (NR)

Art. 2º O Capítulo IV do Título VIII da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 219-A e 219-B:

"Art. 219-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e com entidades privadas, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, para a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, mediante contrapartida financeira ou não financeira assumida pelo ente beneficiário, na forma da lei."

"Art. 219-B. O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação será organizado em regime de colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.

§ 1º Lei federal disporá sobre as normas gerais do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios legislarão concorrentemente sobre suas peculiaridades."

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 26 de fevereiro de 2015.

Mesa da Câmara dos Deputados

Deputado Eduardo Cunha
Presidente

Deputado Waldir Maranhão
1º Vice-Presidente

Deputado Giacobo
2º Vice-Presidente

Deputado Beto Mansur
1º Secretário

Deputado Felipe Bornier
2º Secretário

Deputada Mara Gabrilli
3ª Secretária

Deputado Alex Canziani
4º Secretário

Mesa do Senado Federal

Senador Renan Calheiros
Presidente

Senador Jorge Viana
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves
1º Secretário

Senador Zeze Perrella
2º Secretário

Senador Gladson Cameli
3º Secretário

Senadora Ângela Portela
4ª Secretária

(*) Republicada por ter sido constatada inexatidão material na publicação do Diário Oficial da União, Seção 1, pág. 4, de 27 fevereiro de 2015.

Ata da 20ª Sessão, Não Deliberativa, em 2 de março de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jorge Viana, Elmano Férrer, Paulo Paim, Telmário Mota e Hélio José.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 9 minutos e encerra-se às 18 horas e 12 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa e que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

SUBSTITUTIVO RECEBIDO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA Nº 1, DE 2015, AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2007 (Nº 2.447/2007, naquela Casa)

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos; prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos; e prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, entende-se por:

I - desertificação: a degradação da terra, nas zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas, resultantes de vários fatores e vetores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas;

II - fatores de desertificação: condições naturais originais que tornam os ambientes mais frágeis susceptíveis a diversos processos de degradação;

III - vetores de desertificação: forças que atuam sobre o ambiente e a sociedade, incluindo interferências humanas diretas e desastres naturais cuja ocorrência seja agravada pela ação antrópica;

IV - processos de desertificação: conjuntos sequenciais, complexos, variados e particularizados de fatores e vetores causais concorrentes, que levam à degradação ambiental e socioambiental;

V - degradação da terra: a redução ou perda, nas zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas, da biodiversidade, da produtividade biológica e da complexidade das terras agrícolas, devida aos sistemas de utilização da terra e de ocupação do território;

VI - combate à desertificação: conjunto de atividades da recuperação ambiental e socioambiental com o uso sustentável dos recursos naturais nas zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas, com vistas ao desenvolvimento equilibrado;

VII - zonas afetadas por desertificação: todas as áreas afetadas ou vulneráveis à desertificação situadas em zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas, nas quais a razão entre a precipitação anual e evapotranspiração potencial anual está compreendida entre 0,05 (cinco centésimos) e 0,65 (sessenta e cinco centésimos), considerada uma série histórica de 30 (trinta) anos;

VIII - áreas susceptíveis à desertificação: territórios vulneráveis ao processo de desertificação e seu entorno;

IX - mitigação dos efeitos da seca; atividades relacionadas com a previsão da seca e adaptação dirigidas à redução da vulnerabilidade ambiental e socioambiental;

X - seca: fenômeno que ocorre naturalmente quando a precipitação registrada é significativamente inferior aos valores normais, provocando um sério desequilíbrio hídrico que afeta negativamente os sistemas de produção e de consumo;

XI - adaptação: iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade, atual e esperada, dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos da seca e aos processos de desertificação e de degradação da terra;

XII - arenização: processo de degradação resultante da sobre-exploração dos recursos naturais, principalmente do pastoreio excessivo e da agricultura mecanizada, em áreas de solo arenoso e sujeitos à erosão hídrica e eólica.

Art. 3º A Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca tem por objetivos:

I - prevenir e combater a desertificação e recuperar as áreas em processo de degradação da terra em todo o território nacional;

II - prevenir, adaptar e mitigar os efeitos da seca em todo o território nacional;

III - instituir mecanismos de proteção, preservação, conservação e recuperação dos recursos naturais;

IV - integrar socioambientalmente de forma sustentável a produção e o uso dos recursos hídricos, a produção e o uso da infraestrutura de captação, de armazenamento e de condução hídrica com as ações de

prevenção, adaptação e de combate à desertificação e à degradação da terra;

V - estimular as pesquisas científicas e as tecnológicas;

VI - promover mecanismos de fomento para pesquisas e a ampliação do conhecimento sobre o processo de desertificação e a ocorrência de secas no Brasil, bem como sobre a recuperação de áreas degradadas;

VII - promover a segurança ambiental, alimentar, hídrica e energética nas áreas susceptíveis à desertificação;

VIII - promover a educação socioambiental dos atores sociais envolvidos na temática do combate à desertificação;

IX - coordenar e promover ações interinstitucionais com a parceria das organizações da sociedade civil no âmbito temático;

X - fomentar a sustentabilidade ambiental da produção, incluindo ecoagricultura, silvicultura e sistemas agroflorestais, com a diversificação e o beneficiamento da produção na origem;

XI - melhorar as condições de vida das populações afetadas pelos processos de desertificação e pela ocorrência de secas;

XII - apoiar e fomentar o desenvolvimento socioambientalmente sustentável nas áreas susceptíveis à desertificação;

XIII - apoiar sistemas de irrigação socioambientalmente sustentáveis em áreas que sejam aptas

para a atividade, levando em consideração os processos de salinização, alcalinização e degradação do solo;

XIV - promover infraestruturas de captação, armazenagem e condução hídrica, a agricultura irrigada e a prática de uso eficiente e reúso da água na modalidade agrícola e florestal nas áreas susceptíveis à desertificação.

Art. 4º A Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca deverá obedecer aos seguintes princípios:

I - gestão integrada e participativa dos entes federados e das comunidades situadas em áreas susceptíveis à desertificação no processo de elaboração e de implantação das ações de combate à desertificação e à degradação da terra;

II - democratização do conhecimento acerca da temática do combate à desertificação, em especial quanto ao acesso aos recursos naturais;

III - incorporação e valorização dos conhecimentos tradicionais sobre o manejo e o uso sustentáveis dos recursos naturais;

IV - articulação e harmonização com políticas públicas tematicamente afins aos propósitos do combate à desertificação, em especial aquelas dedicadas à erradicação da miséria, à reforma agrária, à promoção da conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais;

V - promoção da sinergia e da harmonização entre a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima.

Art. 5º Cumpre ao poder público:

I - mapear e diagnosticar o estado dos processos de desertificação e degradação ambiental;

II - definir plano de contingência para mitigação e adaptação aos efeitos das secas, em todo o território nacional, e de combate à desertificação, nas áreas susceptíveis à desertificação;

III - estabelecer sistema integrado de informações de alerta precoce para a ocorrência de secas, perda da cobertura vegetal, degradação da terra e desertificação;

IV - estimular a criação de centros de pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias de combate à desertificação e de promoção das atividades econômicas essenciais das regiões afetadas;

V - promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e o fomento às boas práticas sustentáveis adaptadas às condições ecológicas locais, como na ecoagricultura, no manejo silvipastoril, na agropecuária de baixo carbono, na produção sustentável de carvão vegetal e no manejo extrativista de produtos não madeireiros;

VI - capacitar os técnicos em extensão rural para a promoção de boas práticas de combate à desertificação e à degradação da terra, estimulando a convivência harmoniosa e equilibrada com a aridez, especialmente em sistemas de produção familiar;

VII - promover a instalação de sistemas de captação e uso da água da chuva em cisternas e barragens superficiais e subterrâneas, bem como de poços artesianos onde houver viabilidade ambiental, entre outras tecnologias adequadas

para o abastecimento doméstico e a promoção da pequena produção familiar e comunitária, visando à segurança hídrica e alimentar;

VIII - promover a implantação de sistemas de parques e jardins botânicos, etnobotânicos, hortos florestais, herbários educativos e bancos de sementes crioulas, particularmente para a conservação de espécies e variedades tradicionais da agrobiodiversidade brasileira, adaptadas à aridez e aos solos locais;

IX - promover igualmente a implantação de sistemas de parques e jardins zoológicos e zoobotânicos, assim como de centros de conservação e recria de animais de raças tradicionais brasileiras, adaptadas à aridez e aos solos locais;

X - estimular a constituição de agroindústrias e unidades de beneficiamento artesanais e familiares com base na sustentabilidade ecológica, a partir da produção regional e do extrativismo sustentável, e nas tradições culturais locais;

XI - implantar tecnologias de uso eficiente da água e de seu reúso na produção enviveirada de mudas para revegetação e reflorestamento, em zonas urbanas e rurais;

XII - fazer o levantamento do real potencial para irrigação nas áreas susceptíveis à desertificação, levando em conta os custos sistêmicos e os potenciais passivos ambientais;

XIII - mapear e diagnosticar as áreas sujeitas à salinização e à alcalinização dos solos;

XIV - fomentar a recuperação de solos salinizados e alcalinizados;

XV - promover a agricultura familiar, em bases ambientalmente sustentáveis;

XVI - difundir aos proprietários, trabalhadores e demais moradores da região informações relativas aos potenciais riscos da irrigação mal planejada nas áreas em questão;

XVII - buscar e estimular a cooperação cultural, científica e tecnológica no âmbito da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.

Art. 6º São instrumentos da Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, particularmente os resultantes do cumprimento do art. 4º desta Lei e:

I - o Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, alinhado às diretrizes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - UNCCD;

II - os Planos de Ação Estaduais de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca;

III - o Relatório Anual de Implementação da UNCCD no Brasil, contendo:

a) a avaliação e o monitoramento do Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca;

b) o estado das zonas afetadas;

c) o estado, a qualidade de vida e as condições socioeconômicas da população afetada;

d) o estado da arte dos planos, programas, objetivos, iniciativas, projetos e ações em andamento nas zonas afetadas;

IV - os planos, programas, objetivos, iniciativas, projetos e ações voltados à recuperação das áreas degradadas;

V - os planos de manejo florestal sustentável;

VI - o Sistema de Alerta Precoce de Seca e Desertificação;

VII - o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE;

VIII - a criação de unidades de conservação;

IX - os Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento.

Art. 7º O Poder Executivo poderá criar a Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD, órgão colegiado da estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente, de natureza deliberativa e consultiva, tendo a finalidade de:

I - deliberar sobre a implementação da Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, em articulação com as demais políticas setoriais, programas, projetos e atividades governamentais sobre o combate à desertificação e à degradação da terra e a mitigação dos efeitos da seca;

II - promover a articulação da Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca com o planejamento em âmbito nacional, regional, estadual e municipal;

III - orientar, acompanhar e avaliar a implementação dos compromissos assumidos pelo Brasil com a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca;

IV - deliberar sobre as propostas advindas dos comitês e grupos de trabalho criados no âmbito da CNCD;

V - estabelecer estratégias de ações de governo para o combate à desertificação e à degradação da terra e a mitigação dos efeitos da seca, com vistas ao desenvolvimento sustentável em todo o território nacional;

VI - promover a construção de pactos para o combate à desertificação e à degradação da terra e a mitigação dos efeitos da seca.

Art. 8º Compete à CNCD:

I - acompanhar e avaliar a gestão do combate à desertificação, da recuperação de áreas degradadas e da mitigação dos efeitos da seca mediante a abordagem integrada dos aspectos físicos, biológicos, socioeconômicos e culturais;

II - promover a integração das estratégias de erradicação da pobreza nos esforços de combate à desertificação e à degradação da terra e da mitigação dos efeitos da seca;

III - propor ações estratégicas para o combate à desertificação e à degradação da terra e a mitigação dos efeitos da seca;

IV - acompanhar e avaliar a execução do Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e propor providências necessárias ao

cumprimento de seus objetivos, bem como apresentar propostas para o seu aperfeiçoamento;

V - analisar propostas de alteração da legislação pertinente ao combate à desertificação, à recuperação de áreas degradadas e à mitigação dos efeitos da seca, bem como à Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca;

VI - propor medidas para o cumprimento pelo poder público federal dos princípios e diretrizes para implementação da Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, estimulando a descentralização da execução das ações e assegurando a participação dos setores interessados;

VII - identificar a necessidade e propor a criação ou modificação dos instrumentos necessários à plena execução dos princípios e diretrizes da Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca;

VIII - estimular a cooperação interinstitucional e internacional para a implementação dos princípios e diretrizes da Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e da UNCCD no País;

IX - elaborar e aprovar seu regimento interno.

Art. 9º A CNCD será presidida pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente e terá sua composição e funcionamento fixados no seu regulamento.

Art. 10. Os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos das políticas públicas e programas governamentais deverão compatibilizar-se com os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, instituída por esta Lei.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO ORIGINAL APROVADO PELO SENADO FEDERAL E ENCAMINHADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e dá outras providências:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.

Parágrafo único. Para os fins do disposto nesta Lei, entende-se por:

I – desertificação: degradação da terra resultante de vários fatores, causando perda da capacidade produtiva dos ecossistemas por atividade antrópica ou variações climáticas e empobrecimento do solo;

II – combate à desertificação: atividades que fazem parte do aproveitamento integrado do solo nas áreas susceptíveis à desertificação, em todo o território nacional, inclusive nas regiões de zonas áridas, semi-áridas e subúmidas secas, com vistas ao seu desenvolvimento sustentável;

III – áreas susceptíveis à desertificação (ASD): áreas ameaçadas pelo processo de desertificação, composto pelos núcleos de desertificação, pelas áreas do entorno e por novas áreas sujeitas ou susceptíveis a processos de desertificação;

IV – seca: fenômeno que ocorre naturalmente quando a precipitação registrada é significativamente inferior aos valores normais, provocando sério desequilíbrio que afeta negativamente a produtividade agrícola e os ecossistemas;

V – mitigação dos efeitos da seca: atividades relacionadas com a previsão da seca e dirigidas à redução da vulnerabilidade da sociedade e dos ecossistemas a esse fenômeno no que se refere ao combate à desertificação;

VI – degradação do solo: redução ou perda da produtividade biológica ou econômica do solo devido aos sistemas de utilização da terra, das pastagens naturais, das pastagens semeadas, das florestas, das matas nativas, das terras agrícolas irrigadas ou a uma combinação de processos, tais como atividades antrópicas, erosão, deterioração das propriedades físicas, químicas e biológicas do solo e destruição da vegetação, inclusive nas regiões de zonas áridas, semi-áridas e subúmidas secas.

Art. 2º A Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca tem por objetivos:

I – prevenir e combater a desertificação e recuperar as áreas afetadas, em todo o território nacional;

II – apoiar o desenvolvimento sustentável nas áreas susceptíveis à desertificação, por meio do combate à pobreza e às desigualdades sociais, do estímulo ao uso sustentável dos recursos naturais, da conservação do meio ambiente e do fomento de uma prática agrícola adaptada às condições ecológicas locais em uma abordagem consistente com a Agenda 21;

III – instituir mecanismos de proteção, conservação e recuperação de mananciais, vegetações e solos degradados nas ASD;

IV – integrar a gestão de recursos hídricos com as ações de prevenção e combate à desertificação;

V – estimular o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas voltadas ao aproveitamento sustentável dos recursos locais;

VI – fomentar pesquisas e a ampliação do conhecimento sobre o processo de desertificação e a ocorrência de secas, bem como a recuperação de áreas afetadas ou degradadas;

VII – promover a agricultura familiar e a segurança alimentar nas áreas de risco ou afetadas pela desertificação;

VIII – promover a educação ambiental das comunidades afetadas e dos diferentes setores da população, inclusive gestores, sobre o problema da desertificação e sobre a promoção de tecnologias sociais de convivência com a seca;

IX – fortalecer as instituições públicas e responsáveis pelo combate e prevenção à desertificação;

X – coordenar as organizações da sociedade civil, envolvidas com o combate e prevenção à desertificação;

XI – fomentar os sistemas agroecológicos, bem como a diversificação de produtos destinados ao consumo familiar e ao mercado.

Art. 3º A Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca deverá ser implantada com base nos seguintes princípios:

I – democratização do acesso à terra e à água;

II – participação das comunidades localizadas nas ASD no processo de elaboração e de implantação das ações de combate à desertificação;

III – incorporação do conhecimento tradicional sobre uso sustentável dos recursos locais;

IV – planejamento das ações priorizando a bacia hidrográfica;

V – integração entre ações locais, regionais e nacionais, visando otimizar a aplicação dos recursos financeiros;

VI – cooperação entre todos os níveis de governo, das comunidades, das organizações não-governamentais, dos detentores da terra, a fim de promover o desenvolvimento sustentável local;

VII – articulação com os programas dos diversos ministérios que tenham ações afins com a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-BRASIL), em especial aqueles dedicados à erradicação da pobreza, à reforma agrária e à conservação ambiental;

VIII – harmonização da Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca com a Convenção das Nações Unidas de

Combate à Desertificação (CCD), a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e a Convenção sobre Mudança do Clima.

Art. 4º Cumpre ao Poder Público:

I – diagnosticar o avanço do processo de desertificação e reconhecê-las como ASD e acioná-lo quando necessário;

II – elaborar um plano de contingência para mitigação dos efeitos da seca e da desertificação nas ASD;

III – definir e implementar o Sistema de Alerta Precoce para Seca;

IV – ampliar e alargar os apoios à manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais geradores de externalidades ambientais positivas;

V – estimular o extrativismo sustentável e controlar a superexploração dos produtos florestais, em especial a extração de lenha;

VI – promover a sensibilização, capacitação e a participação das populações locais para combater a desertificação, mitigar os efeitos da seca e para a tomada de decisões;

VII – capacitar os técnicos em extensão rural em sistemas de agricultura familiar e em agricultura ecológica;

VIII – facilitar o acesso aos pequenos produtores a fontes de financiamento e ampliar o crédito subsidiado para implantação e melhoria da infra-estrutura produtiva e de equipamentos;

IX – promover a instalação de sistemas de captação e uso da água da chuva em cisterna e barragens, entre outras tecnologias, para abastecimento doméstico de comunidades difusas;

X – implantar bancos comunitários de sementes de variedades tradicionais adaptadas à instabilidade climática e aos agroecossistemas, abastecidos pelos próprios produtores locais;

XI – promover a troca de saberes entre técnicos extensionistas e agricultores, para disseminação de tecnologias de convivência com o semi-árido;

XII – estimular a constituição de agroindústrias artesanais e familiares em bases sustentáveis;

XIII – implantar programas de educação voltados ao desenvolvimento de práticas agrícolas ambientalmente saudáveis, do associativismo, do cooperativismo e da agricultura orgânica;

XIV – promover o desenvolvimento de agroindústrias baseadas em alimentos ambiental e culturalmente adaptados ao semi-árido;

XV – implantar feiras de produtos agroecológicos de agricultura familiar;

XVI – ampliar as ações de saneamento ambiental nas cidades de pequeno e médio porte, especialmente na zona rural;

XVII – implantar tecnologias de reutilização da água, em zonas urbanas e rurais;

XVIII – criar e implantar unidades de conservação da natureza, de proteção integral e de uso sustentável;

XIX – estimular a manutenção e a recuperação das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, nos termos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal;

XX – reforçar e apoiar o fortalecimento de Sistemas de Prevenção de Incêndios Florestais.

Art. 5º É instrumento da Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca o Sistema de Informações sobre o Combate e Prevenção à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.

Art. 6º No que diz respeito à agricultura irrigada, o Poder Público deverá:

I – promover, nas áreas suscetíveis à desertificação, o levantamento das áreas com potencial irrigável;

II – diagnosticar as áreas sujeitas à salinização e à sodificação dos solos;

III – fomentar a recuperação de solos salinizados e sodificados;

IV – promover a agricultura familiar nos perímetros irrigados de projetos governamentais;

V – difundir tecnologias poupadoras de água e controlar o desperdício de água nas áreas irrigadas;

VI – promover, nas áreas susceptíveis de salinização, o uso de sistemas eficientes de drenagem.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2007.

Senador Tião Viana
Presidente do Senado Federal
Interino

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

COMUNICAÇÃO

GLBSD-Of. nº 13/2015

Brasília, 2 de março de 2015

Assunto: Substituição de membro para Comissão Mista

Senhor Presidente,

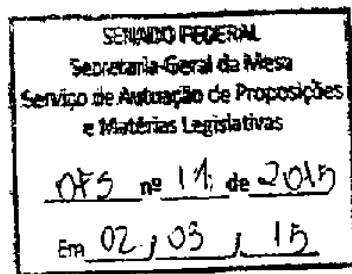
Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência a substituição do Senador João Capiberibe, membro titular da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 663, de 2014, pelo Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE).

Respeitosamente, – Senadora **Lídice da Mata**, Líder do Bloco Socialismo e Democracia.

OFÍCIOS DE EMPRESAS JORNALÍSTICAS E DE RADIODIFUSÃO

OFÍCIO “S” Nº 11, DE 2015

A sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF



EDITORA JORNALÍSTICA ALBERTO LTDA pessoa jurídica inscrita no C.N.P.J sob o nº 05.844.447/0001-60, com endereço à Rua Visconde de Itaboraí, 184 – 7º andar – CEP: 24035-900 - Centro, no Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, vem, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, que regulamenta o art. 222 da Constituição Federal, apresentar e declarar, para os devidos fins, a composição de seu capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos titulares, direta ou indiretamente, de pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante, conforme abaixo discriminado:

QUADRO SOCIETÁRIO			
SÓCIOS	QUOTAS	R\$	%
ALEXANDRE TORRES AMORA	900.000s	900.000,00	90
RAFAELA KRAICHETE UCHÔA TORRES AMORA	50.000	50.000,00	5
VICTOR KRAICHETE UCHÔA TORRES AMORA	50.000	50.000,00	5
TOTAL	1.000.000	1.000.000,00	100

Niterói, 27 de janeiro de 2015.

Rafaela K.U.Torres Amora

Rafaela Kraichete Uchôa Torres Amora

EDITORAS JORNALÍSTICA ALBERTO LTDA

À
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



A EDITORA JORNALÍSTICA ALBERTO LTDA., firma inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.844.447/0001-60, com endereço na Rua Visconde de Itaboraí, 184, 7º andar, Centro, Niterói/RJ, por sua Diretora Presidente, Rafaela Kraichete Uchôa Torres Amora e por seu Diretor Vice-Presidente, Victor Kraichete Uchôa Torres Amora, em cumprimento ao artigo 9º da Lei nº 5.250/67 e artigo 4º da Lei nº 10.610/02, vem respeitosamente, solicitar sua atualização cadastral, informando o que se segue:

1 – Título do Jornal: **"O FLUMINENSE"**

2 – Sede da Redação: Rua Visconde de Itaboraí nº 184, Niterói – RJ

3 – Administração: Diretora Presidente: Rafaela Kraichete Uchôa Torres Amora
Diretor Vice-Presidente: Victor Kraichete Uchôa Torres Amora

4 – Oficinas Impressoras: Terceirizada.

5 – Redator Responsável: Liliane Maria Gonçalves Souza, brasileira, divorciada, jornalista, portadora da Carteira de Identidade nº 07850498-4 - Detran, inscrita no CPF sob o nº 960065367-49, residente e domiciliado, na Rua Dr. Mário Viana, 489/201 – Santa Rosa – Niterói/RJ.

6 – Proprietário do Jornal: **"EDITORAS JORNALÍSTICA ALBERTO LTDA"**, acima qualificada, com seus acionistas adiante qualificados, a saber:

Rua Visconde de Itaboraí, 184 - Centro - Niterói

02/03/2014

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EDITORA JORNALÍSTICA ALBERTO LTDA
Nire: 33209305999
Protocolo: 002014375994 - 03/11/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/11/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: A865E05D19F686627F5907C8533C4BAFB86381D6FC8604F3E497A7935A0BF54BF
Arquivamento: 00002694050 - 07/11/2014

Renardo F.S. Bonwenger
Renardo F.S. Bonwenger
Secretário Geral

EDITORIA JORNALÍSTICA ALBERTO LTDA

Rafaela Krauchete Uchôa Torres Amora, brasileira, solteira, jornalista, portadora do documento de identidade nº 24663017-2 Detran/RJ, CPF/MF nº 142.229.987-29, com domicílio na Rua Madre Maria Victória, nº 90 - salas 304 a 305, Charitas, Viterói-RJ.

► Percentual de participação no Capital Social é de 5%, equivalente a R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais);

Victor Krachiste Uchôa Torres Antora, brasileiro, solteiro, jornalista, portador do documento de identidade nº 26861108-4 Detran/RJ, CPF/MF nº 159.515.427-23, com domicílio na Rua Madre Maria Victoria, nº 90 - salas 304 e 305, Charitas, Niterói-RJ.

► Percentual de participação no Capital Social é de 5%, equivalente a R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais); e

Alexandre Torres Amora, brasileiro, casado, jornalista, portador do documento de identidade nº 05.478.095-2 IFFPI/RJ, CPF/MF nº /51.026.967-00, com domicílio na Rua Madre Maria Victória, nº 90 – salas 304 e 305, Cháritas, Niterói-RJ.

► Percentual de participação no Capital Social é de 90%, equivalente a R\$ 900.000,00 (Novecentos mil reais).

Tempos em que,

Peda Defenimento.

Niterói, 01 de novembro de 2014.

Andrade, R. V. Forest Survey

Rafaela Krauchete Uchôa Torres Azorin

Diretora Presidente

Victor K. J. T. Amora
Victor Kraichete Uchida Torres Amora
Pintor Mural, Pintor de Arte

Rua Visconde de Itaboraí, 184 - Centro - Niterói

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Emergency: 911

BRASIL EDITORA CIENTÍFICA

Protocolo: 0020143755994 - 03/11/2014

Autenticação: A865E05D19F866627F590

Arquivamento: 09002994050 - 07/11/2014

RECORDED: 05-25-2002 07:11 AM

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

OFÍCIO “S”

Nº 12, DE 2015

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL
BRASÍLIA - DF**

A EDITORA JORNAL DE LONDRINA S.A., sediada na cidade de Londrina, Paraná, na Av. Tiradentes, nº 1370, inscrita no CNPJ sob o nº 79.347.001/0001-67, neste ato representada por sua Diretora Vice-Presidente, **Ana Amélia Cunha Pereira Filizola**, brasileira, casada, jornalista, portadora da C.I/R.G nº 3.164.251-5 SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob o nº 768.192.999-15, vem, em atenção ao artigo 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, apresentar e declarar, para os devidos fins, a composição de seu capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos titulares, direta ou indiretamente, de pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante, conforme abaixo discriminado:

ACIONISTAS	Nº DE AÇÕES	PERCENTUAL
Convergência Participações S.A.	241.180.637	6,09647669%
CPL Administração e Participação Ltda.	872.366.000	22,05135142%
FCP Participações Ltda.	2.841.281.558	71,82088493%
Ezaro Medina Fabian	671.061	0,01696284%
Wilson Rodrigues Moreira	169.189	0,00427670%
Gráfica Ipê Ltda.	107.136	0,00270814%
Vamberto Valderez Mafia	79.422	0,00200760%
José Duarte Mafia	59.034	0,00149224%
Alceu Antônio Vezozzo	37.607	0,00095062%
Edison Mazzei Ponti	30.336	0,00076682%
Kouchi Yui	15.594	0,00039418%
Oscar Alberto Bordim	15.229	0,00038495%
Rafael Lamastra Junior	8.174	0,00020662%
Manoel Alves Nunes	7.994	0,00020207%
Luiz Carlos Moro Pires	7.871	0,00019896%
Octaviano Rodrigues Moreira Junior	6.036	0,00015258%
Antonio Carlos Carrargo	5.515	0,00013941%
Antonio Nadir Bigatti	3.816	0,00009646%

Mauro Vieira de Siqueira	3.452	0,00008726%
Délio Nunes César	1.940	0,00004904%
Luiz Ogido	1.771	0,00004477%
Leonardo Henrique dos Santos	1.698	0,00004292%
Wagner Luiz Ricieri	1.270	0,00003210%
Márcio Américo Strini	1.255	0,00003172%
Waldimir José Mendes	922	0,00002331%
Aiceu Malucelli Júnior	809	0,00002045%
Ulisses Malucelli	602	0,00001522%
TOTAL	3.956.065.928	100%

CAPITAL SOCIAL: R\$ 810.887,42

De Londrina para Curitiba, 05 de dezembro de 2014.



EDITORIA JORNAL DE LONDRINA S.A.

Ana Amélia Cunha Pereira Filizola
Diretora Vice-Presidente

T. TABELIAO - JR. ANGEL VOLPI NETO
R. Mal. Deodoro, 230, centro F:3094-7700
CURITIBA - PARANA

Reconheço e dou fé por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
[REZORMA] - ANA AMELIA CUNHA PEREIRA,.... FILIZOLA,.....
Nº: Mibcc . 95173 . M70k - F350A . b473
SELO DIGITAL: WWW.FWAPEN.COM.BR

Em testemunha da verdade
Curitiba, 18 de dezembro de 2014

202-SANTO ALMEIDA PALHANO
ESCREVENTE
SINAL PÚBLICO EM WWW.CENSEC.ORG.BR

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

OFÍCIO “S”

Nº 13, DE 2015

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL
BRASÍLIA - DF**

A **EDITORA GAZETA DO POVO S.A.**, pessoa jurídica de direito privado com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Monsenhor Celso, nº. 361, Cep 80.010-150, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 76.530.047/0001-29, neste ato representada por sua Diretora Vice-Presidente, **Ana Amélia Cunha Pereira Filizola**, brasileira, casada, jornalista, portadora da C.I/R.G nº 3.164.251-5 SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob o nº 768.192.999-15, vem, em atenção ao artigo 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, apresentar e declarar, para os devidos fins, a composição de seu capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos titulares, direta ou indiretamente, de pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante, conforme abaixo discriminado:

ACIONISTA	Nº DE AÇÕES	PERCENTUAL %
FCP Participações Ltda.	5.926.147.085	100
TOTAL	5.926.147.085	100

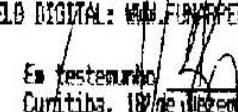
CAPITAL SOCIAL: R\$ 1.501.000,00

Curitiba, 05 de dezembro de 2014.

7º TABELEIAO
 
EDITORIA GAZETA DO POVO S.A.
 Ana Amélia Cunha Pereira Filizola
 Diretora Vice-Presidente

7º TABELEIAO - IR. ANGELO VOLPI NETO
 R. Mal. Deodoro, 230, centro F:3094-7700
 CURITIBA - PARANA

Reconheço e dou fé por SEMELHANCA a(s) firma(s) de:
 [LReZ0rm9]-ANA AMÉLIA CUNHA PEREIRA.....
 FILIZOLA.....
 N°: Libcc_9957A - Hdrbr - Filizola - tw79
 SELO DIGITAL: WWW.FUNARPPEN.COM.BR

Em testemunha  da verdade
 Curitiba, 10 de dezembro de 2014

202-SANDY ALLINE PALHANO
 ESCRIVENTE
 SINAL PÚBLICO EM WWW.DENSEC.ORG.BR

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

**OFÍCIO “S”
Nº 14, DE 2015**

EMPRESA DIÁRIO DA TARDE LTDA.

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL -
BRASÍLIA/DF**

A **EMPRESA DIÁRIO DA TARDE LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, Praça Carlos Gomes, nº 04, Cep 80.010-140, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 76.530.021/0001-80, neste ato representada por sua Diretora Presidente, **Ana Amélia Cunha Pereira Filizola**, brasileira, casada, jornalista, portadora da C.I/R.G nº 3.164.251-5 SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob o nº 768.192.999-15, vem, em atenção ao artigo 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, apresentar e declarar, para os devidos fins, a composição de seu capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos titulares, direta ou indiretamente, de pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante, conforme abaixo discriminado:

<u>COTISTAS</u>	<u>COTAS</u>	<u>VALOR R\$</u>
FCP Participações Ltda.	58.105	58.105,00
CPL Administração e Participação Ltda.	56	56,00
TOTAL	58.161	58.161,00

Curitiba, 05 de dezembro de 2014.

EMPRESA DIÁRIO DA TARDE LTDA.
Ana Amélia Cunha Pereira Filizola
Diretora Presidente

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

OFÍCIO “S”

Nº 15, DE 2015

EDITORAS O ESTADO DO PARANÁ S.A.

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL -
BRASÍLIA - DF**

EDITORAS O ESTADO DO PARANÁ S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.568.708/0001-05, empresa jornalística com sede e foro em Curitiba, Paraná, na Rua José Loureiro, nº 282, Centro, CEP 80010-000, neste ato representada por sua Diretora Presidente, **Ana Amélia Cunha Pereira Filizola**, brasileira, casada, jornalista, portadora da C.I/R.G nº 3.164.251-5 SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob o nº 768.192.999-15, vem, em atenção ao artigo 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, apresentar e declarar, para os devidos fins, a composição de seu capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos titulares, direta ou indiretamente, de pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante, conforme abaixo discriminado:

ACIONISTAS	Nº DE AÇÕES	PERCENTUAL
FCP Participações Ltda.	500.645.735	99,99851514%
Adolfo de Oliveira Franco	236	0,00004714%
Airton José Coradassi	497	0,00009927%
Alberto Hygino de Miranda	4	0,00000080%
Amaury Schimelfend Ramos	375	0,00007490%
Antonio Ayres de Aguirra	106	0,00002117%
Antonio Braga Cavalcanti	11	0,00000220%
Antonio de Oliveira Mattos	62	0,00001238%
Antonio Furtado	22	0,00000439%
Antonio Johnson	11	0,00000220%
Antonio José Portes	11	0,00000220%
Antonio Quintilho Zappeline	21	0,00000419%
Antonio Rimigio Paulucci	29	0,00000579%
Antonio Shrega	7	0,00000140%
Antonio Silva Sobrinho	22	0,00000439%
Aparecida Hikishima	11	0,00000220%
Aristides Adam	11	0,00000220%
Avelino Antonio Colla	11	0,00000220%

EDITORAS E ESTADOS DO PARANÁ S.A.

Avelino Francisco Denardi	32	0,00000639%
Bernardo Pericas Duran	11	0,00000220%
Bortholo Pellanda Netto	449	0,00008968%
Bráulio Barbosa Ferraz	17	0,00000340%
Camilo Stelfeld	2	0,000000040%
Carlos Vanhoni	57	0,00001139%
Chosi Misato	11	0,00000220%
Clecio Zenni	6	0,00000120%
Conrado Pavelski	27	0,00000539%
Dante Calmon de Araújo Goes	103	0,00002057%
Domingos Forte	797	0,00015919%
Donatila de Castro Santos	6	0,00000120%
Eduardo Mota Pirotelli	11	0,00000220%
Elgi Kashima	21	0,00000419%
Eleonora Hilda Seidel	6	0,00000120%
Elias Avais Netto	11	0,00000220%
Ellisírio Francisco Boeira	2	0,00000010%
Erasto Gaertner (Viúva)	68	0,00001358%
Faruk El Khatib	6	0,00000120%
Fausto Luiz Abry	6	0,00000120%
Floresmundo Alberto	12	0,00000240%
Francisco Cascardo	21	0,00000419%
Francisco de Paulo Soares Netto	35	0,00000699%
Francisco Meira Martins	53	0,00001059%
Francisco Miguel Arrabal	6	0,00000120%
Francisco Ribeiro Pinto	6	0,00000120%
Fancisco Leonardo de Campos	6	0,00000120%
Fuad Abu Jamra	22	0,00000439%
Fumyia Igarashi	43	0,00000859%
Giles Santiago	64	0,00001278%
Hans Braun	21	0,00000419%
Hilda Silva Furtado	32	0,00000639%
João Rodrigues	35	0,00000699%
João Rodrigues de Almeida	8	0,00000160%
João Vargas de Oliveira	20	0,00000399%
Jorge Ernesto Rinaldi	21	0,00000419%
Jorge Pansolin	6	0,00000120%
José Caldcira	115	0,00002297%
José Ernesto E. Pereira (Viúva)	35	0,00000699%
José Ferrairo Canavarro	7	0,00000140%
José Gonçalves de Sá	170	0,00003396%
Julio Tozzo	22	0,00000439%
Leony Pereira de Souza Falcone	6	0,00000120%
Levigildo Barbosa Ferraz	17	0,00000340%

EDITORAS O ESTADO DO PARANÁ S.A.

Lorena G. Moraes	21	0,00000419%
Lucy Freitas	5	0,00000100%
Luiz Alberto Dalcanale	1.102	0,00022011%
Lydio Hartmann	5	0,00000100%
Lysis Moraes de Castro Veloso	21	0,00000419%
Manoel da Silva Gracia	4	0,00000080%
Manoel de Freitas Aguiar Filho	52	0,00001039%
Margarida Mailnowski	24	0,00000479%
Maria de Carvalho	103	0,00002057%
Nelson Gomes de Oliveira	596	0,00011904%
Nicolau Maereniuk	10	0,00000200%
Nilton Gomes de Oliveira	81	0,00001618%
Okamoto Kihite	21	0,00000419%
Omar Camara Canto	11	0,00000220%
Otavio Rottili	18	0,00000360%
Pedro Alocio Alves de Camargo	134	0,00002577%
Pericles Pacheco da Silva	106	0,00002117%
Roberto Kenichi Wakano	22	0,00000439%
Rosa Cirilo	205	0,00004095%
Rose Marie Sampaio Fedor	213	0,00004254%
Rubens Lyra (Episólio)	106	0,00002117%
Rubens Requião	102	0,00002037%
Stefan Klaus Gildemeister	21	0,00000419%
Takahosi Furui	21	0,00000419%
Therezinha M. Baptista Caldeira	518	0,00010346%
Ubirajara Morcira	11	0,00000220%
Urano Gruber	11	0,00000220%
Willie de Geus	11	0,00000220%
TOTAL	500.653.169	100%

CAPITAL SOCIAL: R\$ 11.216.411,12

Curitiba, 05 de dezembro de 2014.



EDITORAS O ESTADO DO PARANÁ S/A

Ana Amélia Cunha Pereira Filizola
Diretora Presidente

To. TABELLÃO - DR. ANGELO VOLPI NETO

R. Mal. Depodoro, 230 , centro F:3094-7700
CURITIBA - PARANÁ

Reconheço e dou fé por SEMELHANÇA a(s)
firma(s) das:
[LReZ0m12]-ANA AMELIA CUNHA PEREIRA.....
FILIZOLA.....

ME: Gibco . gSi13 . Vd7br . Fis0A . bw75
SELO DIGITAL: WWW.FURANPEL.COM.BR

Em testemunho _____ da verdade
Curitiba, 18 de dezembro de 2014

202-SANDY ALINE PALPANO
ESCREVENTE
SINAL PÚBLICO EM WWW.CONSEC.ORG.BR

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria cumprimentar os colegas Senadores e todos que nos acompanham pela Rádio e TV Senado e dizer que há um expediente sobre a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Presidência comunica que recebeu, na sexta-feira, dia 27 de fevereiro, no prazo regimental, por *fac-símile*, os **Ofícios 243 e 244, de 2015** da Senadora Ana Amélia, comunicando a aposição de sua assinatura aos Requerimentos 93 e 94, de 2015, respectivamente, de criação das CPIs das órteses e próteses no País e de irregularidades na abertura de contas do HSBC na Suíça.

São os seguintes os Ofícios:

Ofício nº 243/2015 – GSAAMEL

Brasília, 27 de fevereiro de 2015

Caro Presidente, Senador Renan Calheiros,

Comunico a Vossa Excelência que desejo apor a minha assinatura ao Requerimento nº 93, de 2015, que solicita, nos termos do art. 58, § 3º da Constituição Federal e dos arts. 145 a 155 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma comissão parlamentar de inquérito, composta de sete membros titulares e cinco suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Certa da sua atenção para o assunto, subscrevo-me. – Senadora **Ana Amélia**, PP-RS.

Ofício nº 244/2015 – GSAAME

Brasília, 27 de fevereiro de 2015

Caro Presidente,

Senador Renan Calheiros.

Comunico a Vossa Excelência que desejo apor a minha assinatura ao Requerimento nº 94, de 2015, que solicita, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de comissão parlamentar de inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Certa da sua atenção para o assunto, subscrevo-me. – Senadora **Ana Amélia**, PP-RS.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento o Senador Luiz Henrique, o Senador Telmário, o Senador Paulo Paim, o Senador Collor.

Queria dizer que cheguei do Acre ainda há pouco. Gostaria de, antes de passar a palavra para os colegas, dizer que –inclusive, vou passar a Presidência da sessão – vou ao Palácio do Planalto para uma audiência na Casa Civil, tendo em vista a situação de absoluta calamidade que a capital do Acre, Rio Branco, está vivendo.

Cheguei de Rio Branco hoje, de madrugada, às 6 horas. Vim em nome do Governador Tião Viana e do Prefeito Marcus Alexandre, depois de ter ido, na sexta-feira, junto com a Bancada, com o Ministro Gilberto Occhi, a Brasiléia e a Xapuri. A situação é gravíssima. Em Brasiléia, é calamidade pública, Senador Luiz Henrique. Toda a água do Alto Acre, de Assis Brasil, de Epitaciolandia, de Brasiléia e de Xapuri chegou a Rio Branco, e nós temos, agora, a maior cheia da história do Acre, a maior cheia da história da cidade de Rio Branco. Nunca tivemos nada parecido. O serviço público não funciona, as pontes não podem ser utilizadas, atravessando a cidade, os serviços de transporte coletivo estão suspensos, postos de saúde, centros de saúde... O governador e o prefeito decretaram ponto facultativo, hoje e amanhã, na cidade. O corte de luz deixou mais de um terço da cidade sem energia elétrica.

Tivemos já uma morte por conta da cheia, e as pessoas teimam em religar. O Governo Federal mandou o Ministro Occhi, da Integração, e o Chefe da Defesa Civil, General Adriano, que estão dando todo acolhimento. Mas agora a situação se agravou muito, de sexta-feira para cá. Eu vou ao Palácio do Planalto levar, em nome de todo o povo do Acre, essa situação. Agora mesmo, vou sair daqui para tratar deste assunto. E, depois, volto aqui para fazer um pronunciamento relatando a conversa que terei com o Palácio do Planalto, com as autoridades da República, por conta da situação absolutamente insustentável para ser conduzida exclusivamente pelo Prefeito de Rio Branco e pelo Governador Tião Viana. Eles estão dedicados. Dorme-se quatro horas por noite. Imaginem o que é ter 85 mil pessoas atingidas, Senador. Oitenta e cinco mil pessoas! Há abrigos, no Parque de Exposição, que são maiores do que boa parte das cidades do Acre do ponto de vista da população. Então, todos estão colaborando. Há muitos voluntários, todos ajudando. Há um número enorme de artistas que estão pedindo a solidariedade de todos. Todos estão mobilizados. Mas nunca tivemos passado por uma situação tão grave.

Então, faço esse relato.

Vou passar a Presidência e convidar para fazer uso da palavra o Senador Telmário Mota, o primeiro orador inscrito. O segundo é o Senador Luiz Henrique. Obviamente, vou pedir tanto ao Senador Luiz Henrique ou ao próprio Senador Paim, que não é o segundo, que possa presidir aqui enquanto eu vou à audiência no Palácio do Planalto levar uma posição do Governador Tião Viana e do Prefeito Marcos Alexandre, pedindo um socorro a mais da Presidenta Dilma.

Então, me dirijo imediatamente para lá. Tomara que já, já eu possa voltar trazendo uma notícia melhor para o governador e para o prefeito, para que eles possam mais bem atender a população de Rio Branco, que nunca enfrentou um problema tão grave como este.

Em Xapuri, o rio baixou, mas agora vem a parte da tragédia, quando se vê uma parte de prejuízo. Brasília está num processo de limpeza. Rio Branco, ainda o rio Acre enchedo. Está 17,85 a marca. Nunca nenhuma cheia chegou nesse nível em 132 anos de acompanhamento de cheias no rio Acre.

Então, passo a palavra ao Senador Paim, pedindo ao primeiro orador inscrito, Senador Telmário Mota, que faça uso da palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Jorge Viana, eu quero ficar solidário com o povo do Acre.

Realmente, as enchentes estão ali transbordando todos os rios, todos os igarapés, as próprias cidades, vidas ceifadas. Ficamos todos solidários em nome do meu Estado, que também é do Norte, o Estado de Roraima, que vive exatamente o contrário, uma seca jamais vista. E é incompreensível que, nesse momento em que o Acre passa pelas maiores enchentes da sua vida, Roraima também passa pela sua pior seca. Este é o Brasil, o Brasil continente no qual vivemos.

Mas, Sr. Presidente, Senador Paim, hoje eu venho à tribuna de certa forma constrangido. Abrindo aí os jornais, as revistas nacionais, a gente vê nomes de Parlamentares, Senadores, Governadores, Deputados Federais, Prefeitos, Ministros e ex-Ministros envolvidos nesse que é o maior escândalo de corrupção da história brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srás Senadoras, perdão pela franqueza. Sem mais rodeios: Quem é que em sã consciência poderia sequer aventar, meses atrás, a escalada de escândalos à qual a maior estatal brasileira está submetida em nossos dias? É um verdadeiro pesadelo que se arrasta em um crescendo contínuo e assustador.

Desde a deflagração da Operação Lava Jato em 2014, nada parece surgir nos noticiários que sugira algo mais alentador à salvação da Petrobras do que sua imediata extinção. Isso é grave.

Particularmente, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srás Senadoras, não torço para fim tão devastador da maior estatal do nosso País. No entanto, graças aos enérgicos esforços investigativos das instituições públicas, a sobrevivência de nossa maior estatal se sustenta em condições muito precárias, seja no campo financeiro, seja no campo simbólico.

Exagero ou não, Sr. Presidente, o que ocorre é que a contribuição da Polícia Federal, do Ministério Público e também da Justiça para a apuração de inúmeras denúncias de ilícitos e fuga de divisas da estatal tem sido de enorme valor civilizatório – para dizer o menos.

Com início em um posto de gasolina – de onde surgiu seu nome –, a Operação Lava Jato tem investigado um grande esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobras, grandes empreiteiras do País e agremiações políticas.

Sr. Presidente, Senador Paim, retrospectivamente, uma das primeiras prisões foi a do doleiro Alberto Youssef, em março de 2014. Logo depois, houve a prisão de Paulo Roberto Costa, ex-diretor de abastecimento da Petrobras. Costa era investigado pelo Ministério Público Federal por supostas irregularidades na compra pela Petrobras da refinaria de Pasadena, no Texas, em 2006.

Como se sabe, tanto Costa quanto o doleiro Youssef assinaram com o Ministério Público Federal acordos de delação premiada, para explicar detalhes do esquema e receber, em contrapartida, alívio das penas. Sob amparo desse produtivo expediente legal, o ex-diretor da Petrobras afirmou, em seu depoimento, que havia um esquema de pagamento de propina em obras da estatal, que o dinheiro abastecia o caixa, infelizmente, de alguns partidos, como o PT, o PMDB e o PP.

Mas parte do desfecho, Sr. Presidente, ainda estava por vir. Em novembro de 2014, a Polícia Federal deflagrou uma nova fase da Lava Jato, que envolveu buscas em grandes empreiteiras, como a Camargo Corrêa, OAS e Odebrecht, além de outras sete empresas. As denúncias oferecidas pelo Ministério Público Federal foram acatadas, e a Justiça Federal tornou réus 39 pessoas.

Não por acaso, o Juiz Federal do Paraná Sérgio Moro, que tem sido responsável pelas ações penais decorrentes da Lava Jato, é referência nacional no julgamento de crimes financeiros.

Na sequência, Sr. Presidente, em janeiro de 2015, a Justiça Federal do Paraná passou a ouvir os primeiros depoimentos de testemunhas de acusação. Além do ex-diretor Paulo Roberto Costa e executivos ligados a diversas empreiteiras, foi também convocada a Sra Venina Velosa Fonseca, funcionária da Petrobras, que afirmou às autoridades ter avisado a então Presidente da estatal Graça Foster sobre as irregularidades na petrolífera.

Em meio a tantas reveladoras informações, destaco o suposto envolvimento até do ex-Ministro José Dirceu, que cumpre pena hoje e que também estaria no esquema da Petrobras. Mais que isso, o doleiro teria repassado quase um milhão de reais em propina ao partido PT. Mais detalhadamente, uma planilha de outro ex-gerente da Petrobras, o Pedro Barusco, apontava o pagamento de cerca de um bilhão de dólares em suborno ao Partido, a Paulo Roberto Costa, a Nestor Cerveró e ao próprio Barusco.

No início de fevereiro, como parte do já esperado desfecho e diante de inevitáveis pressões políticas e financeiras, além das dificuldades para estimar os prejuízos da corrupção à Petrobras, a Presidente da empresa, Dona Graça, e outros cinco diretores foram finalmente demitidos.

Sr. Presidente, por tantas e complexas ciladas criminosas, não mais nos espanta que, nos esquemas fraudulentos descobertos, políticos de diferentes matizes funcionaram como peça indispensável ao bom funcionamento do roubo à Petrobras. Como bem noticiou a edição deste domingo do *Estadão*, Deputados escolhidos pelos partidos para apurar na Câmara, em 2014, o esquema de corrupção na Petrobras receberam quase dois milhões em doações eleitorais de empresas citadas na Operação Lava Jato e prováveis alvos de CPI para investigar os desvios.

A revista *IstoÉ*, hoje, traz, aqui, às suas folhas 42 e 43, que esse maior escândalo brasileiro pode terminar em pizza. Sabe por que, Senador Luiz Henrique? A maioria dos membros da CPI recebeu doações das empresas que estão sendo investigadas.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco Maioria/PMDB - SC) – V. Ex^a me permite?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Com toda certeza.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Tenho dito, dessa tribuna que V. Ex^a está ocupando hoje, que nada é mais urgente a se fazer neste País senão mudar o sistema de financiamento das campanhas. Tudo isso que V. Ex^a está a relatar tão brilhantemente na tarde de hoje é decorrente do sistema de financiamento das campanhas eleitorais, do custo absurdo das campanhas eleitorais, do que custa o *marketing* das campanhas eleitorais, do que custa a pré-gravação dos programas nas campanhas eleitorais, do que custa a produção de comerciais nas campanhas eleitorais, que transformam os candidatos em produto de consumo, como se fossem um sabonete, um automóvel ou um eletrodoméstico. A raiz de todo esse escândalo – eu tenho convicção disso – é o sistema de financiamento das campanhas eleitorais. Nós já aprovamos aqui, no início da Legislatura passada, numa comissão designada pelo então Presidente José Sarney, o financiamento público de campanha. Nós precisamos substituir esse sistema de financiamento bilionário por empresas, que têm inclusive contratos com o Governo, pelo financiamento público, estabelecendo um critério misto, em que pessoas físicas – unicamente pessoas físicas – possam contribuir até um limite máximo de três, quatro, cinco salários mínimos. Volto a repetir, ilustre Senador, que o grande problema que nós estamos vivenciando decorre do atual sistema de financiamento das eleições.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado, Senador.

Então, eu fico aqui e faço um apelo ao Procurador-Geral, Dr. Rodrigo Janot, para que ele não se intimide e que não permita que as ameaças, Sr. Presidente, ameaças que até nos causam estranheza... Porque, em janeiro, ele teve invadida a sua casa, onde aparentemente deve ter grandes bens, e a pessoa levou apenas o controle.

É importante o Procurador ter consciência do cargo que ocupa na República brasileira. É importante o Procurador ter consciência que ele tem um compromisso com o Brasil e que abra todos os inquéritos que forem necessários para colocarmos nas grades os políticos corruptos que hoje estão denunciados nesse maior escândalo da maior estatal brasileira.

É preciso que a Justiça não encaminhe esses inquéritos de forma sigilosa. A Nação não suporta mais isso. O Brasil não suporta mais isso.

Esta Casa, Sr. Presidente, tem de agir. Esta Casa tem de já colocar em funcionamento a Corregedoria. Esta Casa tem de colocar já em funcionamento a Comissão de Ética. Nós temos de apurar doa a quem doer e investigar tudo que for denunciado. E os Senadores que aqui estão denunciados ou que serão denunciados têm o compromisso moral com o Brasil e com esta Casa de virem a esta tribuna dizer se estão ou não estão envolvidos nesse escândalo imoral que hoje envergonha o Brasil e que causa a maior sangria possível na estatal, que é a Petrobras.

É inadmissível! Não podemos admitir isso! É constrangedor!

Senador Paim, na hora em que cometer um erro, eu não vou bater à porta de nenhum parceiro, não vou me agarrar a nenhum cabelo da corrupção. Terei que bancar a minha responsabilidade. E assim eu exijo de todos que estão aqui.

Vendo o jornal *Correio Braziliense*, nomes já estão aqui apontados. Fico triste porque um Senador do meu Estado, que hoje passa pela sua pior crise, no lugar de estar aqui trabalhando, levando o desenvolvimento, a geração de emprego e renda, está com o seu nome aqui, neste jornal, apontado como um dos envolvidos nessa denúncia imoral do Brasil.

Que venha aqui se pronunciar! Que esta Casa apure! Não podemos jogar a sujeira debaixo do tapete. Esta Casa não pode abusar, Sr. Presidente, da paciência do povo brasileiro.

Amanhã, Sr. Presidente, se a Nação toda tiver uma hostilidade contra os Poderes, não venham dizer que o povo não tem paciência, que é vandalismo, que é falta de democracia. A democracia, não tem nenhum sistema melhor, mas nós não podemos confundir democracia com corrupção.

O governo existe para trazer políticas públicas de qualidade a uma nação, a um povo, e não para beneficiar os malfeitos, os corruptos, os ilícitos. Essa sujeira que usam da política para se locupletar e levar daqui o sonho, a esperança de um povo ordeiro, trabalhador e digno que é o povo brasileiro. Então a minha indignação.

Vim para esta Casa e quero sair dela com a cabeça erguida, de que é uma casa do povo brasileiro, e não de partido A, partido B ou partido C; não de uma corja de ladrões, de corruptos. Esta Casa, sim, tem que responder, porque ela é composta por homens de bem, por pessoas que vieram para cá pela força do voto nas urnas, que vieram para cá para trabalhar e levar aos Municípios e à Nação uma melhor qualidade de vida para o nosso povo.

Foi com esse encanto que eu cheguei aqui, é com esse encanto que eu acredito que vou sair, porque, com absoluta certeza, os Senadores que estão aqui são pessoas de bem. E aqueles que tiverem os seus nomes citados que venham a esta tribuna, que esclareçam se estão ou não estão envolvidos nesse escândalo que desmoraliza o Brasil e envergonha o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Telmário Mota, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Telmário Mota, mostrando a sua indignação e exigindo esclarecimentos sobre o tema de corrupção que permeia o nosso País.

Senador Luiz Henrique, com a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sras e Srs. Senadores, a superpopulação carcerária é o câncer que tem metástases espalhadas por todo o País. Não creio que haja problema social mais grave do que a superpopulação carcerária.

Neste País em que as penitenciárias superlotadas constituem verdadeiras escolas de doutoramento no crime e representam, como já falei, o nosso mais grave câncer social, a Penitenciária Industrial de Joinville é um exemplo, é uma luz de esperança para mudar o grave quadro do sistema penitenciário nacional.

A Penitenciária Industrial de Joinville é a prisão dos sonhos de qualquer detento. Conhecida como creche, spa, colônia de férias entre os seus apenados, ela se destaca pelo tratamento humano e pela perspectiva absoluta de reintegração social que oferece por meio da educação e do trabalho.

Instalada numa área 12.000m², construída e inaugurada em 2005, no primeiro dos meus dois governos, a Penitenciária Industrial de Joinville foi a primeira do Estado e uma das primeiras do País a ser administrada pelo sistema de cogestão com a iniciativa privada. Foi construída e equipada pelo governo estadual, mas é administrada por uma empresa do setor privado. Essa empresa é a Montesinos, que venceu a primeira licitação em 2005 e a segunda em 2011, ganhando o direito de gerenciar a unidade até 2016.

Ela é responsável pela segurança, limpeza, manutenção, além da disciplina, alimentação, material de higiene pessoal, uniformes e roupas de cama e de banho dos presos. Também fornece remédios e cuida do atendimento médico, dentário e psicológico dos apenados.

A excelência da gestão da Penitenciária de Joinville se reflete em números, nos seus 10 anos de funcionamento. No primeiro semestre de 2014, a reincidência foi de apenas 8%. E, ainda assim, a grande maioria por crimes menores, como furtos. Num País em que a reincidência, em média, atinge 80%, uma penitenciária que reeduca 92% de seus presos é uma prova de que nós podemos mudar a realidade penitenciária deste País.

A Penitenciária de Joinville tem um ambiente sem pressão nem agressividade.

Não se tem notícia de motins, brigas, rebeliões. Apenas quatro presos do regime fechado fugiram desde 2006.

O êxito da Penitenciária Industrial de Joinville tem a ver, em boa medida, com as boas condições da prisão. As celas têm no máximo quatro presos acomodados em dois beliches, quase todas têm TV, as instalações são limpas, a comida é melhor do que na média das prisões brasileiras.

Surpreendentemente não há filas intermináveis de visitantes nos portões. As visitas podem ser feitas uma vez por semana, em qualquer dia. São agendadas com antecedência por internet ou por telefone. Para as visitas íntimas, também limitadas a uma por semana, há dez quartos com cama de casal, rádio-relógio e banho quente.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador, permita-me um aparte.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Com grande prazer, Senador Telmário Mota.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador, vendo V. Ex^a fazer um depoimento desses, eu fico imaginando o que é um Estado governado com responsabilidade, o que é um Estado governado por pessoas sérias, responsáveis, comprometidas com o seu povo e com a sua gente. Mesmo aquelas pessoas que devem à sociedade, que estão ali encarceradas, pagando a sua pena, são tratadas com humanidade, com respeito. E eu remeto ao meu Estado, que recentemente saiu de uma quadrilha que o governava. Consequentemente, quando uma quadrilha governa, os presos comuns sofrem muito mais, muito mais! O meu Estado diariamente, quase que semanalmente, vem sofrendo fugas, crimes bárbaros, superlotações, na verdade um verdadeiro sucateamento das cadeias, das alas que estão naquele Estado. Tanto é que um dia desses fiz uma fala, fiz um apelo ao Governo, ao Ministro da Justiça, que socorra imediatamente o Estado de Roraima, para não virar Pedrinhas, lá no Maranhão, com todo respeito àquele Estado maravilhoso, porque do contrário já estavam ali os presos, um cortando a cabeça do outro e colocando nas grades, como se fosse uma coisa banal, uma coisa tão bárbara, fruto da desorganização, fruto de um governo corrupto por que o meu Estado passou, fruto de políticos que não têm compromisso com aquele Estado. Um verdadeiro abandono, um sucateamento da coisa pública. Então quero parabenizar o Estado de V. Ex^a e V. Ex^a, que foi Governador e é um Parlamentar comprometido com aquele Estado, que é modelo em vários itens, vários artigos para o Brasil. Quando eu fui auditor de banco e auditor do Tribunal de Contas, ajudei a implantar o controle externo do Tribunal de Contas do meu Estado. Foi lá que fui buscar alguns bons modelos, do Tribunal do Estado de V. Ex^a. Quero parabenizar V. Ex^a e o Estado de V. Ex^a.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Telmário.

Essa realidade da superlotação, que atingiu inclusive uma penitenciária, se não me engano a de São Luís, que foi objeto de ampla reportagem nacional, é uma realidade recorrente no País. A Penitenciária de Joinville, exemplo que já foi repetido no Estado – temos outra penitenciária em Itajaí, nas mesmas condições –, é a prova de que se pode partir da superlotação carcerária para um sistema capaz de reeducar e ressocializar o preso.

O mais importante: na Penitenciária de Joinville, dois terços dos presos trabalham e um terço estuda. Do total de 666 presos, cerca de 200 fazem pelo menos algum curso na penitenciária. Eles podem optar pelo ensino regular – 60% têm no máximo o ensino fundamental – ou por cursos profissionalizantes, como montagem de computador, eletricista, garçom e auxiliar de manutenção predial.

Em geral, os cursos são oferecidos em celas adaptadas, com salas de aulas em que professores são separados dos presos por uma grade.

Há também oficinas de arte e música, e esta iniciativa já deu origem a uma banda *gospel* dentro da prisão, e um curso de danças urbanas.

Certa feita, fui visitar a penitenciária quando ela tinha uns três anos. Dispensei a segurança e entrei lá sozinho. Fui recebido como se estivesse visitando uma fábrica qualquer, tal o clima de absoluta normalidade que lá dentro impera.

Com o apoio da Associação Empresarial de Joinville, 18 empresas, entre elas, Tigre - Tubos e Conexões, Ciser Parafusos e Porcas, NSO Borrachas montaram ilhas de trabalho na prisão. Os presos fazem tarefas como inspeção de peças de borracha, polimento de torneiras, empacotamento de toalhas de banho. A própria empresa que terceirizou o comando da penitenciária usa o preso na limpeza e na conservação da prisão. A Prefeitura de Joinville oferece também vagas para trabalhos em obras e serviços da cidade. No total, 384 presos trabalham em canteiros na penitenciária, e outros 20 foram autorizados pela Justiça a trabalhar fora da prisão, com registro em carteira, a convite das próprias empresas.

Pelo trabalho, os presos recebem um salário mínimo. Quem trabalha com carteira assinada recebe mais. Nos dois casos, os presos ficam com 75% do salário; os 25% restantes ficam para o Estado, que repassa o dinheiro à penitenciária para sua manutenção. Isso permite que os presos ajudem suas famílias e também favorece a redução da pena. A cada três dias trabalhados, eles ganham um dia de remição. Segundo a empresa que cuida da penitenciária, a terceirizada que faz a gerência da penitenciária, os presos já obtiveram redução de 225.604 dias nas penas, desde a criação da penitenciária, em 2005 – portanto, há 9 ou 10 anos. Em contrapartida, o Estado terá uma economia de R\$25,7 milhões.

Embora a Penitenciária de Joinville ofereça condições mais humanas, em nenhum momento os presos deixam de se sentir numa prisão. A disciplina é rígida. Eles são vigiados durante 24 horas por um circuito fechado de TV com 52 câmeras. Ficam até 22 horas na cela e 2 horas no pátio de cada ala, em grupos de no máximo 30

presos. Trabalham até 6 horas por dia ou estudam por 3 horas. As muralhas são vigiadas por uma empresa de segurança; o bloqueador de celular funciona e impede o envio e o recebimento de mensagens, fotos e vídeos.

O sucesso da Penitenciária de Joinville levou o Governador Raimundo Colombo a criar mais três unidades semelhantes no Estado: em Itajaí, como já referi, em Tubarão e em Lages. Esse sistema tem sido objeto de reportagens no Brasil e no Exterior.

Resumindo, Sr. Presidente, são quatro os pilares essenciais que defendo e que foram implantados em Joinville para a reabilitação e a reintegração dos detentos no retorno à liberdade: cogestão compartilhada com a iniciativa privada; tratamento humano dos prisioneiros; educação profissionalizante; e trabalho, emprego.

Cabeça desocupada é oficina do demônio, diz o velho ditado. Portanto, os presos empregados, trabalhando, produzindo peças para a indústria significa o caminho mais adequado, mais correto e mais viável à reeducação.

Esse caminho nós traçamos em Joinville dentro de uma política de continuidade administrativa que vem sendo seguida pelo atual Governador Raimundo Colombo. E esse é o sistema, o modelo que deveria ser implantado rapidamente em todo o País.

Hoje, a engenharia evoluiu para um sistema de construções pré-moldadas. Assim, o mesmo sistema adotado para a construção de Cieps deveria ser adotado para a construção de penitenciárias industriais, no caso daquelas localizadas em áreas urbanas; e agrícolas, para aquelas localizadas em áreas rurais.

Esse é o modelo, esse é o caminho da ressocialização, do reaproveitamento e da reeducação do preso, a fim de que ele volte a ser um cidadão útil à sociedade.

É isso o que queria dizer, Sr. Presidente. A Penitenciária de Joinville é pioneira no seu exemplo de um sistema penitenciário justo, humano e eficaz.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Seguindo o princípio de um inscrito e um Líder – depois eu falarei –, agora o Senador Acir Gurgacz tem a palavra como Líder.

Depois, peço ao Senador Luiz Henrique ou ao Senador Telmário Mota que presidam, para que eu fale na sequência.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, amigos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, nesta tarde de hoje, quero falar sobre os chamados soldados da borracha, os seringueiros de todo o País, mas principalmente do Nordeste, que trabalharam na Amazônia na Segunda Guerra Mundial. Eles receberão, a partir desta segunda-feira, a indenização de R\$25 mil, em reconhecimento ao relevante serviço que prestaram à Nação brasileira àquela época.

A medida, aprovada em junho do ano passado pelo Congresso Nacional, onde tramitou durante 10 anos, irá beneficiar cerca de 11.900 soldados da borracha e seus pensionistas. A partir deste mês, esses seringueiros, que agora foram reconhecidos pelo Governo como soldados da borracha, também terão a pensão especial vinculada ao valor de dois salários mínimos ao mês.

É um reconhecimento justo e merecido. Ele veio tarde, de fato, pois a maioria dos soldados da borracha está hoje com mais de 80 anos de idade. Restam poucos do contingente de mais de 50 mil soldados enviados pelo Governo brasileiro para extraír borracha para os Estados Unidos e países aliados durante todo o esforço de guerra.

Eles trabalharam na selva extraíndo látex e lutaram uma vida inteira por esse reconhecimento. Muitos morreram sem ver esse direito conquistado. Portanto, fica aqui minha homenagem à memória desses valentes soldados e o meu compromisso de continuar lutando para que tenham todos os seus direitos assegurados pelo Governo brasileiro.

Neste último sábado, o Sindicato dos Soldados da Borracha e Seringueiros do Estado de Rondônia realizou uma assembleia-geral em Porto Velho para comunicar a notícia aos seus associados e para dar mais detalhes sobre o cronograma e a forma de pagamento dessa restituição dada pelo Governo.

Conforme nos relatou o vice-presidente do Sindicato, George Telles, o popular Carioca, que sempre está conosco aqui em Brasília, em reuniões em vários Ministérios, nos gabinetes, sempre acompanhado de um ou de vários soldados da borracha, o clima foi de satisfação com o benefício e de união entre os seringueiros e seus familiares em torno das novas batalhas.

Eu não pude participar dessa assembleia dos seringueiros, mas também comemorei o início do pagamento desse benefício. Deixei minha palavra de esperança por meio do Carioca e renovo aqui o meu compromisso de continuar lutando pela equiparação da pensão especial dos soldados da borracha ao valor dos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial, os chamados pracinhas, que têm assegurada uma pensão de

segundo-tenente, equivalente a cinco salários mínimos, conforme propus em emenda que apresentei durante a tramitação da PEC dos Soldados da Borracha.

Esse, sim, será o verdadeiro reconhecimento que o Governo brasileiro dará aos soldados da borracha.

Essa luta é justa e, por isso, tem o meu total apoio. Estou junto com eles e vamos buscar, na Justiça Federal, esse direito que, no meu entendimento, é total, desses guerreiros que tanto lutaram na Segunda Guerra Mundial aqui na Amazônia.

Outro assunto que destaco mais uma vez, aqui desta tribuna, Sr. Presidente, é a situação das rodovias federais, principalmente no Estado de Rondônia. Infelizmente, mais uma vez é para reclamar dos serviços de manutenção e restauração que estão sendo feitos por empresas empreiteiras contratadas pelo DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes).

Três importantes rodovias federais em nosso Estado – a BR-364, que é a espinha dorsal de Rondônia; a BR-425, ligando Porto Velho a Guajará-Mirim e Nova Mamoré; e também a BR-429, ligando Ji-Paraná e Presidente Médici a Costa Marques – estão, mais uma vez, com muitos buracos, com longos trechos sem pavimentação asfáltica, com pontes comprometidas ou a serem construídas e, o pior, com as obras de manutenção e restauração completamente paralisadas.

Conversei, na semana passada, com o Superintendente Regional do DNIT de Rondônia e do Acre, o engenheiro Fabiano Martins Cunha, que confirmou a paralisação dos serviços de restauração por conta das fortes chuvas do inverno amazônico. O engenheiro nos disse que o serviço de manutenção está sendo feito apenas na BR-364, com operações de tapa-buracos nos trechos mais críticos.

Ora, esse serviço de tapa-buracos já é feito há muito tempo, há muitos e muitos anos, e não é o serviço que nós queremos para a nossa BR-364. O serviço contratado foi a restauração completa dessa BR.

Já denunciei aqui, por várias vezes, a maneira como está sendo feito esse trabalho, esse serviço, um serviço muito malfeito. Já fizemos diligências diretamente nos trechos específicos, com os técnicos do DNIT, na época do então Diretor-Geral General Fraxe, quando se detectou uma maneira totalmente diferente daquilo que estava sendo contratado na execução.

Essas informações foram repassadas não só para o DNIT, mas, também, para o Ministro Antonio Carlos Rodrigues, em reunião com a Bancada Federal de Rondônia, na última terça-feira, que se comprometeu a retomar as obras em março ou abril, assim que as chuvas pararem. Todos nós sabemos que as chuvas tropicais no Norte são mesmo muito fortes, castigam as estradas e rodovias e provocam muitas alagações que afetam todos os moradores da Região. Mas, também, é verdade que, hoje, já temos tecnologia para construir uma pavimentação asfáltica que resista por muito tempo a essas chuvas.

Portanto, não comprehendo por que essa desculpa das chuvas ainda é usada pelo DNIT, pelo Ministério dos Transportes e, principalmente, pelas empresas que são contratadas. Até parece que a Operação Tapa Buraco é a melhor ou a única saída administrativa que o DNIT tem. Creio que há outros caminhos, e já provamos isso em obras gerenciadas pelo próprio DNIT.

Derrubamos a tese de que não se fazem obras rodoviárias nas chuvas da Amazônia, através da construção das travessias urbanas no Município de Ji-Paraná e, também, na construção da ponte sobre o Rio Madeira em Porto Velho. Portanto, não sei por que as empresas contratadas pelo DNIT – e o próprio DNIT – continuam usando essa desculpa e fazendo em Rondônia, particularmente na BR-364, uma pavimentação asfáltica de baixa qualidade que se esfarela com qualquer chuva. Ocorre uma garoazinha, e já começam a se abrir os buracos na BR-364 – é uma coisa impressionante!

Já denunciei a má qualidade desse serviço aqui, desta tribuna, e nas Comissões de Infraestrutura e de Agricultura, no Senado, no ano passado. Realizei inspeções nas obras de restauração, com a Diretoria do DNIT, que prometeu notificar as empresas e cobrar mais qualidade nos serviços. E quase semanalmente comunico o DNIT sobre a situação dessa rodovia.

Entretanto, parece que isso funcionou apenas temporariamente, no trecho que estava sendo restaurado no ano passado, o chamado Lote 2 da BR-364, entre Pimenta Bueno e Ouro Preto do Oeste, que, por sinal, é hoje o trecho mais esburacado da BR-364, com todo o serviço que foi executado, com todo o dinheiro que foi gasto, para a restauração dessa BR. Na primeira chuva, na primeira garoazinha que aconteceu, os buracos começaram a se reabrir, novamente, na BR-364, entre Pimenta Bueno e Ouro Preto do Oeste – depois de feita a restauração, depois da inspeção dos técnicos do DNIT, de Brasília, juntamente com os de Rondônia e com o acompanhamento dos técnicos do DNIT local, Senador Telmário, que nos honra, presidindo esta sessão.

A nossa BR continua em péssimas condições, e o Governo gastando, ano a ano, milhões de reais, e não há uma restauração em definitivo. É só na seca. a seca, não há buraco, começa a garoar – não é nem chuva, não, pesada –, qualquer garoazinha começa a abrir os buracos, uma coisa impressionante!

No trecho que corta o Mato Grosso, a BR-364 está em boas condições. Mas, assim que entramos em Rondônia, a nossa BR vira uma buraqueira, parece uma câmara de bicicleta, de pneu velho, toda remendada. E a restauração, que foi contratada, a que já foi dada a ordem de serviço, não começa e, quando começa, não fazem o serviço bem feito.

A mesma situação se repete na BR-425, com o agravante de que, nessa rodovia, longos trechos estão completamente sem asfalto. São verdadeiros atoleiros onde só passam carros tracionados. Os motoristas com carros de passeio que se aventuram pela BR-425 correm o risco de quebrar o carro e ficar na estrada, o que ocorre com muita frequência.

Já na BR-429, o agravante é a situação das pontes e a falta de pavimentação no trecho urbano, principalmente na cidade de São Miguel do Guaporé. São 15 pontes de madeira que precisam ser substituídas por ponte de concreto, e as obras estão paralisadas. Algumas pontes começaram a ser construídas em setembro do ano passado, mas as obras foram interrompidas e a população aguarda, ainda, uma posição do DNIT e das empreiteiras.

E não há preocupação de construir ponte na época da chuva, porque as pontes são construídas dentro da água. Não há preocupação. Não temos por que esperar acabar as chuvas, para retomar a construção das pontes na BR-429.

A pavimentação no trecho urbano em São Miguel continua apenas na promessa. E, depois de tantos pedidos, cobranças e de esperar por uma ação do DNIT, a prefeitura é que está fazendo a manutenção nesse trecho, patrulhando as vias e cortando o mato que está quase cobrindo a BR-429, dentro da cidade de São Miguel do Guaporé.

O abandono é tão grande que os agricultores estão plantando arroz na área de domínio da rodovia. Num trecho de aproximadamente 400m dessa rodovia Federal, um agricultor estendeu sua lavoura de arroz, em forma de protesto, nos dois lados da pista, que ficou estreita, é claro, parecendo, uma via rural pequena, o que, de fato, não é. Esta é uma BR importante para o nosso Estado, liga, inclusive, o Brasil à Bolívia.

Portanto, fica aqui o reconhecimento ao trabalho que o Prefeito Zenildo Pereira está realizando de manutenção dessa rodovia Federal, bem como ao trabalho das associações comerciais rurais do Município de São Miguel, que sempre nos estão cobrando apoio para a realização dessa obra. Tenham certeza de que estamos aqui em Brasília cobrando e pressionando o DNIT e o Governo Federal, para que essa obra seja realizada o mais rápido possível. A informação que nos foi repassada pelo Superintendente do DNIT de Rondônia é de que o processo de licitação está pronto e será feito pelo DNIT, no próprio Estado de Rondônia, esse trecho dentro da cidade de São Miguel.

Sr. Presidente, faço o registro da precária situação das rodovias federais em nosso Estado como alerta ao Governo para o transtorno e o risco que isso tem causado na vida das pessoas que moram e passam por Rondônia e para os prejuízos que as rodovias nessas condições estão causando em nossa economia, principalmente para os pequenos produtores rurais, que ficam impedidos de escoar sua produção, mas também para os pecuaristas e produtores de grãos. Todos sofrem com as rodovias nessas condições.

Sr. Presidente, meus amigos e amigas de Rondônia, outro assunto que também foi tratado pela Bancada Federal, com o Ministro dos Transportes, foi o chamado projeto Multivias de Vilhena. É um projeto que comecei a discutir juntamente com o Prefeito José Rover, com a população de Vilhena e a sociedade organizada, em 2012, logo após a inauguração da iluminação pública de um trecho da BR-364, de 10km, no perímetro urbano de Vilhena, ou seja, bem no centro da cidade. Na época, a população já pedia melhorias na travessia urbana da BR-364, em Vilhena, visto que o movimento de veículos, bicicletas e pedestres para os frigoríficos instalados na região, e também para os balneários da cidade, era e continua sendo muito intenso. Foi, então, que abraçamos juntamente com o Prefeito, toda a comunidade, com a sociedade organizada, a elaboração do projeto Multivias, que prevê vias marginais à BR-364, melhorias nas Avenidas Celso Mazutti e Marechal Rondon, três rotatórias, faixas de pedestre e uma ciclovia.

No final de 2012, conseguimos elaborar e concluir esse projeto. Em 2013, conseguimos incluí-lo no PAC 2, assegurando os recursos no Orçamento da União. No ano passado, o DNIT fez as últimas adequações no projeto e preparou o edital de licitação, que só não pôde ser feito no segundo semestre por conta exatamente do período eleitoral, mas tudo ficou pronto no ano passado.

O fato é que temos o projeto pronto, feito pela Prefeitura de Vilhena; sua inclusão no PAC 2. Nós asseguramos a verba, para que ele fosse executado, e o processo licitatório está pronto. Para este ano, temos o compromisso do DNIT em lançar o edital ainda no primeiro semestre.

Portanto, comunico à população de Vilhena que estamos empenhados para que essa obra saia o mais rápido possível. Para isso, contamos com o apoio de toda a Bancada, do corpo técnico e dirigente do DNIT, e

com o compromisso do atual Ministro dos Transportes, o também Senador Antonio Carlos Rodrigues, que hoje está à frente do Ministério dos Transportes.

Sr. Presidente, outro assunto que entendo ser de grande interesse da população de Rondônia, pelo qual também tenho lutado há muito tempo, é a construção da Ferrovia Transcontinental. A possibilidade de retirada do projeto de construção do trecho da Ferrovia Transcontinental entre Lucas do Rio Verde e Cruzeiro do Sul, no Acre, incluindo a passagem por Rondônia, das prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 é uma situação que traz preocupação para a população de Rondônia e também para a economia não só do Estado, mas de toda a Região Norte do País.

Ainda estamos conversando com o Governo Federal, para que mantenha a construção dessa ferrovia entre as prioridades do PAC para a Região Norte. Mas tudo indica que isso só será possível com uma Parceria Público-Privada ou mesmo com uma parceria internacional. Estamos trabalhando para que isso aconteça e tenhamos essa tão sonhada ferrovia sendo construída no de Rondônia, ligando o sul do Brasil ao norte e também ao país vizinho Peru.

Nesse sentido, no início desta semana, conversei com o Embaixador da China, Sr. Li Jinzhang, sobre a intenção de o governo chinês investir na Ferrovia Transcontinental, em sua extensão até o Pacífico, o que creio seria uma parceria importante para os dois países, bem como também para os países andinos. Essa é uma parceria que reacende a possibilidade de mantermos esse projeto como prioritário para o Brasil. Iremos continuar conversando com o Governo brasileiro e com integrantes do governo chinês, para que possamos viabilizar essa obra.

Trabalhamos muito para incluir essa ferrovia na LDO e também no Plano Plurianual, de 2012 a 2015, e continuaremos lutando para que o projeto seja mantido no orçamento de 2015 e como prioridade do PAC. Entendo a necessidade de corte dos gastos do Governo e do ajuste fiscal, mas defendo que os investimentos em obras estratégicas, como essa, por exemplo, principalmente para o desenvolvimento do País e para o escoamento da produção agrícola, sejam mantidos. Essa obra é muito importante para o crescimento, para o desenvolvimento do nosso País, principalmente para a Região Norte e essa ligação do Brasil com o Pacífico.

Com prazer, ouço o Senador do Mato Grosso.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Acir, é incrível como as nossas necessidades são iguais, as necessidades do Estado de Rondônia e as necessidades do Estado de Mato Grosso – inclusive, é praticamente o mesmo corredor. A BR-364 é de uma importância muito grande para nossa região. E o que senhor narrou aí é exatamente a realidade que temos lá: muita dificuldade nas travessias urbanas; dificuldade nas obras que, às vezes, não saem; e temos tido muita dificuldade, inclusive lá – não sei se é a mesma situação de Rondônia –, porque existem os convênios que são feitos, às vezes, com as prefeituras, por onde passa a rodovia, e essas obras acabam não saindo, ficam travadas e criando gargalos para escoamento, para o tráfico de pessoas. E o senhor também colocou aqui outro assunto que é muito importante e que não diz respeito só aos dois Estados; diz respeito à malha de transporte de todo País, que é a questão desses modais. Precisamos evoluir, e não ficarmos reféns só do modal rodoviário, não ficarmos dependentes só do caminhão. Agora, está havendo uma greve de caminhoneiros e creio que ficou bem patente a necessidade de termos alternativas. Competimos, no cenário internacional, com países que têm um verdadeiro emaranhado de ferrovias, de hidrovias e mesmo também de rodovias. Estamos com muita dificuldade nesse setor. Essa ferrovia que o senhor colocou, por exemplo, seria importante demais para o País, se conseguíssemos abrir uma rota também para o Pacífico. Nós vivemos da exportação de *commodities*. E eu já tenho dito aqui algumas vezes que parece que nós temos – parece, não; nós temos – uma galinha dos ovos de ouro, mas não a alimentamos. Porque devíamos facilitar: o País devia colocar o tema como pauta importante da agenda nacional, e não precisaria, aqui, o Senador Acir, o Senador Medeiros ou qualquer outro levantar isso. Devia ser pauta número um fazermos esses corredores ferroviários e esses corredores rodoviários. Dessa forma, eu queria parabenizar V. Exª porque traz à baila este assunto, que diz respeito não só aos nossos Estados, mas à vida do País. Muito obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador José Medeiros, pelo seu aparte, que contribui muito para o nosso pronunciamento.

De fato, a BR-364 é de uma importância imensa para o Estado de Rondônia e também para seu Estado do Mato Grosso, assim como nós estamos aguardando o asfaltamento de Vilhena a Juína, também uma rodovia importante para o escoamento da produção agrícola do seu Estado, do nosso Estado e para a interligação dos dois Estados. Aguardamos com muita ansiedade o início dessa obra, que já foi licitada, segundo informações do DNIT, já foi dada a ordem de serviço, e esperamos que, neste ano de 2015, nós possamos ver as máquinas trabalhando entre Juína e Vilhena.

Novamente, fica aqui o nosso pedido para que o DNIT possa conversar com essas empresas – já que não se faz outra coisa a não ser notificar e conversar – para que elas possam iniciar a restauração de Vilhena a

Pimenta Bueno, de Pimenta Bueno a Ouro Preto, de Ouro Preto a Ariquemes, e de Ariquemes até Porto Velho, dando sequência a esse projeto de restauração da BR-364 tão aguardado por todos nós, e um serviço muito mal feito que se iniciou exatamente no pior pedaço, que é entre Cacoal e Presidente Médici.

Todo ano, nós temos problemas. Quando começa uma garoazinha, acabou o asfalto. Foi retirado o asfalto, colocado outro asfalto, e parece que a chuva é ácida, mas não é. O serviço é que, infelizmente, foi mal feito, e isso foi constatado, inclusive, pelos técnicos do DNIT que lá estiveram. E o serviço mal feito continuou a ser feito. O resultado não poderia ser diferente: nas primeiras chuvas, os buracos começaram a reabrir; foi inicialmente arrancado o asfalto e colocado asfalto novo. Abriram novamente os buracos, que foram tampados na seca. Veio a chuva – e não é uma chuva torrencial, é qualquer chuva –, começam a reabrir os buracos.

Então, fica aqui o nosso apelo ao DNIT para que começemos a pensar em políticas públicas verdadeiras. Estamos em 2015. Não é possível que nós não tenhamos tecnologia para aplicar um asfalto de qualidade no Estado de Rondônia para enfrentarmos as chuvas amazônicas.

Sr. Presidente, muito obrigado pela sua compreensão em função do tempo em que eu me estendi.

Agradeço, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Acir Gurgacz, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Telmário Mota.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Acir Gurgacz, é uma honra, representando um Estado como o Estado de Rondônia, que é um polo de desenvolvimento.

Antes de convidar o próximo orador, o Senador Paulo Paim, eu queria fazer um comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – A Presidência comunica às Sras e aos Srs. Parlamentares que foi convocada sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se dia 3 de março do corrente, terça-feira, às 19 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à leitura de expedientes e à apreciação das seguintes matérias:

- **Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2015;**
- **Vetos Presidenciais nºs 31 a 34, de 2014;** e
- **Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13, de 2014.**

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Paim, que orgulha o Rio Grande do Sul e o Brasil, agora à tribuna.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Telmário Mota, Senador José Medeiros, que demonstrava para mim também a preocupação em relação à greve parcial, mas importante dos caminhoneiros, eu tenho também dialogado muito com os líderes dos caminhoneiros de acordo com o Estado e a Região. Eu conversei muito com aquela moçada lá de Três Cachoeiras – com o Sr. Waldemar, com o Sr. Nelson e outros líderes –, e eles acabaram chegando a um acordo. Suspenderam o movimento numa via fundamental para toda a Região Sul, que é ali a de Três Cachoeiras, cidade dos caminhoneiros, considerada quase a capital nacional dos caminhoneiros. Mas os focos em outras regiões continuam acontecendo. Não só no Rio Grande do Sul, como também em outros Estados, como alguns que estão vindo agora, pelas informações que todos nós recebemos, num chamado “buzinaço”, vindo a Brasília.

Tenho recebido também telefonemas, cartas, e-mails da sociedade organizada, principalmente na área dos frigoríficos. No abate de frango, de gado, de suínos, há um prejuízo já de milhões e milhões de reais, porque os animais não chegam para o abate, e os poucos que chegam não são transportados para os açougues, enfim, para os supermercados, onde vai chegar a população.

O combustível já está faltando em uma série de cidades. Algumas fábricas estão parando, até com férias coletivas, porque não têm como responder mais à falta de produtos para trabalharem na linha de produção. E isso pega todos os setores; já começa a atingir o setor metalúrgico inclusive.

Por isso, eu já fiz um apelo aqui na sexta e reafirmo a minha posição: não é acabar com a greve; suspendem-se aqueles setores que ainda não se resolveram com esse entendimento, e dia 10 haverá uma reunião promovida no Palácio, liderada e coordenada pelo Ministro Miguel Rossetto e mais três Ministros, para ajustar o chamado TAC (Termo de Ajuste de Conduta) para que eles vejam atendidas as suas reivindicações. Entre elas – o que acho justo – não está só suspender durante seis, sete, oito ou doze meses o aumento do combustível, mas também uma cláusula dizendo que, no momento em que o aumento acontecer, é preciso garantir que isso eles receberão também no frete. Porque deixam 12 meses sem dar aumento, depois aumentam 20%; se não repassarem para o frete, eles têm um prejuízo imediato de 20% do valor que teriam a receber, porque têm que pagar o combustível.

Acho justa essa posição e estou defendendo, inclusive, essa posição. Além de aumentar o parcelamento na compra de caminhões, além da questão dos eixos, além da questão dos pedágios, tudo isso já está praticamente acordado, mas eu sei que o que está pegando mais é a questão ainda do óleo diesel, ou seja, do combustível que toca os caminhões, que, por sua vez, tocam o País pelas rodovias.

Eu disse aqui outro dia e repito, Senador Telmário: sou autor do Estatuto do Motorista, que contempla suas principais reivindicações. Atuei nas duas leis, como Relator, que esta Casa aprovou. A última é a que a Presidente sanciona hoje. Fizemos a primeira, houve problemas; partimos para a segunda, e a segunda contempla os caminhoneiros, também apontando os pontos de parada com um mínimo de condições para que eles possam descansar para tocar a viagem depois.

Dentro dessa realidade, Sr. Presidente, eu falo de novo hoje aqui sobre a questão dos caminhoneiros, até porque vou falar também depois aqui que eu entendo que os nossos mandatos têm essa obrigação e têm que estar como uma caixa de ressonância da vontade da população, como fez V. Ex^a da tribuna, Senador Telmário, quando foi falar sobre a questão da corrupção. V. Ex^a foi fundo ali. Como diz o outro, pegou pesado, mas no bom sentido, em nome da moralidade, dos bons costumes e do combate à impunidade. E que cada um responda pelo que fez, seja quem for.

E eu me vejo aqui nessa obrigação, nessa visão da responsabilidade dos mandatos, seja do Presidente da República, da Presidenta ou dos governadores, dos prefeitos, dos Senadores, Deputados, vereadores; enfim, nós temos obrigação de não ter receio de falar de um tema que é polêmico. É claro que esse tema é polêmico. Nós sabemos a força que têm os caminhoneiros. Mas não podemos nos omitir aqui e dar uma de Pôncio Pilatos: não é nada comigo, eu não vou falar para ficar bem com todo o mundo. Nós queremos que prevaleça, sim. Achamos que os caminhoneiros têm direito, sim, a melhorar o frete deles, porque não podem trabalhar de graça. Como dizem, nem relógio trabalha de graça; de alguma forma, vamos ter que pagar, senão, não haverá relógio. Então, eles têm direito a derrubar aquela máxima que diz: caminhão parado é prejuízo, caminhão circulando é um prejuízo maior. Essa é uma máxima que pegou entre os caminhoneiros. E eles têm toda a razão.

Então, é preciso que nós todos – como diz o outro, *nosotros* – possamos colaborar com essa grande reunião do dia 10 para atender as reivindicações básicas dos caminhoneiros e o País possa voltar à normalidade. Até porque, se não forem atendidos no dia 10, eles param de novo. Eles perceberam a força que têm. Como estávamos conversando antes aqui, o País depende das rodovias: não temos ferrovias para corresponder às expectativas do transporte da Nação, não temos hidrovias; é caminhão mesmo! Basta que dois caminhões pararem em uma BR, eles fazem um congestionamento de 10, 20, 30, 40 quilômetros. Basta trancar dois caminhões, e está feita confusão.

E não que isso não seja justo. Eu sei que eles estão me ouvindo e sabem muito bem o carinho que eu tenho por eles. Eu já realizei, meus queridos Senadores, tanto José Medeiros como Telmário Mota, centenas de encontros com eles, participei de congressos com eles. Aqui, na Comissão de Direitos Humanos, no período em que a presidi, eles tinham a Casa aberta, a Casa era deles, como continua sendo. A partir desta semana, eu já pretendo também convocá-los para uma audiência pública, e nós todos não seremos porta-vozes deles, nós todos queremos ajudá-los junto ao Governo e às instâncias correspondentes.

Senador José Medeiros, um aparte a V. Ex^a.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Paim, V. Ex^a colocou muito bem: os caminhoneiros descobriram a força que têm. Eu me lembro de outros movimentos que existiram, que eles fizeram e que não tiveram grande sucesso, porque houve, digamos assim, excesso, e todo movimento em que há excesso ou motivações que não o justifiquem tende a fracassar. Na época, havia algumas motivações de alguns líderes, e também eles tinham radicalizado, fechando totalmente o tráfego. Essa greve agora é diferenciada, primeiro, pela motivação. Ninguém pode negar que eles estão com a razão em termos das suas agoniias. Nós estamos com uma dificuldade muito grande – o Senador Acir colocou aqui –, os nossos corredores rodoviários estão muito precários, e, quanto a algumas rodovias que o Governo se propõe a melhorar e a fazer, nós temos a infelicidade de que essas empreiteiras... Eu não sei o que acontece, mas nós estamos com muito azar. No Estado de Mato Grosso, por exemplo, Senador Paim, uma rodovia em que foram feitos 13 quilômetros num corredor importante, que é a BR-364, quatro dias após eles entregarem a obra, já havia sinais... Sinais, não; já havia buracos na rodovia, essa que é a verdade. Com isso, nós temos um sistema rodoviário complicado e pouco, essa que é a verdade; nós temos poucos lugares para esses caminhoneiros pararem, e, ao mesmo tempo, a legislação cobra; e vão se acumulando todas essas coisas. E acaba que eles descobriram como fazer a coisa agora direito, porque estão ganhando apoio da população. Na minha cidade, por exemplo, Senador Paim, a população estava levando mantimentos e dando toda a logística em apoio aos caminhoneiros. Por que fizeram isso? Porque eles, sabidamente, liberaram o tráfego para veículos pequenos, e tão somente não passavam veículos de carga. Então, fizeram uma greve bem feita, com motivo bem justificado, e criou-se praticamente um

desabastecimento geral no País. Agora, o que fica de lição, Senador Paim, é justamente que o Governo precisa ser ágil nesse diálogo. V. Ex^a fez o dever, que, na verdade, deveria ser do Governo. Alguns Parlamentares aqui na Casa também foram às suas bases conversar com os caminhoneiros, a ponto de conseguir a liberação em alguns pontos. Mas é preciso agora ter muita paciência, muito pouco açoitamento – não é um assunto para se resolver com polícia, como já foi falado nesta Casa – e começar a conversar com todas as lideranças, porque aconteceu uma coisa muito estranha: os próprios líderes dessa greve perderam um pouco o controle disso. Isso segmentou o movimento, de forma que libera aqui, tranca lá e o próprio Governo não sabe muito bem com quem conversar. E agora temos que enfrentar esse problema. Nós temos, agora, a safra para poder ser escoada e fica essa grande responsabilidade de termos que dar resposta à sociedade e é um problema que, de repente, a gente fala: "bom, não é um problema do Legislativo". Na verdade é um problema do Brasil, é um problema de todos nós. Então, eu parabenizo V. Ex^a por esse alerta, por contribuir e porque, neste momento, não é de se dizer: é oposição, situação ou centro. Não, na verdade a gente tem que estar imbuído e, sim, chamar atenção do Governo para que possa ter agilidade nessas coisas e ver o tamanho do problema. Senador Paim, eu tive notícia de que, no seu Estado, há uma cooperativa que já está abatendo, por dia, 3 milhões de pintinhos, porque não há como escoar. No meu Estado, no Vale do São Lourenço, em Jaciara, uma cooperativa de leite, a cooperativa Comajul, está descartando, por dia, 100 mil litros de leite. Então, são prejuízos – e só alguns que eu estou citando – que aconteceram no País inteiro. Às vezes, as pessoas estão dentro dos gabinetes, tratando burocraticamente, e não veem que essa greve desabastece o País e é muito mais séria do que uma greve em que as pessoas simplesmente param e ficam sem aquele serviço. Não. O Senador Blairo Maggi colocou muito bem aqui: o almoço de daqui a três dias está hoje em cima dos caminhões. Então, fica aqui este alerta, mais uma vez, para que o Governo possa colocar todos os esforços para tentar resolver esse problema.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador José Medeiros. V. Ex^a está coberto de razão. Faz o alerta ao mesmo tempo em que aponta que é legítimo o movimento dos caminhoneiros em matéria de reivindicações, só que é preciso que essas reivindicações sejam atendidas no campo, é claro, da razoabilidade. E isso eu espero que se concretize no grande encontro que teremos no dia 10 – teremos, eu digo, o Governo e os Líderes do movimento.

Mas, Sr. Presidente, eu tenho de registrar – com tristeza, é claro, como todos nós a recebemos – a trágica notícia de um caminhoneiro. No sábado pela manhã, no meu Estado, o Rio Grande do Sul, lá perto do chamado Coração do Rio Grande, que é Santa Maria, em São Sepé, região central do meu Estado, o motorista de caminhão Cléber Adriano Machado Ouriques, de 38 anos, foi atropelado ao tentar interceptar um caminhão que furou o bloqueio na BR-392, cerca de dez quilômetros do local do protesto. Ele foi sepultado no dia de ontem, no Cemitério Municipal de São Sepé.

Então, eu deixo aqui a minha solidariedade aos familiares e amigos. Encaminhei já para o Sedol um voto de pesar em nome, é claro, dos próprios caminhoneiros, à sua família e aos colegas do movimento. Rogo que a sua passagem não tenha sido em vão, que a sua luta em defesa dos caminhoneiros seja um modelo para todos aqueles que acreditam num País melhor e contribua para o atendimento das reivindicações.

Sr. Presidente, apesar do esforço feito, é inegável que ainda temos manifestações em Camaquã, Soledade, Fontoura Xavier, São Sepé, Cerro Largo e Santa Rosa. Na BR-116, em Camaquã; na 386, Soledade, Fontoura Xavier; e ainda tivemos na BR-472, na BR-392 (Km 658, ali perto de Cerro Largo); na BR-392, também perto de São Sepé, e por aí vai.

Nessa madrugada, houve um protesto perto da minha cidade – eu sou natural de Caxias, embora resida em Canoas –, na RSC-470, ali em Garibaldi, como também tivemos movimento em Cachoeira do Sul, Ijuí, São Gabriel, Passo Fundo, Getúlio Vargas, Júlio de Castilhos, Santiago, Candiota, Canguçu, Três Passos, Santa Rosa, Sananduva, Nonoai e Montenegro, além de outros trechos também importantes.

Enfim, Sr. Presidente, em Pelotas também tivemos problemas. Não digo problemas, mas houve também movimento.

Recebi inúmeros telefonemas dos próprios empresários do setor, Presidente Collor, pedindo que ajudássemos. Como eu disse antes, são milhões de prejuízo, tanto no abate e na comercialização de animais, como na comercialização de grãos.

Por exemplo, o ex-Ministro Turra, Presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal, me disse: "Paim, tu não consegues medir o prejuízo. São milhões e milhões de reais mesmo. E vão faltar, daqui um pouco, na mesa de todos nós, os produtos para alimentação, como estávamos comentando antes."

Por isso, assim como fiz na sexta, faço o apelo de novo hoje aqui, ressaltando a importância de se encontrar um caminho para que haja um acordo.

A Lei dos Caminhoneiros, que nós aprovamos aqui – aprovamos a primeira e, depois, a segunda, a pedido deles –, a Presidente vai sancionar no dia de hoje. Vai haver um período de carência, que estão ajustando,

para que eles não paguem as prestações dos caminhões. Há ainda o compromisso de não aumentar o diesel entre seis e doze meses – acho que caminhamos para isso – e também os financiamentos do BNDES Procaminhoneiro. Enfim, tudo isso foi colocado, e poderá se chegar a um entendimento.

Eu quero, mais uma vez, deixar à disposição a Comissão de Direitos Humanos para tratar também desse tema nesse período, na linha de colaborar e avançar para que o País volte à normalidade e as reivindicações dos caminhoneiros sejam atendidas.

Eu queria cumprimentar também, Sr. Presidente, neste momento, as centrais sindicais, que hoje fizeram movimentos em todo o País contra as duas MPs – a 664 e a 665 –, que mexem, queiramos ou não – isso é fato, é real; V. Ex^a estava comigo quando debatemos com os ministros –, com os direitos dos trabalhadores e dos aposentados, com o seguro-desemprego, com os direitos dos pescadores, dos pensionistas e até com o décimo quarto daqueles que ganham até dois salários mínimos.

Nós falamos a verdade e o que pensamos, e as centrais estão pedindo que o Congresso não aprove a matéria como foi encaminhada para cá. Acredito que o Congresso não vai aprová-la da forma como veio. É preciso dialogar, negociar.

Para aprovar a reforma da Previdência, encaminhada ao Congresso na época do Presidente Lula, na primeira vez em que ele se elegeu, com toda aquela liderança e, eu diria, gordura para gastar, ele teve que negociar conosco a PEC Paralela, senão não aprovaria.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Pediu apoio do PSDB.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E venceu por quatro ou cinco votos. Teve que aceitar discutir a PEC Paralela.

Então, o Governo vai ter que discutir com o Congresso.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Aliás, até bem lembrado: o Presidente Lula, naquele momento, no auge do prestígio...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – No auge do crescimento.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB - SP) – ... reuniu-se com os Parlamentares do PSDB...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Governadores, todos.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB - SP) – ... pedindo aos Parlamentares – na Câmara, eu era Deputado Federal, o Líder era Jutahy Júnior, – e nos reunimos com o Presidente Lula e demos apoio a ele para completar aquelas reformas que eram realmente importantes para a saúde financeira e mesmo para termos um sistema previdenciário mais equilibrado e mais justo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E houve diálogo, houve negociação, houve conversa. Aprovamos a PEC Paralela, foi o acordo feito, e virou lei também. Quer dizer, não tem como não sentar para conversar.

Acho que temos ainda uma confusão, que é a história da desoneração da folha e faço um comentário rápido.

Quando inventaram a desoneração da folha, eu dizia – e disse na frente dos ministros: “Olha, essa história de passar para 0%, passar para 1% vai dar problema”, não cobria os 20% que você estava deixando de pagar da folha de pagamento. O número mais adequado ali era 2,5%, 3,5%. Não trabalharam para isso. Resultado: agora, vai para 3,5%, 4,5% sobre a folha, e numa época de desemprego. Inclusive eu ia falar do desemprego, estou preocupadíssimo que o desemprego está campeando em todo o País, é fato e é real. Não precisa ser de oposição ou de situação para não ver a situação do desemprego campeando. O que vai acontecer agora? Bom, vão aplicar 4,5% sobre a folha de pagamento, sobre o faturamento ou volta para os 20%. Claro que vai dar, e aí o Ministro Levy foi muito infeliz mesmo, quando disse que, com todo o respeito, “fizeram uma brincadeira no passado”, mas ele tinha que argumentar o que houve na época, que “a intenção pode ser boa, mas houve alguns equívocos e que, neste momento, tenho que rever esse debate”, mas vão ter que negociar também, vão ter que negociar, como vão ter que negociar a questão do Imposto de Renda na tabela para 6,5%, senão a Casa, para mim, vai derrubar o voto. Eu sempre digo o seguinte: para mim, seja projeto ou voto, da forma que eu votei eu voto de novo. Eu não consigo votar de uma forma, pelo convencimento dos meus pares, e depois tem voto, eu vou votar diferente. Eu não consigo. Então, se não negociarem alguma coisa em cima disso, para mim, o voto dos 6,5% também vai cair, vamos derrubar o voto, e o Imposto de Renda vai ser corrigido em 6,5%.

Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Paim, primeiro sobre essa declaração do Ministro Levy. Eu acho que ele foi até muito cordato. Na verdade, houve uma farra de desonerações, e nós estamos vivendo a ressaca, e não foi equívoco, Senador Paim. Equívoco é quando a gente faz uma coisa sem saber das consequências; sabia-se das consequências. Quantos aqui falararam, disseram, escreveram? Quantos economistas não alertaram? E o que diziam dos que alertavam, inclusive quando eu alertava? Que era oposi-

ção, que era negativismo, que era pessimismo. Houve uma farra e sabia-se que as consequências eram essas. Mas era o necessário para facilitar ganhar as eleições e tentar enganar a crise para que valesse a ideia da marolinha. Isso é que tem que ser enfrentado. Por que seu discurso é importante? Ninguém pode comemorar crises, tragédias; mas os caminhoneiros estão ajudando o Brasil a despertar para a realidade. Se não fossem eles, não estaríamos percebendo que tem uma crise muito profunda balançando – e aqui está o Presidente Collor, que falou isso anos atrás, quando falou que era preciso que a gente... O esfacelamento que estava havendo, do Estado, e de certa maneira, hoje, da Nação brasileira. Há, sim, um terremoto em marcha. A crise dos caminhoneiros está nos despertando, mas há uma crise de filas nos hospitais, de crianças sem escola de qualidade. A corrupção é tão grave – embora não venha comida daqui a três dias em cima dos caminhões da corrupção, também tira comida, também diminui a eficiência. Estamos descumprindo compromissos – os políticos, especialmente, e a Presidente da República, mas todos nós. A inflação também come comida, Senador. A comida de daqui a três dias – gostei dessa imagem – está no caminhão hoje. Mas a comida que a gente vai comer daqui a três dias já vai ser menor, exagerando um pouco no tempo, do que hoje, por causa da inflação. Por enquanto, não é daqui a três dias, felizmente; mas daqui a três meses certamente vamos comer menos. E o desemprego que o senhor falou... Então, nesse sentido, essa crise dos caminhoneiros poderia ser uma maneira de despertarmos para uma realidade mais profunda, que é o terremoto social, o esfacelamento de que o Senador Collor falou muitas vezes nos anos anteriores, que está acontecendo. E não estamos nos dando conta, aparentemente, de que existe algo mais profundo do que a crise de falta de água, que é gravíssima em São Paulo, com a crise dos caminhoneiros, que é gravíssima. Chove, aí já não se fala mais em racionamento de água, nem em economia nem em austeridade de água. Amanhã termina a greve – porque vai terminar, é questão de algum tempo – e aí já ninguém fala mais na crise. Eu acho que a gente precisa agradecer aos caminhoneiros por estarem nos despertando, mas nós não teremos desculpas se não despertarmos para a realidade que está aí, como o Governo não despertou a tempo de evitar a farra da desoneração e outros equívocos, chamemos, do ponto de vista das consequências que ocorreram. De toda maneira, seu discurso é muito importante por isso, porque ajuda tocar um despertador para que despertemos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Cristovam, eu falei do desemprego que campeia, queiramos ou não, pelo País. Falei da questão da desoneração e, sinceramente, acho que não houve uma má intenção com a desoneração. Não consigo acreditar que o Ministro Mantega, quando operou a desoneração, fez por maldade. Não acredito, sinceramente não acredito.

Acho que foi um cálculo errado. E a Anfip anunciava, nós anunciamos que aquela redução não ia cobrir a falta do dinheiro que deixou de entrar na Previdência e haveria consequência. Fizemos inúmeros seminários. O Governo disse que não, que se faltasse dinheiro eles cobririam. Não cobriram, não cobriram, não cobriram, e agora veio essa mudança radical, via MP, passando para 4,5, que vai gerar consequências e um debate muito duro aqui no Congresso. Acho que foi erro, foi um equívoco a forma como foi encaminhado.

E aqui no debate espero que a gente avance por um cálculo adequado, que não queiram recuperar, de uma vez só, aquilo que deixaram de receber. E há pessoas que falam em 200 bi, pessoas que falam em 100 bi e pessoas que falam em 70 bi, que nós perdemos, ou seja, que a União deixou de receber. Mas, de outra forma, qual era o cálculo que se fazia? Os argumentos que eu ouvia: esse é um dinheiro que vai ficar na mão do empresariado, vai para o mercado e vai gerar mais emprego. Só que não aconteceu isso, não ficou no mercado, não gerou mais emprego. E nós estamos agora nessa situação que preocupa todos.

Mas eu vou concluir, Sr. Presidente, porque, embora eu tenha trazido por escrito, eu comentei quase todos os temas aqui. Esse é dos caminhoneiros. Já falei de uma iniciativa que entendo positiva, que nós aprovamos aqui, que os aposentados e pensionistas teriam direito a receber uma valorização pelos seus benefícios, acompanhando o crescimento do mínimo, e a Câmara botou na pauta. É um projeto nosso, aqui aprovado, e que agora vai ser votado na Câmara na semana que vem.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a tolerância de V. Ex^a e peço que considere, na íntegra, o pronunciamento sobre o desemprego, a greve dos caminhoneiros e os aposentados.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUIM, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o mandato de um senador, de um deputado, é uma caixa de ressonância da sociedade civil. Nós temos, via os nossos estados, as nossas bases, os nossos apoiadores, um panorama político, social e econômico do pensamento da população e uma radiografia do nosso país. É nosso dever utilizarmos essa realidade, essas realidades.

Tenho recebido inúmeras mensagens, de norte a sul do nosso país, informando sobre demissões que estão ocorrendo. Isso é terrível. E vai ao encontro do que disse, recentemente, Armando Castelar, coordenador de Economia Aplicada da Fundação Getúlio Vargas. Sentenciou em entrevista: o que vemos agora é que 2015 será ainda mais duro do que estávamos esperando.

Consultores e analista econômicos apontam que o índice de desemprego no Brasil deve começar a aumentar este ano. A média de pessoas empregadas no país já diminuiu em 2014 pela primeira vez em 12 anos, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE divulgada no inicio de fevereiro. A queda de 0,1% em relação a 2013 indica que as empresas de fato começaram a fechar vagas.

O aperto já é visível em alguns setores:

Metalúrgicos da GM, em São José dos Campos, São Paulo, estão mobilizados contra a intenção da montadora de demitir 800 funcionários da unidade. Essa unidade possui 5.200 trabalhadores.

“Não há qualquer hipótese de aceitarmos demissões. A única saída para garantir o emprego desses trabalhadores é continuarmos com a greve”, afirmou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Antônio Ferreira de Barros.

Segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o setor de veículos automotores fechou 23 mil vagas no ano passado - e as perspectivas para este ano não são melhores.

Os setores de máquinas e equipamentos também demitiu (22 mil postos fechados); o setor de alimentos (17 mil), o de vestuário (10 mil).

A Federação das Indústrias Rio de Janeiro também registrou um saldo negativo de contratações em 2014.

No total, 2.671 postos de trabalho foram fechados, sendo as indústrias metalúrgica, têxtil, do vestuário e farmacêutica as principais responsáveis.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí, no Rio Grande do Sul, através de seu presidente, Valcir Ascari ‘Quebra-Mola’ prevê que o atual cenário possa levar a demissões nas montadoras do estado.

Segundo ele os “day-offs” que estão ocorrendo no sudeste do país - em que a empresa paga o dia não trabalhado e desconta no banco de horas do metalúrgico podem ter consequências mais amplas.

“É o primeiro indício de uma retração econômica e de demissões em massa. Estamos atentos a qualquer consequência de toda essa crise e, se preciso, vamos fazer uma batalha campal com as montadoras”, disse ele.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí representa aproximadamente 18 mil funcionários dos setores metalmecânico, eletroeletrônico, autopeças e montadoras de automóvel.

Ainda esta semana, Sras e Srs., falei aqui mesmo desta tribuna das demissões que estão ocorrendo no setor naval. Em seguida recebi mais informações.

No município de Itaboraí, onde está sendo construído o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) empresas envolvidas na Operação Lava Jato foram responsáveis por centenas de demissões nos últimos meses e têm atrasado o pagamento de funcionários.

Em Macaé, conhecida como a “capital do petróleo”, a situação também é crítica. Nilton Sampaio, do Sindicato dos Trabalhadores Offshore do Brasil, diz que foram homologadas na região cerca de 2 mil demissões nos últimos seis meses.

Há gravíssimos problemas também na indústria de transformação e de construção. Os registros das entidades desses setores são negativos.

Sr. Presidente, não quero fazer aqui um discurso de ‘terra arrasada’. Por outro lado não posso fugir a realidade.

A taxa de desemprego no Brasil deve continuar crescendo nos próximos dois anos e atingir 7,1% em 2015 e 7,3% em 2016, é o que prevê a Organização Internacional do Trabalho (OIT),

No ano passado, o índice de desemprego no Brasil atingiu 6,8%, nos cálculos da organização.

Segundo o relatório “Perspectivas para o emprego e o social no mundo - Tendências para 2015”, o desemprego no Brasil também deverá ser de 7,3% em 2017, o mesmo índice do ano anterior.

Um detalhe que chama atenção: as taxas de desemprego previstas em relação ao Brasil em 2015 e nos dois próximos anos se situam acima da média mundial.

Esse rápido panorama que fiz só fortalece a minha convicção, a minha certeza, de que não é cortando o seguro-desemprego, retirando direitos trabalhistas, sociais e previdenciários que o nosso país vai acertar o passo e entrar nos trilhos.

Todos nós estamos no mesmo barco. E é por isso mesmo que a situação requer muito diálogo: franco e aberto entre todos o Governo, o Congresso Nacional, os trabalhadores, a classe empresarial.

Rogo para que todos nós tenhamos consciência suficiente para deixarmos de lado os ranços ideológicos, as greis partidárias. O horizonte é um só: o bem da nossa gente e o desenvolvimento do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, volto a falar sobre a situação dos caminhoneiros. Ou seja, a paralisação desses trabalhadores que reivindicam melhores condições de trabalho, redução do valor do diesel, melhor preço dos fretes.

Foi com muita tristeza que recebi a trágica notícia da morte de um caminhoneiro, no sábado pela manhã, em São Sepé, região central do Rio Grande do Sul.

Cléber Adriano Machado Ouriques, de 38 anos, foi atropelado ao tentar interceptar um caminhão que furou o bloqueio na BR-392, cerca de 10 quilômetros do local do protesto.

Ele foi sepultado no dia de ontem no cemitério municipal de São Sepé. Deixo aqui minha solidariedade aos familiares, amigos e colegas da categoria.

Rogo, que a sua passagem não tenha sido em vão. Que a sua luta em defesa da categoria sirva de exemplo para todos aqueles que acreditam num País melhor.

Sr. Presidente, no Rio Grande do Sul manifestações ocorreram hoje pela manhã em Camaquã, Soledade, Fontoura Xavier, São Sepé, Cerro Largo e Santa Rosa.

Conforme o último balanço da Polícia Rodoviária Federal, aumentou de dois para quatro, o número de estradas com manifestações.

Ontem, somente a BR-116, em Camaquã, e a BR-386, em Soledade e Fontoura Xavier, tinham bloqueios. Hoje, os piquetes acontecem na BR-472 (km 155, Santa Rosa), BR-392 (km 658, Cerro Largo), BR-392 (km 297, São Sepé), BR-386 (km 268, Fontoura Xavier), BR-386 (km 243, Soledade) e BR-116 (km 397, Camaquã).

Nesta madrugada houve um protesto na RSC-470, em Garibaldi, por pelo menos uma hora. Hoje, às 16 horas, haverá nova manifestação na cidade de Camaquã.

Ocorreram também manifestações em Cachoeira do Sul, Ijuí, São Gabriel, Passo Fundo, Getúlio Vargas, Júlio de Castilhos, Santiago, Candiota, Canguçú, Três Passos, Santa Rosa, Sananduva, Nonoai, Montenegro, entre outras. Até a noite de sábado havia 25 trechos interditados.

O protesto dos caminhoneiros ganhou as rodovias gaúchas. Já ocorreram dezenas de bloqueios desde que o protesto teve inicio há mais de uma semana.

As manifestações geraram tensão e conflito entre caminhoneiros e policiais no Litoral Norte, onde ocorreu a maior mobilização do país em nº de caminhões.

Ainda no domingo, a polícia prendeu nove líderes do movimento: duas prisões aconteceram em Camaquã para liberação da BR 116 e sete, em Pelotas, na BR 392.

Aliás, este movimento é legítimo. Os trabalhadores tem o direito de protestarem. E, também, uma de suas lutas é contra as más condições das estradas.

Sr. Presidente, Eu entendo que a situação ainda está nebulosa.

A Justiça concedeu liminar, no sábado, determinando a desocupação de todas rodovias estaduais dentro de 24 horas, fixando multa de R\$ 100 mil no caso de ocupação e interdição.

Já o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) havia determinado que os bloqueios nas rodovias federais do RS acabassem.

Os trabalhadores caminhoneiros continuam mobilizados nas estradas do Rio Grande do Sul e pontos chaves de grande movimentação, em posto de combustíveis.

Pelo que li nos jornais desta segunda-feira, as paralisações seguem em Santa Catarina e Mato Grosso, onde parte da categoria também não aceitou as condições propostas pelo governo federal de manter o preço do diesel congelado por seis meses.

Paraná é um dos Estados mais afetados pelas manifestações: Em Umuarama, durante todo o dia de ontem, os grevistas fizeram pontos de bloqueio em dois pontos da PR-323, no trevo de entrada de Maringá e no trevo de acesso para Mariluz. Também permaneceu fechado a PR-482, que dá acesso à Paranavaí.

Em nota, o governo federal reafirma a intenção de fechar acordo com os caminhoneiros, colocando o governo à disposição para o diálogo com objetivo de encerrar as interdições.

A presidente Dilma Rousseff pretende sancionar ainda no dia de hoje, sem vetos, a chamada "Lei dos Caminhoneiros". O acordo para que isso ocorresse foi acertado em reunião na quarta-feira passada com representantes dos caminhoneiros e a Secretaria-Geral da Presidência da República.

Pela lei, haverá isenção de pagamento de pedágio para eixo suspenso de caminhões vazios, o perdão das multas por excesso de peso expedidas nos últimos dois anos e a ampliação de pontos de parada para descanso e repouso.

Sabe-se também que o governo tomará as medidas necessárias junto ao Congresso Nacional para permitir a prorrogação por 12 meses das parcelas de financiamentos de caminhões adquiridos pelos programas Pro Caminhoneiro e Finame do BNDES.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, como já disse aqui: a manifestação dos caminhoneiros é legítima. Eles são trabalhadores e, estão “peleando” por aquilo que entendem ser seus direitos.

Por outro lado, o governo federal atua de forma a fazer o melhor possível pelo País. Ninguém quer que a população seja prejudicada: nem caminhoneiros, nem governo. É claro que isso causa problemas.

A minha, a nossa função como parlamentar, integrante do Poder Legislativo é também mediar problemas como a greve dos caminhoneiros.

Amanhã, eu serei empossado presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa desta casa. Vamos chamar uma audiência pública para debater este assunto com a participação de todos os envolvidos: representantes do setor, caminhoneiros autônomos, empresários e governo federal.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quero saudar o presidente da Câmara, deputado federal Eduardo Cunha, que colocou na pauta de votação desta semana (item 3), projeto que torna permanente o atual critério de reajuste anual do salário mínimo.

A legislação atual determina que a atualização do salário mínimo seja calculado com a da inflação, medida pelo INPC do ano anterior, mais a variação do PIB de dois anos anteriores.

O que valoriza ainda mais a decisão do nobre presidente da Câmara, é que o relator, deputado André Figueiredo, apresentou emenda estendendo o mesmo reajuste do salário mínimo as aposentadorias e pensões.

A minha satisfação é ainda maior por que no ano de 2008, esta Casa, o Senado Federal, aprovou a proposta, de minha autoria, por unanimidade. Desde lá o projeto tramita na Câmara.

A aprovação do reajuste das aposentadorias e pensões vinculadas ao mesmo percentual do salário mínimo foi aprovada juntamente com o fim do fator previdenciário.

Na época fizemos vigílias aqui no Senado. Percorremos o País inteiro de norte a sul, com apoio da Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas), federações e sindicatos de aposentados.

A valorização dos aposentados e pensionistas é uma questão de justiça social. Oxalá a Câmara, enfim, após 7 anos, aprove a nossa proposta.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Paim, irão para os Anais do Senado.

Agora, nosso próximo orador é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, representando o grande Estado de São Paulo.

Quero registrar a presença do Deputado Federal Paulo Rubem, de Pernambuco, terra do meu avô.

Com a palavra, o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é cada vez mais óbvio – e nós já ouvimos aqui, mesmo com todas as reservas com que o Senador Tem expôs as suas críticas a essa medida provisória que revê as desonerações da folha de pagamento –, é evidente que estamos diante da constatação do fracasso retumbante da política econômica adotada no primeiro Governo da Presidente Dilma.

Diante disso, era evidente a necessidade de promover mudanças. Ela mesma dizia durante a campanha eleitoral: “Governo novo, ideias novas”. Mas ela não teve, Sr. Presidente, a coragem nem o discernimento de conceber, realmente, um caminho novo. No lugar de um novo caminho, de uma nova política econômica que promovesse a competitividade, que alargasse os horizontes comerciais brasileiros, da produção brasileira, que fizesse uma reforma tributária eficiente, em vez disso ela convocou o Sr. Joaquim Levy e lhe delegou tomar medidas de ajustes, que são comezinhas, corriqueiras, que não exigem nenhum tipo de grande elaboração política teórica para a sua concepção. Delegou a ele tomar medidas de ajustes que consistem em aumento de tributos e cortes de gastos, e teve o cuidado de se manter muito distante dos anúncios das medidas tomadas pelo Ministro, mas que eram medidas que ela, evidentemente, avalizava.

O Ministro Levy tem inquestionável formação acadêmica, experiência como gestor, economista no setor público, no setor privado, e está conduzindo uma política econômica – se é que se pode chamar de política econômica aquilo que não passa de uma política fiscal restritiva – que não tem nada de inovador; ao contrário, essas medidas, repito, simplesmente recorrem a corte de gastos e aumento de tributos no sentido de recuperar a chamada credibilidade do Governo diante dos mercados.

O Ministro Levy é uma espécie de autômato, como se ele não respondesse a ninguém. Ele vai tirando da sua cartola medidas, propostas, que – algumas delas – apresenta com comentários cáusticos em relação ao

governo anterior, da própria Presidente a que ele serve, hoje, como Ministro da Fazenda, com este objetivo: acalmar o mercado. Aliás, um objetivo explícito.

O Ministro, quando esteve em Davos, recentemente, fez intervenções, e também em Washington, na mesma linha, dizendo que a tarefa do Governo era restaurar a credibilidade da administração central, no sentido de gerir as contas públicas e trazê-las para o caminho da responsabilidade, da qual ele havia se desviado. E a última expressão do Ministro é “dado uma escorregadinha” durante o governo passado.

A Medida Provisória nº 669, da qual falava ainda há pouco o nosso colega Paim, é a maior evidência disso. A medida autoriza que os setores beneficiados nos últimos anos com a troca da contribuição de 20% sobre a folha de pagamento, pela contribuição de 1% ou 2% sobre o faturamento, poderão optar por voltar para o regime antigo. Só que quem ficar no regime tributário instituído pela Presidente Dilma, com grandes festas e anúncios de mudanças, de novos tempos para o Brasil, quem ficar com a alíquota sobre o faturamento terá as alíquotas ampliadas de 1% para 2,5% e de 2% para 4,5%. Então o empresário vai se ver entre a cruz e a caldeirinha. Ou volta para o sistema anterior, de contribuição de 20% sobre a folha, ou opta pela nova forma. E para algumas empresas, especialmente aquelas que são menos intensivas em mão de obra, pode ser um bom negócio, mas para aqueles que vão ficar no sistema da contribuição sobre o faturamento, haverá um aumento de tributos.

É a maneira pela qual o Ministro propõe a correção do que ele chamou uma brincadeira promovida pela própria Presidente no governo anterior. Eu confesso que se fosse Presidente da República – eu, pessoalmente –, não toleraria esse tipo de desvio de linguagem. Para mim isso é caso de demissão imediata. Só que a Presidente Dilma não pode. Ela é refém do Ministro Levy. É a última esperança de manter ainda sob controle a imagem do Brasil frente aos nossos credores. Se tira o Ministro Levy, imediatamente vem o rebaixamento dos títulos da dívida brasileira.

É terrível isso! Ela é refém do Ministro Levy, e o Ministro Levy, por outro lado, age sem que haja o respaldo explícito da Presidente da República, assumindo funções cada vez mais ambiciosas. Hoje, ele é uma espécie de primeiro-ministro: articula com o Congresso, fala aqui, fala ali, vai para os foros internacionais. Não sei até quando isso durará.

Qual será o resultado dessa medida provisória, meu caríssimo amigo, Senador Lindbergh? A arrecadação, segundo Levy, deverá aumentar em R\$12 bilhões em decorrência dessa MP. Eu tenho minhas dúvidas sobre esse cálculo, porque todo o mundo sabe – até as pedras sabem – que o aumento de alíquotas, o aumento de tributos, especialmente em uma situação de paralisação da economia, de juros muito altos, pode aprofundar a recessão e, com isso, minimizar os ganhos fiscais. É um dos males de se ter alguém que só vê o lado fiscal das medidas econômicas, sem levar em conta um panorama mais geral e a sua repercussão sobre as consequências mais amplas que elas possam acarretar para o conjunto da economia.

O Ministro Levy também fixou limites duros para a execução de despesas de custeio e de capital, que não poderão ultrapassar mais de R\$75 bilhões entre janeiro e abril. Ora, evidentemente, estamos falando de congelamento de investimentos, porque o custeio, em grande medida, não pode ser comprimido. O Presidente Collor, que me assiste com muito interesse, para minha alegria, sabe disso. Quando se fala em corte de gastos, está-se falando, prioritariamente, em corte de investimentos, uma vez que um Governo que tem 39 Ministérios não tem como comprimir gastos de custeio e nem se fala em sua redução.

Então, o Ministro Levy propõe congelar investimentos entre janeiro e abril, além de já ter aumentado tributos como Cide, IOF, IPI, PIS/Pasep e Cofins, ou seja, um programa fiscal focado na redução da renda disponível, ou seja, no dinheiro do bolso do brasileiro.

Não quero incorrer aqui no exercício de materialismo vulgar e dizer que o Ministro Levy veio do mundo do capital financeiro e, portanto, como ministro, aplicará a receita do capital financeiro. Não diria isso. Na história do Brasil, tivemos exemplos claros e brilhantes de pessoas que, no exercício do poder, contrariaram os interesses de sua própria classe. E tivemos também, como temos, políticos saídos do meio operário, do meio sindical, que fazem a política do grande capital.

Um deles é o ex-Presidente Lula.

Mas o fato é o seguinte, Sras. e Srs. Senadores: enquanto Dilma e Levy buscam economizar R\$12 bilhões com essa medida provisória que vai agravar a recessão – pelos meus cálculos, não se chega a R\$12 bilhões, no máximo a R\$8 bilhões –, por outro lado, o Banco Central continua realizando operações de enxugamento de liquidez, retirando dinheiro de circulação junto a instituições financeiras, a um custo elevadíssimo.

São as chamadas operações compromissadas, um nome que começa cada vez mais a ser falado. Lembro-me, na legislatura passada, de que o Ministro Dornelles sempre questionava os presidentes do Banco Central, quando compareciam à Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o volume das operações compromissadas. Ora, essas operações estão crescendo a cada dia. São operações realizadas pela autoridade monetária com títulos públicos emitidos pelo Tesouro, que são postos à venda, digamos assim. E o Banco Central usa esses

títulos para retirar dinheiro de circulação – vende título e tira dinheiro de circulação. Isso ajuda a manter a inflação sob controle.

Mas essa operação tem um custo pesadíssimo para o Erário, uma vez que o mercado, o chamado mercado financeiro, só entra no jogo se for para ganhar, e ganhar uma boa remuneração. Hoje, essas operações estão sendo realizadas por um prazo cada vez mais curto; são operações em que os títulos são vendidos – digamos – por uma taxa prefixada: coloca-se no mercado um título que rende x de remuneração. Esse x, hoje, é de 12,5%, é a Selic. O prazo dessa operação está encurtando cada vez mais.

Hoje, as operações compromissadas representam 80% das operações de venda de títulos do Tesouro ao mercado. Está se aumentando o volume e diminuindo-se o prazo. Chegam a ser feitas de um dia para o outro. É o chamado *overnight*, que está voltando a uma taxa elevada, a taxa Selic.

Muito bem, quanto custa essa brincadeira – para usar a expressão do Ministro Levy?

Façam os cálculos, Sras. e Srs. Senadores. As operações compromissadas são de R\$918 bilhões, segundo a última Nota de Política Fiscal divulgada pelo Banco Central, em janeiro de 2015. O custo dessas operações já representa nada menos, segundo dados oficiais, do que R\$112,5 bilhões por ano. Ou seja, quase dez vezes mais do que aquilo que o Governo espera ganhar com a mudança da forma de financiamento da seguridade social.

Então, você muda uma política de Governo, aumenta o custo das empresas, aprofunda a recessão para ganhar R\$12 bilhões, na melhor das hipóteses. E, por outro lado, ao fazer a política que interessa ao grande capital financeiro, o Governo brasileiro gasta só nas operações compromissadas R\$112 bilhões – dez vezes mais!

Ora, as razões disso chegam a fugir da minha compreensão, meu caro Presidente. Você diria que não há saída para o Banco Central? Claro que há. Tenho certeza de que, se não houvesse essa possibilidade de ganhos tão expressivos para o grande capital financeiro, se o Banco Central decidisse colocar esses títulos e batesse o pé nisso, digamos a 30 ou 40% desse valor, tenho certeza de que ainda assim haveria oportunidade de colocação desses títulos para financiar suas ações na política monetária.

Sras. e Srs. Senadores, não quero tomar o tempo dos senhores com este discurso, mas queria trazer este tema à reflexão do Senado: qual é o custo de uma política fiscal que, além de recessiva – além de recessiva –, está levando, pelo seu lado monetário, pela política monetária do Governo, o Brasil a uma perda líquida de condições de investimento – que não sei quando se poderá recuperar, porque não vejo, por parte da Presidente da República, a disposição, a capacidade de se desvincilar dessa lógica na qual ela se aprisionou?

A Presidente criou tamanho buraco, criou tamanha dificuldade para si mesma que, hoje em dia, ela está condenada a se desdizer, fazendo no segundo mandato o que havia prometido ao final do primeiro, sem apontar para o Brasil uma saída.

É um Governo perdido, um Governo sem rumo, que equivale a não Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Presidente Collor, V. Ex^a permite, por cinco minutos, o Senador Medeiros falar como Líder? (Pausa.)

Obrigado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, quero agradecer ao Senador Fernando Collor e apenas fazer um registro.

Eu estive lá na Valec, juntamente com o coordenador do Movimento Pró-Logística no Estado de Mato Grosso, visitando aquela empresa. A Valec é uma empresa pública brasileira que constrói ferrovias, administra o sistema ferroviário brasileiro e que, às vezes, passa até despercebida no cenário público brasileiro.

Ultimamente só se fala em Petrobras, que é também uma das empresas importantes no Brasil e que tem problemas sérios, mas é muito importante também virarmos os olhos para essa empresa brasileira, para essa empresa de economia mista que administra o sistema ferroviário brasileiro.

Nós temos uma deficiência muito grande em termos de infraestrutura e de logística neste País, principalmente neste momento em que estamos à mercê, vamos dizer assim, dessa greve dos caminhoneiros, com o desabastecimento, com a falta de alimentos, com a perda de produção. Como eu já disse aqui, no Vale do São Lourenço, em Mato Grosso, na cidade de Jaciara, estão sendo derramados todos os dias cem mil litros de leite. O presidente da cooperativa COMAJUL me telefonou há pouco e me informou que estão tendo de descartar o leite porque não conseguem transportá-lo.

No Rio Grande do Sul, como eu também já disse aqui, uma cooperativa está matando, todos os dias, três milhões de pintinhos, porque os ovos eclodem e não têm como transportar isso.

Estamos com essa crise – e o Senador Paim colocou isso aqui e o Senador Cristovam também – que nos traz a oportunidade de refletir sobre o nosso sistema de transportes, sobre toda essa relação com a nossa infraestrutura.

Somos um país dependente do setor de *commodities*, vivemos praticamente da exportação de *commodities*, mas precisamos ter corredores para isso.

Nesse contexto, estive com o presidente da Valec justamente porque o Estado de Mato Grosso é um dos que mais padecem em termos de infraestrutura, em termos de logística. Sua produção fica emperrada nos gargalos das poucas rodovias e é um Estado muito carente de transporte.

Conversando com o Presidente, o Sr. Bento José de Lima, juntamente com o Sr. Edeon, do Pró-Logística, falamos justamente da FICO, a ferrovia que vai ligar todo o norte de Mato Grosso até a Ferrovia Norte-Sul. Seria um novo corredor e muito importante para o Estado, que, hoje, depende basicamente da BR-364 e da BR-163.

A FICO vai, diretamente, já beneficiar os Municípios de Cocalinho, Nova Nazaré, Água Boa, Canarana, Gaúcha do Norte, Paranatinga, Nova Ubiratã, Lucas do Rio Verde, Nova Maringá, Brasnorte, Sapezal, Campos de Júlio e Comodoro. Além disso, o objetivo é que ela continue rumo a Rondônia e Acre e que possamos, dentro em breve, ter a Ferrovia Transcontinental e ter uma saída para o Pacífico.

A nossa preocupação tem sido, desde que chegamos a esta Casa, Sr. Presidente, justamente lutar e cobrar do Governo soluções para que a nossa infraestrutura melhore. Agora, essa greve dos caminhoneiros vem também por essas dificuldades.

Nas rodovias, hoje, neste momento, temos vários caminhoneiros parados pela greve, mas temos também, no norte de Mato Grosso e sul do Pará, muitos caminhoneiros, neste momento, parados, não porque querem, mas porque estão atolados na BR-163.

Então, temos essas situações, e deixo aqui esse registro. Estive ali com o Presidente justamente para cobrar agilidade nessa nova ferrovia.

Eu quero fazer esse registro, Sr. Presidente, no sentido de que essas concessões... Fiquei até contente quando ele me informou que as novas concessões que estão sendo tratadas já vêm com novo modelo.

Porque, nas que temos atualmente – e cito o exemplo de Rondonópolis, no Mato Grosso, onde temos a Ferronorte –, o preço da tonelada transportada pelos vagões de trem é basicamente o mesmo preço da tonelada transportada pelo caminhão. Então, isso se deve ao modelo de concessão que foi colocado para a empresa, e a empresa detém o monopólio, toca do jeito que quer e cobra o tanto que quer.

De forma que ficou o exemplo, um exemplo ruim, porque essas concessões são feitas por longos anos. Mas, nesse novo modelo que a Valec está propondo, já se vê concessões diferentes por meio das quais é possível a concorrência e o barateamento desses fretes.

É isso, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex^a e, novamente, agradeço o Senador Fernando Collor pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – O nosso próximo orador é o Presidente Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Ex^{mo} Sr. Presidente desta sessão, Senador Telmário Mota, Sras e Srs. Senadores, Senador Aloysio Nunes Ferreira, exatamente há oito anos, apresentei minha primeira proposição legislativa nesta Casa: a PEC nº 31, de 2007, que institui o sistema parlamentar de governo no Brasil, o Parlamentarismo. Ao fim da Legislatura passada, em 2014, a matéria foi arquivada, nos termos regimentais. A mensagem é absolutamente clara para mim, e a aceito com toda a naturalidade de quem conhece e entende os fundamentos da democracia, a dinâmica da política e o funcionamento do Poder Legislativo. Porém, dentro dessas mesmas regras, reapresentarei a proposta, para que o tema permaneça sob a análise desta Casa, sem nenhum prejuízo para futuros debates sobre este e outros temas conexos.

O fato, Sr. Presidente, é que trago esse assunto à tona apenas e tão somente para introduzir e dar fulcro ao tema que já entrou em nossa agenda prioritária nesta nova Legislatura, a despeito de nunca ter saído, na prática, do debate parlamentar. Refiro-me à tão propalada, desejada e urgente reforma política, da qual muito se fala, mas pouco evolui, e para a qual nada se converge em consenso, motivo maior de sua eterna procrastinação. Contudo, a recente e inovadora iniciativa do Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, de promover uma sessão temática de debates sobre reforma política neste Plenário, já nos dá a certeza de que temos sim condições de avançar.

Assim, começo a abordar a reforma partindo do pressuposto que devemos considerar, como ponto de partida, o sistema presidencialista de governo.

Desta mesma tribuna, Sras e Srs. Senadores, alertei em algumas oportunidades o que, em minha opinião, vem a ser o maior problema brasileiro da atualidade, incluindo o da arena política: o esfacelamento institucional. E aqui permitam-me recordar algumas de minhas palavras, disse eu:

O que se tem verificado ultimamente no Brasil é que a credibilidade dos poderes e de seus integrantes tem-se mostrado inversamente proporcional à sua legitimidade. A diminuição da confiança dos cidadãos nas instituições do governo e a queda de credibilidade dos governantes, provocam uma diminuição de sua capacidade para enfrentar os problemas, dentro de um círculo vicioso que pode ser definido como a espiral da não-governabilidade. A verdade é que temos o crescimento de uma tendência autoritária de poderes e subpoderes, do qual o Brasil custou a se livrar e que ameaça voltar e se transformar em uma aguda e irreversível crise institucional ou no esfacelamento de nossas instituições democráticas. Cumpre a nós, eleitos para o Parlamento por meio da livre manifestação dos eleitores, reabrir de vez os abusos e desequilíbrios institucionais para conseguir, com isso, reagir de pronto a esta grave crise e real ameaça à democracia brasileira. O papel do Parlamento é debater tecnicamente e mostrar politicamente a direção, o sentido e os caminhos da ação.

Como a Casa das Leis e dos representantes da população, o Parlamento precisa apresentar soluções, diretrizes e alternativas de planejamento estratégico para o País, e, principalmente, para repensar o modelo do Estado brasileiro, sua estrutura, sua configuração, seu funcionamento. E assim conclui: passou da hora de enfrentarmos de vez uma profunda, radical e definitiva reforma política. E se é para fazê-la, que a façamos com abrangência e organicidade, e não apenas baseada em pequenos tópicos de alteração do sistema eleitoral e partidário.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, se considerarmos a polarização e a radicalização das últimas eleições presidenciais, o acúmulo de escândalos recentes envolvendo partidos e agentes públicos, a crise de legitimidade das instituições e, por fim, as manifestações de rua que, desde 2013, vêm tentando reassumir o protagonismo das diretrizes políticas no Brasil, só nos resta empreender o esforço de tentar, com afinco, responder e atender às expectativas da sociedade, a começar por concretizar a reforma política nos moldes, aspirações e objetivos dos demandados. Do contrário, corremos o risco de consolidarmos a impressão popular cada vez mais próxima do pensamento do filósofo reacionário Constantine Pobedonostsev, procurador do Santo Sínodo e chefe da Igreja Ortodoxa russa no Século 19, para quem (abro aspas): "o Parlamento é uma instituição a serviço da satisfação das ambições pessoais, da vaidade e dos interesses próprios de seus membros. A instituição do Parlamento é de fato uma das maiores ilustrações da ilusão humana."

Assim, Sr. Presidente, não vejo outra alternativa senão enfrentarmos de frente a realidade e tentarmos de uma vez por todas reformar a política brasileira. Mas, como assevera o cientista político Octaciano Nogueira,

O primeiro e mais eficiente resultado de qualquer reforma é que produza mudanças e transformações que justifiquem a sua adoção, modernizem velhas práticas, substituam arraigados e superados hábitos e proporcionem racionalidade e economia.

Portanto, para conseguirmos aprovar a verdadeira reforma política que a população brasileira exige, almeja, precisaremos, com efeito, construir pontes e, mais ainda, destruir muralhas, ou seja, mais do que reformar, devemos reconstruir a política e suas instituições.

Para tanto, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, alguns pressupostos básicos, porém fundamentais, precisam ser amealhados por nós, legisladores responsáveis por promover e viabilizar as mudanças necessárias ou, em outras palavras, dar o rumo ao novo processo político desejado pela esmagadora maioria dos eleitores. Sem esses pressupostos torna-se impossível qualquer chance de aprovação de uma reforma de verdade.

Em primeiro lugar, precisamos entender e admitir que não há sistemas ou modelos perfeitos. Todos, sem exceção, possuem vantagens e desvantagens, ainda que em maior ou menor grau. Portanto, há de se buscar, ao máximo, o acordo possível para as alternativas que melhor se adaptem às virtudes e às características da política brasileira e, ao mesmo tempo, que reduzam, ao máximo, os seus vícios, seus defeitos, suas impropriedades – todos já bem identificados pelo eleitor e pelos especialistas. Além disso, os diversos modelos tendem a favorecer determinadas situações em detrimento de outras. Cabe a nós definirmos que situações defendemos ou desejamos. Exemplo clássico refere-se ao modelo do voto. Enquanto o sistema majoritário, por tender à redução dos partidos, aumenta a governabilidade, mas diminui a representatividade, o sistema proporcional, que potencializa a quantidade de partidos, diminui a governabilidade, porém aumenta a representatividade. Resta definirmos nossa prioridade, de preferência encontrando um equilíbrio de resultado que atenda, satisfatoriamente, às duas circunstâncias.

Em segundo lugar, qualquer que seja a proposta de reforma política, ela precisa ser orgânica, coesa, funcional, coerente ou, em outras palavras, sistêmica. Sem essas características, corremos o risco de aprovar mudanças com institutos, princípios, instrumentos que não se coadunam ou se interliguem entre si, inviabilizando seus próprios efeitos. Um exemplo é o financiamento público de campanha que requer o voto em lista, pois

este é condicionante para o destino dos recursos diretamente aos partidos e não aos candidatos. Na prática, sem o voto em lista, seria uma distribuição inaplicável dado o excessivo número de postulantes. Ou seja, de nada adianta aprovar o financiamento público se o voto em lista preordenada não for adotado.

Um terceiro pressuposto é a necessidade de que as alterações legais de nosso sistema político, tanto o eleitoral como o partidário, entrem em vigor paulatinamente, por etapas e, principalmente, após um médio ou mesmo um longo prazo. Não podemos nos iludir de que aprovaremos mudanças que afetem os atuais mandatários deste Congresso Nacional. Afinal, não devemos esquecer – e daí a nossa maior responsabilidade perante a opinião pública – de que a legislação eleitoral é a única em que os beneficiários são os próprios legisladores. Assim, é preciso um prazo de duas ou mais legislaturas para que as novas regras passem a vigorar por completo, de modo a garantir que não prevaleça nos votos parlamentares da reforma a visão de curto prazo ou cujo principal objetivo seja a próxima eleição.

Outro importante pressuposto é garantir um prazo determinado e fixo para que os grupos político-partidários promovam um rearranjo de suas forças, ou seja, uma janela, como se diz, num período anterior à entrada em vigor da reforma, de modo a permitir uma recomposição política, especialmente quanto às composições dos Partidos, sem punição para as mudanças de legenda. Isso porque vivemos hoje...

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD - DF) – Um aparte a V. Ex^a.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Por gentileza, o aparte de V. Ex^a. Muito obrigado.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD - DF) – S. Ex^a, Senador Fernando Collor, é uma pessoa com a mente muito aberta e que realmente merece todo o nosso apoio e nosso carinho aqui nesta Casa, principalmente quando traz uma proposta tão importante e relevante quanto a essa de reforma política que propicia a todos aqueles que estão inquietos, que estão assim não tão à vontade, que possam ter uma liberdade de, de repente, ter um tempinho de um janela sem precisar de nenhum subterfúgio, sem nenhum tipo de coisas não tão claras do jogo. Quero dizer que V. Ex^a é muito lúcido quando coloca uma proposta desse alcance, dessa envergadura, que só vem a atender aos anseios do País, das agremiações partidárias e de todos nós. E também quando vem aqui colocar pontos tão relevantes, igual aos que V. Ex^a vem colocando nesse discurso. Então, para mim, é de muita honra, muito valoroso compartilhar este recinto com V. Ex^a e dizer que colaborei e que apoio as proposições que V. Ex^a vem colocando com relação à reforma política, tão importante para o nosso País. Obrigado a V. Ex^a.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Hélio José, e acolho, com muita satisfação, as suas ponderações feitas às palavras que venho hoje pronunciando em função da reforma política que urge tratemos dela para viabilizá-la.

De modo que, como dizia, especialmente quanto às composições dos Partidos, sem punição para as mudanças de legenda, isso porque vivemos hoje um quadro congelado, uma situação cristalizada, porém, tisnada em função da fidelidade partidária imposta de uma hora para outra pela Justiça. Até porque, com as novas regras eleitorais que pretendemos votar, haverá a necessidade de uma adaptação a elas e uma acomodação por parte do atual sistema partidário.

Por fim, o último e talvez mais importante pressuposto refere-se à pressão e ao apoio da população. Sem a efetiva participação e concordância da sociedade, dificilmente conseguiremos levar a termo uma profunda reforma política, daí ser imprescindível que as propostas se coadunem com as expectativas e com os anseios do eleitor e que este se identifique com elas e se manifeste a ponto de exercer a necessária pressão para aprová-las.

É para ele, o eleitor, que devemos direcionar o novo processo político, ainda que eventualmente consideremos que algumas soluções ou alternativas não sejam as ideais para as nossas perspectivas ou pretensões políticas. Da mesma forma, temos de estar conscientes de que nem tudo que a população deseja isoladamente é factível e aplicável dentro de um conjunto de normas que pretende ser funcional e sistêmico. Portanto, nem sempre será possível atender na íntegra alguns dos anseios da sociedade, motivo pelo qual deveremos saber eleger prioridades e aprovar o que for, de fato, mais substancial, aplicável e representativo àqueles anseios.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a maior parte desses pressupostos estão bem identificados na introdução da excelente coletânea recém publicada pelo Senado Federal denominada “Resgate da Reforma Política, Diversidade e Pluralismo do Legislativo”, organizada pelos consultores legislativos Rafael Silveira, Fernando Meneghin e Gabrielle Pereira. Ao dissertar sobre as dificuldades de se efetivar uma reforma política, eles assinalam que

um aspecto relevante é o de que as propostas são formuladas para combater problemas específicos. A solução desses problemas é que enseja os desenhos de cada proposta de reforma política. Mas, afinal, qual deve ser o mal a ser combatido? A corrupção? A ameaça à governabilidade? A fraqueza dos parti-

dos? A falta de legitimidade da classe política? O distanciamento entre representantes e representados? Boa parte das propostas está centrada em uma ou no máximo duas perspectivas, deixando as demais à margem da discussão. Cada intenção de mudança está respaldada numa motivação ou naquilo que cada grupo social imagina ser o problema mais relevante. O afunilamento dos objetivos tem afastado as propostas e dificultado o consenso, estratificando propostas que deveriam dialogar entre si, dado que os temas se interligam. Além disso, perde-se a oportunidade de aplicar soluções graduais ou que contemplem uma noção intertemporal negociada que viabilize a formação de maioria ou mesmo de consensos.

Afirmam ainda os consultores:

Ao contrário do que se supõe, a falta de soluções e consensos não está especificamente na demora do consenso, mas justamente na ausência da participação da sociedade nas arenas decisórias, o que, por sua vez, estimula a descontinuidade das discussões.

Daí ser imprescindível, Sr. Presidente, que as propostas que aqui apresentarei, em que pese não representarem necessariamente a minha opinião particular, mas a que considero ser a mais próxima da sociedade, sejam submetidas ao crivo da população interessada por meio de pesquisas diversificadas e permanentes por parte do instituto de pesquisa do próprio Senado Federal, o DataSenado. É o apelo que faço, de modo a darmos início a um profundo processo de discussão e votação baseado nos resultados das pesquisas. Outra forma é a ampla divulgação das propostas por todos os meios disponíveis, de maneira que possamos ter, o quanto antes, um retorno de opiniões e da repercussão nos meios especializados. Por isso, precisaremos de tempo. Não podemos, de afogadilho, e no afã de mostrar rápidos resultados, também aprovar uma reforma sem um acurado exame, uma extensa discussão e principalmente sem ouvir o que nos dizem as ruas e os especialistas. Por tudo isso, também levarei minhas propostas ao recém nomeado Conselho de Estudos Políticos do Senado Federal, do qual sou integrante juntamente com os senadores Eduardo Amorim, Jáder Barbalho e Romero Jucá.

Sr. Presidente, dada a impossibilidade de apresentar desta tribuna o estudo completo que iniciei há mais de um ano e meio e que resultou na produção de dois grandes documentos, farei apenas um resumo das propostas, de forma pontual e sem maior aprofundamento. Antes, porém, eu me comprometo a encaminhar a todos os gabinetes parlamentares esses dois documentos que embasam e sustentam minhas sugestões, juntamente com a cópia deste discurso. O primeiro documento, Tomo 1, denominado "Bases para uma Reconstituição Política Brasileira" traz um amplo espectro de informações e dados necessários ao debate, bem como as propostas para a Reforma Política em si. O segundo documento (Tomo II), denominado 'Componentes da Reforma Política - Opiniões e Citações', com mais 140 páginas, apresenta, separadamente, em torno de 500 manifestações de especialistas, políticos, imprensa e da população, divididas em 22 itens envolvendo mais de 30 grandes temas que estão na pauta dos debates em torno da reforma. Nesse sentido - e se for possível, Sr. Presidente - , solicito, juntamente com meu pronunciamento, a publicação na íntegra apenas do Tomo I, com cerca de 20 páginas e três pequenos anexos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a fim de facilitar a compreensão das propostas, e como cheguei à sua formulação completa, reproduzirei os principais trechos desse trabalho a que me referi, nos seguintes termos:

Primeiro – As Certezas. O que já se sabe sobre o que a população quer e o que ela não quer.

Alguns aspectos e características do sistema político brasileiro são, de há muito, notoriamente questionados ou mesmo rejeitados pela sociedade, não somente como mostram diversas pesquisas, mas, sobretudo, pelas manifestações de rua mais recentes.

Contudo, mais do que uma reformulação das regras do sistema eleitoral e partidário, o que a população espera e almeja é principalmente uma mudança nas práticas políticas e, mais ainda, nas condutas dos políticos. Trata-se de um objetivo inalcançável simplesmente com a chamada Reforma Política, pois é um fim que requer um processo de amadurecimento político-institucional, e cultural, em que o Brasil apenas engatinha, mesmo depois da consolidação democrática.

Porém, a simples alteração de algumas regras, instrumentos e mecanismos pode ser, ao mesmo tempo, um início e um meio facilitador para se atingir a melhoria do universo de nossas instituições políticas, suas relações e seu funcionamento.

Assim, algumas certezas, oriundas de pesquisas e de formadores de opinião, devem ser elencadas como forma de torná-las parâmetros para solucionar os problemas delas decorrentes.

1. A população considera excessivo(a):

1.1. O número de partidos políticos.

1.2. A quantidade de atores políticos, notadamente aqueles com mandato.

1.3. A estrutura administrativa em geral (excesso de ministérios e secretarias no plano federal, por exemplo).

1.4. O número de cargos políticos de livre nomeação (os comissionados).

1.5. A quantidade de eleições – uma a cada dois anos – e de candidatos.

1.6. O tempo de campanha eleitoral.

1.7. A quantidade de recursos midiáticos e financeiros nas propagandas eleitorais.

1.8. A quantidade de propaganda partidária ao longo do ano.

1.9. A quantidade das chamadas “mordomias” políticas.

1.10. O pragmatismo e o fisiologismo nas coligações partidárias, ou seja, sem qualquer coerência política ou ideológica.

2. A população rejeita:

2.1. O “político profissional”, ou seja, a perpetuação no poder, com vários mandatos consecutivos, utilizando-se da política como meio para fins particulares.

2.2. O Deputado eleito com poucos votos, fruto do atual sistema proporcional e de coligações partidárias.

2.3. Ser taxada para financiar campanha política –financiamento público, além dos já existentes, como o fundo partidário, o tempo de rádio e TV e a estrutura política disponível advinda dos mandatos.

2.4. O financiamento político por parte de empresas.

2.5. O partido escolhendo a ordem em lista dos nomes que serão eleitos.

2.6. O uso de Parlamentares em cargos executivos.

2.7. O nepotismo na política.

2.8. A mudança de domicílio eleitoral de políticos visando a novos mandatos.

2.9. A mistura de eleições regionais – Estados e Municípios – com as federais.

2.10. Políticos e agentes públicos despreparados ou inexperientes para o exercício de cargos e de mandatos.

Agora, vamos ao que a população deseja.

3. A população deseja:

3.1 Maior renovação dos quadros políticos;

3.2 Maior fidelidade partidária;

3.3 Maior compromisso dos políticos e dos partidos com o eleitor e com as promessas de campanha;

3.4 Maior poder para fiscalizar os governos e a atuação dos políticos eleitos – a chamada accountability e transparência –, com maior participação nas decisões políticas;

3.5 Maior clareza nas propostas e ideologias partidárias.

A população deseja ainda:

3.6 Regras mais claras e simples quanto ao sistema eleitoral, experimentando ainda o voto distrital;

3.7 Candidatura avulsa, em decorrência do descrédito dos partidos políticos;

3.8 Possibilidade de cessar o mandato parlamentar antes do seu término – o chamado voto destituinte;

3.9 Maior representatividade, sentido e consequências do voto em branco, que hoje se equivale ao voto nulo, fruto de erro ou simples protesto.

3.10 E pretende o voto facultativo.

Segundo – Os pontos-chaves: principais institutos a serem modificados por meio de emendas constitucionais e alterações na legislação complementar e ordinária pertinente.

São eles:

1. Discussão sobre a questão do voto obrigatório;

2. O princípio da reeleição;

3. O sistema eleitoral;

4. O sistema partidário;

5. Mandato e Legislatura, o tamanho dela;

6. Representação parlamentar;

7. Campanha e financiamento eleitoral;

8. Configuração dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

9. Pacto Federativo;

10. Metodologia de aprovação e aplicação das reformas.

Quais seriam, então, as propostas?

A) Reforma política, eleitoral e partidária

1. Instituição do voto facultativo e da candidatura avulsa para os mandatos executivos, sendo esta a ser regulamentada por lei ordinária.
2. Instituição da Legislatura e do mandato de seis anos para todos os cargos eletivos, tanto nos Executivos quanto nos Legislativos.
3. Fim do instituto da reeleição para os cargos executivos (Prefeito, Governador e Presidente da República) e permissão de uma única reeleição para o mesmo cargo de mandato parlamentar (Vereador, Deputados e Senador), vedado o exercício total de mais de seis mandatos parlamentares, consecutivos ou não, em qualquer nível.
4. Eleições a cada três anos, sendo, alternadamente, federais (Presidente da República, Senadores e Deputados Federais) e estaduais (Governadores, Prefeitos, Deputados e Vereadores).
5. Redução e fixação definitiva do número total de Deputados Federais em 307, com o mínimo de 3 por Estado, sendo a definição do número de cadeiras por unidade federativa dada com base na proporcionalidade possível dentro desse universo, e do número de Senadores para dois por Estado e Distrito Federal. Em consequência, pela proporcionalidade, o mesmo fica para Deputados Estaduais, mantida a atual regra (três vezes o número de Deputados Federais, com redutor a partir do décimo segundo, de acordo com o art. 27 da Constituição Federal). No caso de Vereadores, adoção do mínimo de 9 para Municípios de até 25 mil habitantes e do máximo de 35, para Municípios com mais de 5 milhões de habitantes, dentro de uma nova composição estadual e municipal proposta. Seria uma reforma geopolítica.
- Em caso de territórios, que é tratado na Constituição, em seu art. 45, §2º, o número de Deputados Federais passaria a ser de dois, e não de quatro, conforme preceitua a nossa Carta Magna.
6. Eleição mista em dois turnos para Deputados Federais, sendo, no primeiro turno, a votação no partido (eleição proporcional) e, no segundo turno, votação no nome do candidato, com base em lista aberta partidária (eleição majoritária), de acordo com a proporcionalidade de vagas de cada partido alcançada no primeiro turno. No caso, a lista partidária poderá conter no máximo três vezes o número de cadeiras alcançadas. Na hipótese de, no primeiro turno, um ou mais partidos não alcançarem o coeficiente eleitoral, e ainda houver cadeiras disponíveis, prevalecerá o sistema de maioria relativa na ordem decrescente do número de votos por cada agremiação.
7. Eleição distrital (majoritária) em turno único (maioria relativa) para Deputados Estaduais, podendo cada partido concorrer com um candidato por distrito. O segundo candidato mais votado em cada distrito fica como suplente do candidato mais votado do mesmo distrito.
8. Eleição majoritária em turno único (maioria relativa) para vereadores, sendo o dobro do número de vagas o limite máximo de candidatos por partido ou coligação, e possibilidade (por lei estadual) de adoção do voto distrital em Municípios com mais de 250 mil habitantes.
9. Eleição majoritária em dois turnos para Senador, sendo, no primeiro turno, por maioria relativa para escolha dos quatro mais votados e, no segundo turno, também por maioria relativa para definição dos dois titulares e dos dois suplentes (1º e 2º suplentes, de acordo com a votação recebida), ficando estes suplentes livres para concorrer a outras eleições. No primeiro turno, o eleitor pode votar em até dois candidatos e, no segundo turno, em apenas um. Em caso de um suplente assumir o mandato de Senador, poderá ele concorrer à reeleição. Não havendo suplentes para assumir o restante do mandato de Senador (hipótese, por exemplo, de os suplentes se elegerem a outro cargo eletivo durante o mandato do titular), assumirá o suplente de Deputado que tenha recebido o maior número de votos na eleição imediatamente anterior.
10. Instituição do direito à não representação, mediante a consideração do voto branco para efeito de definição da proporcionalidade partidária, na eleição de Deputados Federais, instituindo, assim, a possibilidade de não se preencher cadeiras, de acordo com o percentual de votos brancos no primeiro turno das eleições proporcionais. Assim, neste caso (Deputados Federais), para efeito de votos válidos, serão considerados o total de votos dados menos os votos nulos. (o que a primeira vista pode parecer um perigo à representação parlamentar, será bastante minimizado com a adoção do voto facultativo, que tende a reduzir bastante o número de votos brancos e nulos).
11. Perda do mandato, por meio de renúncia obrigatória, no caso de parlamentar assumir cargo executivo. Nesta hipótese, o respectivo mandato renunciado continuará contando para as limitações previstas quanto à reeleição (uma única vez) e ao número máximo de mandatos exercidos (seis).
12. Instituição do voto destituinte, o chamado recall, sempre durante as eleições, a cada três anos, para os mandatos parlamentares (vereadores, Deputados e Senadores), constituído de três fases:

primeiro passo, requerimento de intenção com justificativa (nos 12 meses anteriores à eleição correspondente à metade do mandato, até dois meses antes da eleição) perante a Justiça Eleitoral, por iniciativa de 3% do eleitorado (municipal ou estadual); segundo passo, defesa por escrito por parte do parlamentar; terceiro passo, em caso de validação das assinaturas e recusa da justificativa pela Justiça Eleitoral, inclusão do nome do parlamentar para votação destituinte na eleição correspondente à metade do mandato, necessitando de maioria absoluta dos votos para confirmar a destituição. Se confirmada a destituição, a respectiva cadeira fica vaga até a próxima eleição para o cargo. No caso de voto destituinte, é proibida qualquer campanha oficial a favor ou contrária. Em caso de renúncia do parlamentar antes da votação destituinte, assume o mandato o suplente, para o qual, nesta condição, não são aplicadas as regras limitadoras de reeleição e exercício do mandato.

13. Fixação de novas idades mínimas para assunção de mandatos públicos, da seguinte forma: 40 anos para presidente e vice-presidente da República e Senador; 35 anos para governador e vice-governador; 30 anos para Deputado Federal, prefeito e vice-prefeito; 24 anos para deputado estadual; e 21 anos para vereador.

14. Filiação a outro partido somente após cumprida metade do mandato, com proibição de mudança no período de um ano antes da eleição, sendo permitida a nova filiação na chamada "janela" de dois anos somente nos casos de incompatibilidade ideológica comprovada perante a Justiça Eleitoral e de fusão, incorporação ou extinção de partidos. Na hipótese de expulsão do partido, a transferência poderá se dar a qualquer momento.

15. Fim das coligações partidárias nas eleições proporcionais (deputados federais).

16. Proibição de participação na eleição subsequente no caso de mudança de domicílio eleitoral do candidato.

17. Obrigatoriedade de renúncia ao mandato do candidato que decidir concorrer à eleição na metade de seu mandato.

18. Proibição de novo partido de participar da eleição subsequente ao seu registro, não atingindo a hipótese de fusão de partidos existentes.

19. Campanha eleitoral restrita às quatro semanas anteriores ao 1º turno e três semanas para o 2º turno.

20. Proibição, no horário e propaganda eleitorais, de manifestação e exibição de materiais de ataques, acusações, difamações, injúrias, calúnias ou ofensas de natureza pessoal ou partidária que visem a desmoralizar os adversários, e proibição de campanha com programação em escala e moldes publicitários e de marketing no rádio e TV, permitindo-se apenas a gravação, de conteúdo propositivo, de imagens e áudios do candidato, aliados políticos ou do partido (no caso das eleições proporcionais no 1º turno) e debates ao vivo promovidos pelas emissoras de rádio e televisão.

21. Igualdade no tempo de rádio e TV para as campanhas majoritárias e proporcionais no 1º turno (partidos) e proporcional ao percentual obtido para o 2º turno das eleições de Deputados Federais, e fim do horário político gratuito no rádio e TV nos anos não eleitorais.

22. Financiamento (1) público restrito ao fundo partidário devido às legendas com representação parlamentar federal e (2) privado, exclusivo a doação de pessoas físicas, limitada individualmente a 10 salários mínimos. Os valores do fundo partidário destinados a cada partido e da arrecadação de pessoas físicas deverão ser disponibilizados e divulgados anualmente, em rede nacional de rádio e TV, para fins de conhecimento e controle por parte do eleitor.

23. Instituição de tetos para gastos de campanhas eleitorais, de acordo com os cargos, a ser regulamentado por lei. Partidos que extrapolarem o teto fixado ou receberem recursos de qualquer ordem na forma não prevista na lei, o chamado caixa 2, fica impedido de participar das eleições subsequentes.

24. Instituição de penas pecuniárias (multas) e administrativas (proibição de participação de contratos e convênios com a administração pública) para pessoas jurídicas condenadas, com sentença transitada em julgado, por doação ilegal de campanha política.

25. Cassação definitiva dos direitos políticos de quem for condenado em sentença transitada em julgado, incluindo a proibição do exercício de qualquer cargo ou função pública, sem prejuízo da Lei da Ficha Limpa, que trata do impedimento eleitoral durante 8 anos por condenação em colegiado.

26. Fim da prerrogativa de foro para crimes comuns praticados por autoridades públicas.

27. Aplicação das novas regras eleitorais e partidárias de forma progressiva, sistêmica e adaptativa, com início de vigência a partir de duas legislaturas (8 anos), após a aprovação das reformas pelo Congresso Nacional.

28. Restrição da edição de medida provisória somente para os casos de abertura de créditos extraordinários para atender despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes de guerra, comoção interna

ou calamidade pública, facultado ao Executivo, nos demais casos de relevância e urgência, o uso do instituto da lei delegada ou o pedido de urgência constitucional a projetos de lei de sua autoria.

B) Quanto à reforma geopolítica:

1. Deve-se tratar do aumento do número de Estados (de 26 para 34), com a divisão, pelos critérios de extensão territorial e concentração populacional, dos seguintes Estados, p.ex.: Pará e Amazonas, Pará isoladamente, Maranhão, Piauí, Bahia, Minas Gerais e Mato Grosso, incluindo a criação do Estado do Planalto (parte do atual DF e do chamado entorno contido em GO e MG).
2. Redução do número de Municípios, adotando-se o critério de um mínimo populacional (entre 10 e 15 mil habitantes, de acordo com a região) para constituir Município, devendo os atuais Municípios que não atenderem ao critério ser incorporados a outros fronteiriços de maior identidade quanto ao perfil socioeconômico, até atingir a população mínima.
3. Redução do DF, mediante parte a ser anexada ao entorno (Municípios de Goiás e Minas Gerais) para formar o Estado do Planalto (o DF passaria a ser constituído apenas pelas Regiões Administrativas do Plano Piloto, incluindo os setores Sudoeste e Noroeste, Parkway, Lago Sul e Lago Norte, Cruzeiro, Octogonal, Candangolândia e Núcleo Bandeirante, p.ex.)
4. Extinção da representação parlamentar distrital (Câmara Legislativa do DF) e da figura do governador, e criação da prefeitura do DF (escolha do prefeito por eleição direta) e manutenção das representações no Senado (2 senadores) e na Câmara dos Deputados (3 deputados), que constituirão a Comissão Mista do Distrito Federal, no âmbito do Congresso Nacional, para tratar das questões legislativas e orçamentárias atinentes ao DF, bem como da fiscalização e do controle do executivo local e federal.
5. Repactuação federativa quanto à repartição das receitas tributárias (arts. 157 a 162 da nossa Constituição), de modo a promover melhor a descentralização das políticas fiscais e administrativas, por meio da diminuição da dependência de Estados e Municípios em relação à União, e dos Municípios em relação aos Estados (ex.: novos percentuais para repartição de receitas, com aplicação progressiva ao longo de 10 anos - União: de 60 para 40%, Estados: de 24 para 30% e Municípios: de 16 para 30%).

Essas seriam, Sr. Presidente, as propostas propriamente ditas.

Quanto aos objetivos e os efeitos das propostas:

1. Redução da quantidade de cargos, agentes e atores políticos e de candidaturas em geral, em todos os níveis;
2. Aumento da alternância do poder e da renovação dos quadros políticos em todos os níveis;
3. Redução do número de partidos políticos (cláusula de barreira natural);
4. Desestímulo à criação de novos partidos e incentivo à fusão e à incorporação entre os existentes;
5. Aumento da governabilidade;
6. Aperfeiçoamento da democracia representativa e direta;
7. Maior dinâmica e celeridade no processo legislativo.
8. Valorização dos partidos e ideologias políticas, especialmente no nível federal para debate de questões globais, sem prejuízo da preferência pela escolha majoritária e da proporcionalidade partidária.
9. Aproximação do eleitor com o eleito no âmbito regional (Estados e Municípios), com maior controle do mandato e valorização do debate de questões locais;
10. Diminuição do personalismo nas eleições, do fisiologismo político e do clientelismo de um modo geral;
11. Maior responsabilidade e compromisso público por parte da classe política e dos partidos;
12. Valorização e incremento da fidelidade partidária;
13. Melhoria na proporcionalidade da representação dos Estados na Câmara dos Deputados (nos extremos – Estados de São Paulo e Roraima, por exemplo – de 70/8 de hoje, para 66/3, ou seja, de 1/8,75, que hoje é a proporção para 1/22);
14. Maior clareza e entendimento das regras eleitorais por parte do eleitor, especialmente quanto às eleições proporcionais: voto no partido e depois voto no candidato (a dificuldade de compreensão do atual modelo é que o voto no partido está embutido, quase que escondido, no voto dado ao candidato);

15. Maior interferência, participação e controle por parte da sociedade, em todos os níveis e sentidos, em relação à atividade política em geral e do financiamento e gastos de campanha em particular.
16. Aumento do intervalo entre as eleições, gerando menor custo e maior produção legislativa.
17. Maior equilíbrio entre candidatos e partidos nas disputas eleitorais
18. Redução do tempo e dos gastos de campanha eleitoral.
19. Aperfeiçoamento das campanhas eleitorais com aumento da qualidade dos debates (prevalência do cunho propositivo sobre o modelo de desconstrução de adversários e partidos).
20. Racionalização do debate eleitoral (separação das discussões de temas de nível federal em relação aos temas de níveis estaduais e municipais).
21. Racionalização das administrações estaduais e municipais com uma melhor redefinição geopolítica das unidades federativas, com real potencial de desenvolvimento de regiões menos desenvolvidas.
22. Economia nas despesas públicas e maior racionalização da distribuição tributária entre os entes federativos.
23. Racionalização da representação, configuração e administração do Distrito Federal.
24. Maiores chances de aprovação das propostas pelo Congresso Nacional, tanto pelo intervalo para início de vigência das novas regras, como pelo maior entendimento, aceitação e pressão da sociedade.
25. Por fim, melhor entendimento, divulgação e adaptação às novas regras, em função da aplicação por etapas, a médio e longo prazos.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, essas são as minhas sugestões, divididas em 33 grandes plataformas, que espero possam servir para o aprofundamento de nossas discussões. Ressalto, mais uma vez, que se trata da tentativa de uma integral, autêntica e profunda Reforma Política, cujos componentes são fruto não necessariamente de minha opinião pessoal - volto a frisar - mas sim do que foi possível identificar quanto às expectativas da população brasileira e às opiniões dos meios especializados. Acredito, sim, que se bem assimiladas, aceitas e aperfeiçoadas por Suas Excelências - e contando ainda com os subsídios do Conselho de Estudos Políticos do Senado Federal - , poderemos materializá-las e deixá-las como o principal legado da atual legislatura. Até porque, algumas delas já são objetos de proposições em tramitação nas duas Casas do Congresso Nacional. Ainda que não cheguemos ao consenso absoluto em tudo, podemos tentar alcançar todos esses objetivos pelo voto da maioria, como prevalece em todos os Parlamentos democráticos do mundo.

Afinal, discutir e votar é a nossa função primordial. A busca pelo consenso é sempre salutar, mas não deve ser incessante e, menos ainda, a condicionante principal a ponto de nada se deliberar por falta de consenso. O diálogo é tão somente o meio, o instrumento; o fim - temos que ter em mente - é sempre o voto, aprovando ou rejeitando toda e qualquer matéria, e não a sua eterna procrastinação.

Agradeço, Sr. Presidente, Telmário Mota, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, pela paciência, e muito especialmente a V. Ex^a, Presidente Telmário, pelo tempo que me foi disponibilizado para este pronunciamento. Permaneço à disposição para levar adiante, com o apoio dos integrantes e lideranças desta Casa, bem como do Conselho de Estudos Políticos, esta proposta de Reconstrução Política, ciente de que antes de pretender ser uma obra de todo completa e acabada, possa de fato servir de paradigma inicial para a consecução do modelo político mais próximo ao que pensa e deseja a sociedade brasileira.

Muito obrigado e a todas as Sr^{as}s e os Srs. Senadores pela atenção!

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR FERNANDO COLLOR EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido no art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Tomo I, denominado “Bases para uma Reconstrução Política Brasileira”.

BASES PARA UMA RECONSTRUÇÃO

POLÍTICA BRASILEIRA

**Ampla Reformulação dos Sistemas Eleitoral e
Partidário e da Geopolítica, baseada na opinião
especializada e nas aspirações da sociedade.**

TOMO I

Brasília/DF - Fevereiro de 2015

SUMÁRIO

TOMO I - BASES PARA UMA RECONSTRUÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA

I	- PREMISSAS	1
	1. O que se deve responder	
	2. O que se deve conceituar	
	3. O que se deve definir como parâmetros	
II	- ENTRAVES.....	6
III	- CERTEZAS	8
IV	- PONTOS-CHAVES.....	10
V	- PROPOSTAS.....	19
VI	- OBJETIVOS E EFEITOS DAS PROPOSTAS.....	21
VII	- ANEXOS	23
	1. Simulação de Calendário Eleitoral de Adaptação e Consolidação	
	2. Proposta de Novos Limites de Composição das Câmaras Municipais	
	3. Proposta de Composição da Câmara Federal e Assembleias Legislativas	

I – PREMISSAS: (1) o que se deve **responder** antes de se tentar reformar o sistema político;
(2) o que se deve **conceituar**; e
(3) o que se deve definir como **parâmetros**.

1. São quatro as perguntas básicas que devem ser **respondidas** como premissas para uma reforma política de profundo alcance, de resultados visíveis e capaz de resolver, de fato, os principais problemas identificados e sentidos pela sociedade.

a) Quem faz a reforma?

Constitucionalmente, cabe exclusivamente ao Congresso Nacional proceder a reforma política, pois trata-se de alterações de leis e do próprio texto constitucional. Por isso, a proposta de uma assembléia exclusiva gera questionamentos de ordem constitucional e de legitimidade. Além do mais, a própria criação de uma assembléia depende da aprovação do Congresso Nacional.

A opção de uma comissão de especialistas, sem mandato parlamentar, pode até ser viabilizada por iniciativa de criação da instância pelo próprio Legislativo. Contudo, as propostas oriundas da comissão serviriam tão somente de base inicial, uma espécie de anteprojeto a ser discutido e votado posteriormente pelas duas Casas do Congresso.

Qualquer outra opção, seja de iniciativa do Executivo, do Judiciário ou mesmo popular, fatalmente deverá tramitar e ser deliberada pelo Congresso.

A exceção recai nos casos em que, pela omissão do Legislativo, recorre-se ao Judiciário para dirimir dúvidas levantadas acerca da interpretação de determinados pontos legais ou constitucionais, via de regra pela falta de regulamentação. Ao se manifestar, o Judiciário – normalmente o Supremo Tribunal Federal – cria jurisprudência e interpretação definitiva. É o que vem ocorrendo nos últimos anos em várias questões de cunho eleitoral e partidário.

b) O que reformar?

A efetivação de uma reforma política passa necessariamente pela alteração de leis ordinárias (por maioria simples), leis complementares (por maioria absoluta) e de vários dispositivos constitucionais (pelo voto favorável de 3/5 dos deputados e senadores).

No nível infraconstitucional, a principal legislação a ser reformada é composta pela:

- Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral;
- Lei Complementar nº 64/90 – Lei das Inelegibilidades;
- Lei nº 9.096/95 – Lei dos Partidos Políticos;
- Lei nº 9.504/97 – Lei das Eleições;
- Lei Complementar nº 135/10 – Lei da “Ficha Limpa”

No âmbito constitucional, os Capítulos IV e V (arts. 14 a 17) são dedicados aos direitos e partidos políticos, e constitui parte do sistema eleitoral e partidário. Contudo, vários outros dispositivos podem ser objeto de modificações para atender a uma profunda reforma política, a começar pelo Título III – Da Organização do Estado –, dividido em sete Capítulos e composto pelos arts. 18 a 43. Mais importante ainda é o Título IV – Da Organização dos Poderes, especialmente seu Capítulo I – Do Poder Legislativo (arts. 44 a 75). O Capítulo II trata do Poder Executivo (arts. 76 a 91) e o Capítulo III, do Poder Judiciário (arts. 92 a 126).

Observa-se que o art. 60, em seu §4º dispõe que não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: a) a forma federativa de Estado; b) o voto direto, secreto, universal e periódico; c) a separação dos Poderes; e d) os direitos e garantias individuais. São as chamadas cláusulas pétreas.

Uma opção, além das modificações constitucionais, seria consolidar toda a legislação eleitoral e partidária em um ou dois novos códigos, aos quais seriam também agregadas eventuais leis paralelas existentes, bem como revogadas as atuais.

c) Como reformar?

A alteração da legislação eleitoral e partidária, além da Constituição Federal, demanda necessariamente a apresentação, discussão e aprovação de projetos de lei ordinária e complementar (PLs) e de propostas de emenda à Constituição (PECs). Se aprovados, os projetos de lei devem ainda ser sancionados pelo Presidente da República, ao contrário das PECs que, se aprovadas pelo Congresso Nacional, serão promulgadas pelas Mesas Diretoras das respectivas Casas, sem nenhuma interferência do Poder Executivo.

Os projetos de lei podem ser apresentados por qualquer parlamentar individualmente, assim como por qualquer comissão, pelo Presidente da República, pelo STF, pelos Tribunais Superiores, pelo PGR e pelos cidadãos, na forma e nos casos previstos na própria Constituição (iniciativa popular).

Já o texto constitucional pode ser emendado por proposta de: a) 1/3, no mínimo, dos membros da Câmara ou do Senado; b) do Presidente da República; e c) de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação.

d) Quando reformar?

Talvez a melhor resposta seja inverter a pergunta, ou seja: quando não se deve reformar? De preferência, em ano eleitoral e fim de legislatura (como é o caso de 2014), quando os esforços e atenções estão todos voltados para as eleições, especialmente pelos congressistas, cuja grande maioria concorrerá nos pleitos.

Reformar implica também abrir mão de algo, mexer em regras, benefícios e vantagens, o que gera um custo político inaceitável por qualquer político, ainda mais quando candidato.

Por outro lado, sabe-se que dificilmente uma ampla reforma se concretiza em apenas um ano. Portanto, das quatro perguntas, esta é a que tem menor significado e importância.

A rigor, a reforma política – a depender de quem de fato a fará e em que profundidade se dará –, deve ser feita em qualquer ocasião. O momento de início dela, sim, é que deve ser objeto de maior reflexão, de modo a não esvaziá-la antes de começar de fato.

Mesmo em ocasiões mais favoráveis, como no início de legislatura coincidindo com o início do mandato de um novo presidente da República, a história mostra que as tentativas não tiveram sucesso.

Contudo, se houver amplo apoio da sociedade e coincidência de propostas, a reforma pode se dar a qualquer tempo, por meio de um abrangente acordo político.

2. O principal **conceito** que se deve ter em mente para uma reforma política é a distinção entre ‘reforma política’ e ‘reformas eleitoral e partidária’, especialmente aquelas ‘de ocasião’, em que, na prática, só se vislumbra a próxima eleição ou quando se assume o discurso de ‘mudar para deixar tudo como está’.

O próprio Congresso acaba por assumir posturas desse tipo, assumindo a natureza de pequenas alterações das regras como “mini-reforma eleitoral”, por exemplo.

Reforma política abrange aspectos da organização institucional do país que vão além das regras eleitorais e partidárias, a começar pelo sistema de governo, passando pela estrutura, independência e relação entre os poderes e alcançando a própria organização do Estado, em nosso caso a organização federativa.

Contudo, outros conceitos devem ser levados em conta para melhor conceber uma reforma política: o conceito de sistema e o de instituição.

SISTEMA é entendido como o “conjunto de elementos de tal modo coordenados que constituem um todo científico unitário ou um corpo doutrinário” e, ainda, que “o todo não é constituído pela soma das partes, mas pela função específica de cada elemento dentro do conjunto”¹.

Em outra vertente, por sua importância e continuidade, sempre se considerou que a deliberação política deveria ser cuidadosamente institucionalizada. Por INSTITUIÇÃO entende-se a “coleção ordenada e mais ou menos formal de funções e hábitos humanos – isto é, de expectativas encadeadas de comportamento – que redunda numa organização ou prática estável, cuja ação pode ser prevista com certa margem de segurança. Governos, universidades, hospitais, tribunais e firmas comerciais são organizações desse tipo; as votações, o casamento, a propriedade e a lei representam algumas dessas

¹ A.L. de Souza Franco, *Encyclopédia Luso Brasileira de Cultura*.

práticas. Institucionalizar uma prática, um processo ou serviço é mudá-los de uma atividade informal e insuficientemente organizada, para outra altamente organizada e formal.”²

3. Os **parâmetros** para uma reforma política devem ser definidos a partir daquilo que se tem certeza que é de plena concordância (para ser mantido ou instituído) e discordância da população (para ser revogado ou alterado). Somente com o amplo apoio da sociedade e suas entidades representativas, é que se terá uma chance de avançar na reforma política. A própria mídia tende a seguir ou refletir os anseios mais contundentes da população, e dificilmente se colocará contrária a alguma medida naquele sentido.

Ademais, é imprescindível condicionar a reforma política aos parâmetros da coesão, integralidade e coerência. Assim, de acordo com o conceito de ‘sistema’, conclui-se que a estrutura política (ou o sistema político), a partir das regras eleitorais e partidárias, não deve ser modificada pontualmente e menos ainda sem correlação e coordenação entre seus institutos e componentes, sob o risco de haver conflitos e contradições ou até mesmo inaplicabilidade. Necessita-se, assim, de uma unidade lógica entre todas as propostas.

Desse modo, como os sistemas são compostos de instituições que cumprem diferentes funções, pode-se concluir que, da compatibilidade entre eles depende a estabilidade de ambos, assim como de sua incompatibilidade decorrem, necessariamente, a entropia e as crises que os afetam. Em relação aos sistemas políticos, a incompatibilidade de seus componentes afeta dois de seus requisitos: a governabilidade e a legitimidade dos regimes a que se referem.

Por fim, a combinação entre sistemas e entre eles e as instituições constitui o que Thomas Kuhn definiu como “paradigmas” que podem ser classificados por suas características. Portanto, a identificação desses paradigmas referentes ao sistema político desejado é o principal parâmetro a ser analisado e perseguido.

² Karl Deutsch, *Política e Governo*.

II – ENTRAVES: que condicionantes impedem ou dificultam a conclusão de uma verdadeira e profunda reforma do sistema político?

A resposta passa necessariamente pelos termos 'excesso' e 'diversidade'. Excesso de agentes políticos e excesso de partidos, conjugados com a diversidade de interesses e a diversidade de propostas.

Lembre-se que tais condicionantes não se restringem à arena federal responsável pela promoção e execução da reforma política, ou seja, os três poderes da União. Os atores políticos, especialmente os parlamentares federais, terão sempre em mente os interesses regionais, estaduais e municipais, pois deles depende sua sobrevivência política.

Assim, sempre haverá a participação e a pressão de governadores, prefeitos, deputados estaduais e vereadores em qualquer que seja a proposta de reforma política, notadamente no que tange ao sistema eleitoral.

Considerando que o Brasil hoje possui mais de 30 partidos políticos em funcionamento e quase 70 mil agentes políticos só de parlamentares nos três níveis federativos, percebe-se a dimensão do problema. O mesmo se repete quanto à diversidade de interesses e propostas, sempre a reboque exatamente do excesso de partidos e de agentes políticos. Em resumo, com tantas ingerências e interesses em jogo, não há pacto federativo, menos ainda político, que viabilize uma reforma política profunda.

Existem ainda neste palco de conflitos os inúmeros setores da sociedade organizada. Os chamados grupos de pressão representativos, em menor ou maior escala, dos diversos segmentos (econômicos, sociais, profissionais, religiosos etc) sempre terão voz ativa e influência no debate e definição das reformas desejadas, sem falar da própria mídia formadora de opinião, mesmo que difusa e distorcida.

Em suma, é uma rede de atores e interesses que, na prática, acabam por inviabilizar qualquer acordo consensual ou ao menos majoritário. Daí a relevância dos integrantes do Congresso Nacional, não só como os responsáveis pela deliberação das reformas, mas também como representantes e espelho dos entes federativos e da sociedade em geral.

Sabe-se que quanto maior o número de atores (hoje em 513 deputados e 81 senadores), maior a representatividade e legitimidade; porém, menor é a governabilidade e a capacidade de negociação e, consequentemente, de um acordo político factível.

Contudo, o principal entrave está na máxima de que ninguém altera uma regra para prejudicar a si mesmo, bem interpretada nas palavras do ex-primeiro ministro de Luxemburgo, Jean-Claude Juncker, acerca da crise econômica europeia: *"Todos sabemos como superar a crise; apenas não sabemos como fazer isso e ganhar a próxima eleição."* Isso porque a legislação eleitoral brasileira é a única em que o beneficiário é o próprio legislador.

Ao transportar o raciocínio para a seara eminentemente política, fica clara a comparação: nenhum político se propõe alterar as regras pelas quais ele chegou ao poder, em qualquer que seja o nível. Daí a descrença de se ter um corpo de parlamentares, sofrendo todas as influências possíveis e sempre pensando em sua sobrevivência política, capaz de modificar regras que poderão lhe trazer prejuízos. Ou, como diz o cientista político Leônicio Martins Rodrigues, *"ninguém faz reforma política para beneficiar o adversário."*

Desse raciocínio, extraem-se apenas duas soluções factíveis para se aprovar uma reforma política ampla e autêntica: ou se institui um corpo deliberativo exclusivo e alheio aos mandatos parlamentares, ou seja, um grupo que legalmente não poderá se candidatar a nenhum cargo após a reforma; ou que as regras modificadas somente entrem em vigor depois de um determinado tempo (ou legislaturas), de modo que não atinjam os atuais e os subsequentes mandatos eleitorais.

Diante das restrições constitucionais e mesmo de legitimidade que a primeira hipótese enfrentaria – como uma assembleia exclusiva para reforma política –, resta apenas a segunda hipótese: uma espécie de 'quarentena' para as novas regras, que pode ser de uma, duas ou até três legislaturas.

Somam-se a isso tudo a complexidade, a diversidade e as dificuldades da matéria que, via de regra, impedem um debate qualificado, sistêmico – até mesmo de especialistas e agentes políticos interessados – e, mais ainda, uma efetiva participação popular.

III – CERTEZAS: o que já se sabe sobre o que a população quer e o que ela não quer.

Alguns aspectos e características do sistema político brasileiro são, de há muito, notoriamente questionados ou mesmo rejeitados pela sociedade, não somente como mostram diversas pesquisas, mas, sobretudo, pelas manifestações de rua mais recentes.

Contudo, mais do que uma reformulação das regras do sistema eleitoral e partidário, o que a população espera e almeja é principalmente uma mudança nas práticas políticas e, mais ainda, nas condutas dos políticos. Trata-se de um objetivo inalcançável simplesmente com a chamada reforma política, pois é um fim que requer um processo de amadurecimento político-institucional, e cultural, em que o Brasil apenas engatinha, mesmo depois da consolidação democrática.

Porém, a simples alteração de algumas regras, instrumentos e mecanismos pode ser, ao mesmo tempo, um início e um meio facilitador para se atingir a melhoria do universo de nossas instituições políticas, suas relações e seu funcionamento.

Assim, algumas certezas (pesquisas e formadores de opinião) devem ser elencadas como forma de torná-las parâmetros para solucionar os problemas delas decorrentes.

1. A população considera excessivo(a):
 - 1.1. O número de partidos políticos.
 - 1.2. A quantidade de atores políticos, notadamente aqueles com mandato.
 - 1.3. A estrutura administrativa em geral (excesso de ministérios e secretarias no plano federal, p.ex.).
 - 1.4. O número de cargos políticos de livre nomeação (comissionados).
 - 1.5. A quantidade de eleições (uma a cada dois anos) e de candidatos.
 - 1.6. O tempo de campanha eleitoral.
 - 1.7. A quantidade de recursos midiáticos e financeiros nas propagandas eleitorais.
 - 1.8. A quantidade de propaganda partidária ao longo do ano.
 - 1.9. A quantidade das chamadas “mordomias” políticas.
 - 1.10. O pragmatismo e o fisiologismo nas coligações partidárias, ou seja, sem qualquer coerência política ou ideológica.

2. A população rejeita:

- 2.1. O “político profissional”³ (perpetuação no poder, com vários mandatos consecutivos, utilizando-se da política como meio para fins particulares).
- 2.2. O deputado eleito com poucos votos, fruto do atual sistema proporcional e de coligações partidárias.
- 2.3. Ser taxada para financiar campanha política (financiamento público, além dos já existentes, como o fundo partidário, o tempo de rádio e TV e a estrutura política disponível advinda dos mandatos).
- 2.4. O financiamento político por parte de empresas (pessoas jurídicas).
- 2.5. O partido escolhendo a ordem dos nomes que serão eleitos.
- 2.6. O uso de parlamentares em cargos executivos.
- 2.7. O nepotismo na política.
- 2.8. A mudança de domicílio eleitoral de políticos visando novos mandatos.
- 2.9. A mistura de eleições regionais (estados e municípios) com as federais.
- 2.10. Políticos e agentes públicos despreparados e inexperientes para o exercício de cargos e mandatos.

3. A população deseja:

- 3.1. Maior renovação dos quadros políticos.
- 3.2. Maior fidelidade partidária.
- 3.3. Maior compromisso dos políticos e dos partidos com o eleitor e as promessas de campanha.
- 3.4. Maior poder para fiscalizar os governos e a atuação dos políticos eleitos (*accountability* e transparência), com maior participação nas decisões políticas.
- 3.5. Maior clareza nas propostas e ideologias partidárias.
- 3.6. Regras mais claras e simples quanto ao sistema eleitoral, experimentando ainda o voto distrital.
- 3.7. Candidatura avulsa, em decorrência do descrédito dos partidos políticos.
- 3.8. Possibilidade de cessar o mandato parlamentar antes de seu término (voto destituinte).
- 3.9. Maior representatividade, sentido e consequências do voto em branco (que hoje se equivale ao voto nulo, fruto de erro ou simples protesto).
- 3.10. O voto facultativo.

³ Diferente do “profissional da política”, que faz da política o próprio fim da sua atuação.

IV – PONTOS-CHAVES: principais institutos a serem modificados, por meio de emendas constitucionais e alterações na legislação complementar e ordinária pertinente.

1. Voto obrigatório
2. Reeleição
3. Sistema eleitoral
4. Sistema partidário
5. Mandato/Legislatura
6. Representação parlamentar
7. Campanha e financiamento eleitoral
8. Configuração dos Estados, DF e Municípios
9. Pacto federativo
10. Metodologia de aprovação e aplicação das reformas

LEGISLAÇÃO

Dispositivos constitucionais pertinentes

Constituição da República Federativa do Brasil

Código Eleitoral

Lei nº 4.737/1965

Leis complementares

Lei Complementar nº 35/1979 (Lei orgânica da Magistratura - TSE)

Lei Complementar nº 64/1990 (Lei de Inelegibilidade)

Lei Complementar nº 75/1993 (Estatuto do Ministério Público - Eleitoral)

Lei Complementar nº 78/1993 (Disciplina fixação do nº de Deputados)

Lei Complementar nº 135/2010 (Lei da Ficha Limpa)

Leis ordinárias

Lei nº 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos)

Lei nº 9.259/1996 (Altera Lei 9.096/95)

Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições ou Lei Eleitoral)

Lei nº 11.300/2006 (Lei das Eleições – regula propaganda e financiamento das campanhas)

Lei nº 12.034/2009 (Minirreforma Eleitoral de 2009)

Lei nº 12.875/2013 (Altera Leis dos Partidos e das Eleições)

Lei nº 12.891/2013 (Lei da Minirreforma Eleitoral de 2013)

Outras normas correlatas

Lei nº 1.207/1950 (Lei João Mangabeira – Direito de Reunião)

Lei nº 4.410/1964 (Prioridade dos fatos eleitorais na justiça)

Lei nº 5.782/1972 (Prazo para filiação partidária)

Lei nº 6.091/1974 (Lei Etelvino Lins – Transporte de eleitores)

Lei nº 6.236/1975 (Exigência de alistamento pela rede de ensino)

Lei nº 6.996/1982 (Utilização de processamento eletrônico)

Lei nº 6.999/1982 (Requisição de servidores públicos)

Lei nº 7.444/1985 (Lei do Processamento Eletrônico do Eleitorado)

Lei nº 8.429/1992 (Sanções por enriquecimento ilícito)

Lei nº 9.709/1998 (Lei da Soberania Popular)

Decreto-Lei nº 201/1967 (Responsabilidade de prefeitos e vereadores)

Decreto nº 4.199/2002 (Informações institucionais a partidos e candidatos)

Decreto nº 7.791/2012 (Compensação fiscal – art. 52 Lei 9.096/95)

Resolução TSE nº 21.538/2003 (Alistamento eleitoral)

Resolução TSE nº 21.634/2004 (Ação de impugnação de mandato eletivo)

Resolução TSE nº 22.142/2006 (Processamento de reclamações e representações)

Resolução TSE nº 22.408/2006 (Registro em urna e destino de votos de candidatos impugnados/inelegíveis)

Resolução TSE nº 22.503/2006 (Acesso gratuito ao rádio e TV)

Resolução TSE nº 22.526/2006 (Vaga obtida em eleição proporcional do Partido)

Resolução do TSE nº 23.282/2010 (Criação/Fusão/Extinção de partidos)

Reforma Política

Tomo I – Bases para uma reconstrução política brasileira

TP = Pontos-chaves

Resolução do TSE nº 23.390/2013 (Calendário Eleitoral)

Resolução do TSE nº 23.396/2013 (Apuração de crimes eleitorais)

Resolução do TSE nº 23.398/2013 (Direito de resposta)

Resolução do TSE nº 23.400/2013 (Pesquisas eleitorais)

V – PROPOSTAS:**A) Reforma política, eleitoral e partidária**

1. Instituição do voto facultativo e da candidatura avulsa para os mandatos executivos, sendo esta a ser regulamentada por lei ordinária.
2. Instituição da legislatura e do mandato de seis anos para todos os cargos eletivos, tanto nos executivos quanto nos legislativos.
3. Fim do instituto da reeleição para os cargos executivos (prefeito, governador e presidente da República) e permissão de uma única reeleição para o mesmo cargo de mandato parlamentar (vereador, deputados e senador), vedado o exercício total de mais de seis mandatos parlamentares, consecutivos ou não, em qualquer nível.
4. Eleições a cada três anos, sendo, alternadamente, federais (presidente da República, senadores e deputados federais) e estaduais (governadores, prefeitos, deputados e vereadores).
5. Redução e fixação definitiva do número total de deputados federais em 307, com o mínimo de 3 por estado, sendo a definição do número de cadeiras por unidade federativa com base na proporcionalidade possível dentro desse universo, e de senadores para dois por estado e DF. Em consequência, pela proporcionalidade, o mesmo para deputados estaduais, mantida a atual regra: 3 vezes o número de deputados federais, com redutor a partir do 12º – CF, art. 27 (ver Anexo III). No caso de vereadores, adoção do mínimo de 9 (para municípios até 25 mil habitantes) e máximo de 35 (mais de 5 milhões de habitantes), conforme Anexo II, dentro de uma nova composição estadual e municipal proposta (reforma geopolítica). Em caso de Territórios, (CF, art. 45, §2º) o número de deputados federais passa a ser de 2.
6. Eleição mista em dois turnos para deputados federais, sendo no 1º turno a votação no partido (eleição proporcional) e, no 2º turno, votação no nome do candidato com base em lista aberta partidária (eleição majoritária), de acordo com a proporcionalidade de vagas de cada partido alcançada no 1º turno. No caso, a lista partidária poderá conter no máximo três vezes o número de cadeiras alcançadas. Na hipótese de no 1º turno um ou mais partidos não alcançarem o coeficiente eleitoral, e ainda houver cadeiras disponíveis, prevalecerá o sistema de maioria relativa na ordem decrescente do número de votos obtido por cada agremiação.

7. Eleição distrital (majoritária) em turno único (maioria relativa) para deputados estaduais, podendo cada partido concorrer com um candidato por distrito. O segundo candidato mais votado em cada distrito fica como suplente do candidato mais votado do mesmo distrito.
8. Eleição majoritária em turno único (maioria relativa) para vereadores, sendo o dobro do número de vagas o limite máximo de candidatos por partido ou coligação, e possibilidade (por lei estadual) de adoção do voto distrital em municípios com mais de 250 mil habitantes.
9. Eleição majoritária em dois turnos para senador, sendo no 1º turno, por maioria relativa, para escolha dos quatro mais votados e, no 2º turno, também por maioria relativa, para definição dos dois titulares e dos dois suplentes (1º e 2º suplentes, de acordo com a votação recebida), ficando estes livres para concorrer a outras eleições. No 1º turno o eleitor pode votar em até dois candidatos e, no 2º turno, em apenas um. Em caso de um suplente assumir o mandato de senador, poderá ele concorrer à reeleição. Não havendo suplentes para assumir o restante do mandato de senador (hipótese, p. ex., de os suplentes se elegerem a outro cargo eletivo durante o mandato do titular), assumirá o suplente de deputado que tenha recebido o maior número de votos na eleição anterior.
10. Instituição do direito à não-representação mediante a consideração do voto branco para efeito de definição da proporcionalidade partidária na eleição de deputados federais, instituindo, assim, a possibilidade de não se preencher cadeiras, de acordo com o percentual de votos brancos no 1º turno das eleições proporcionais. Assim, neste caso (deputados federais), para efeito de votos válidos serão considerados o total de votos dados menos os votos nulos. (*Obs: o que a primeira vista pode parecer um perigo à representação parlamentar, será bastante minimizado com a adoção do voto facultativo, que tende a reduzir bastante o número de votos brancos e nulos.*)
11. Perda do mandato, por meio de renúncia obrigatória, no caso de parlamentar assumir cargo executivo. Nesta hipótese, o respectivo mandato renunciado continuará contando para as limitações previstas quanto à reeleição (uma única vez) e ao número máximo de mandatos exercidos (seis).

12. Instituição do voto destituinte (*recall*), sempre durante as eleições, a cada três anos, para os mandatos parlamentares (vereadores, deputados e senadores), constituído de três fases: (1) requerimento de intenção com justificativa (nos doze meses anteriores à eleição correspondente à metade do mandato, até dois meses antes da eleição) perante a justiça eleitoral, por iniciativa de 3% do eleitorado (municipal ou estadual); (2) defesa por escrito por parte do parlamentar; e (3) em caso de validação das assinaturas e recusa da justificativa pela justiça eleitoral, inclusão do nome do parlamentar para votação destituinte na eleição correspondente à metade do mandato, necessitando de maioria absoluta dos votos para confirmar a destituição. Se confirmada a destituição, a respectiva cadeira fica vaga até a próxima eleição para o cargo. No caso de voto destituinte, é proibida qualquer campanha oficial a favor ou contrária. Em caso de renúncia do parlamentar antes da votação destituinte, assume o mandato o suplente, para o qual, nesta condição, não são aplicadas as regras limitadoras de reeleição e exercício do mandato.

13. Fixação de novas idades mínimas para assunção de mandatos públicos, da seguinte forma: 40 anos para presidente e vice-presidente da República e senador; 35 anos para governador e vice-governador; 30 anos para deputado federal, prefeito e vice-prefeito; 24 anos para deputado estadual; e 21 anos para vereador.

14. Filiação a outro partido somente após cumprida metade do mandato, com proibição de mudança no período de um ano antes da eleição, sendo permitida a nova filiação na 'janela' de dois anos somente nos casos de incompatibilidade ideológica comprovada perante a justiça eleitoral e de fusão, incorporação ou extinção de partidos. Na hipótese de expulsão do partido, a transferência poderá se dar a qualquer momento.

15. Fim das coligações partidárias nas eleições proporcionais (deputados federais).

16. Proibição de participação na eleição subsequente no caso de mudança de domicílio eleitoral de candidato.

17. Obrigatoriedade de renúncia ao mandato do candidato que decidir concorrer à eleição na metade de seu mandato.

18. Proibição de novo partido de participar da eleição subsequente ao seu registro, não atingindo a hipótese de fusão de partidos existentes.

19. Fim da cota mínima de 30% de mulheres candidatas por partido, deixando o tema a critério de regras internas de cada partido ou coligação.

20. Proibição, no horário e propaganda eleitorais, de manifestação e exibição de materiais de ataques, acusações, difamações, injúrias, calúnias ou ofensas de natureza pessoal ou partidária que visem a desmoralizar os adversários, e proibição de campanha com programação em escala e molde publicitários e de marketing no rádio e TV, permitindo-se apenas a gravação, de conteúdo propositivo, de imagens e áudios do candidato, aliados políticos ou do partido (no caso das eleições proporcionais no 1º turno) e debates ao vivo promovidos pelas emissoras de rádio e TV.
21. Igualdade no tempo de rádio e TV para as campanhas majoritárias e proporcionais no 1º turno (partidos) e proporcional ao percentual obtido para o 2º turno das eleições de deputados federais, e fim do horário político gratuito no rádio e TV nos anos não eleitorais.
22. Financiamento (1) público restrito ao fundo partidário devido às legendas com representação parlamentar federal e (2) privado, exclusivo a doação de pessoas físicas, limitada individualmente a 10 salários mínimos. Os valores do fundo partidário destinados a cada partido e da arrecadação de pessoas físicas deverão ser disponibilizados e divulgados anualmente em rede nacional de rádio e TV para fins de conhecimento e controle por parte do eleitor.
23. Instituição de tetos para gastos de campanhas eleitorais, de acordo com os cargos, a ser regulamentada por lei. Partidos que extrapolarem o teto fixado ou receberem recursos de qualquer ordem na forma não prevista na lei (“caixa 2”), fica impedido de participar das eleições subsequentes.
24. Instituição de penas pecuniárias (multas) e administrativas (proibição de participação de contratos e convênios com a administração pública) para pessoas jurídicas condenadas, com sentença transitada em julgado, por doação ilegal de campanha política.
25. Cassação definitiva dos direitos políticos de quem for condenado em sentença transitada em julgado, incluindo a proibição do exercício de qualquer cargo ou função públicos, sem prejuízo da Lei da Ficha Limpa (impedimento eleitoral durante 8 anos por condenação em colegiado).
26. Fim da prerrogativa de foro para crimes comuns praticados por autoridades públicas.

27. Aplicação das novas regras eleitorais e partidárias de forma progressiva, sistêmica e adaptativa, com início de vigência a partir de duas legislaturas (8 anos) após a aprovação das reformas pelo Congresso Nacional (exemplo de calendário no Anexo I).
28. Restrição da edição de medida provisória somente para os casos de abertura de créditos extraordinários para atender despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, facultado ao Executivo, nos demais casos de relevância e urgência, o uso do instituto da lei delegada ou o pedido de urgência constitucional a projetos de lei de sua autoria.

B) Reforma geopolítica

1. Aumento do número de estados (de 26 para 34), com a divisão, pelos critérios de extensão territorial e concentração populacional, dos seguintes estados, p.ex.: PA/AM, PA, MA, PI, BA, MG e MT, incluindo a criação do Estado do Planalto – PN (parte do atual DF e entorno contido em GO e MG).
2. Redução do número de municípios, adotando-se o critério de um mínimo populacional (entre 10 e 15 mil habitantes, de acordo com a região) para constituir município, devendo os atuais municípios que não atenderem ao critério ser incorporados a outro(s) fronteiriço(s) de maior identidade quanto ao perfil socioeconômico, até atingir a população mínima.
3. Redução do DF, mediante parte a ser anexada ao entorno (GO/MG) para formar o estado do Planalto (PN). O DF passaria a ser constituído apenas pelas regiões administrativas do Plano Piloto (incluindo os setores Sudoeste e Noroeste), Parkway, Lagos Sul e Norte, Cruzeiro, Octogonal, Candangolândia e Núcleo Bandeirante, p.ex.
4. Extinção da representação parlamentar distrital (Câmara Legislativa do DF) e da figura do governador, e criação da prefeitura do DF (escolha do prefeito por eleição direta) e manutenção das representações no Senado (2) e na Câmara dos Deputados (3), que constituirão a Comissão Mista do Distrito Federal, no âmbito do Congresso Nacional, para tratar das questões legislativas e orçamentárias atinentes ao DF, bem como da fiscalização e do controle do executivo local e federal.

5. Repactuação federativa quanto à repartição das receitas tributárias (arts. 157 a 162 da CF), de modo a promover melhor a descentralização das políticas fiscais e administrativas, por meio da diminuição da dependência de estados e municípios em relação à União, e dos municípios em relação aos estados (ex. novos percentuais para repartição de receitas, com aplicação progressiva ao longo de 10 anos - União: de 60 para 40%, Estados: de 24 para 30% e Municípios: de 16 para 30%).

VI – OBJETIVOS E EFEITOS DAS PROPOSTAS:

1. Redução da quantidade de cargos, agentes e atores políticos e de candidaturas em geral, em todos os níveis.
2. Aumento da alternância do poder e da renovação dos quadros políticos em todos os níveis.
3. Redução do número de partidos políticos (cláusula de barreira natural).
4. Desestímulo à criação de novos partidos e incentivo à fusão e à incorporação entre os existentes.
5. Aumento da governabilidade.
6. Aperfeiçoamento da democracia representativa e direta.
7. Maior dinâmica e celeridade no processo legislativo.
8. Valorização dos partidos e ideologias políticas, especialmente no nível federal para debate de questões globais, sem prejuízo da preferência pela escolha majoritária e da proporcionalidade partidária.
9. Aproximação do eleitor com o eleito no âmbito regional (estados e municípios), com maior controle do mandato e valorização do debate de questões locais.
10. Diminuição do personalismo nas eleições, do fisiologismo político e do clientelismo de um modo geral.
11. Maior responsabilidade e compromisso público por parte da classe política e dos partidos.
12. Valorização e incremento da fidelidade partidária.
13. Melhoria na proporcionalidade da representação dos estados na Câmara dos Deputados (nos extremos – SP e RR, p. ex. – de 70/8 de hoje para 66/3, ou seja, de 1/8,75 para 1/22).
14. Maior clareza e entendimento das regras eleitorais por parte do eleitor, especialmente quanto às eleições proporcionais: voto no partido e depois voto no candidato (a dificuldade de compreensão do atual modelo é que o voto no partido está embutido, quase que escondido, no voto dado ao candidato).
15. Maior interferência, participação e controle por parte da sociedade, em todos os níveis e sentidos, em relação à atividade política em geral e do financiamento e gastos de campanha em particular.
16. Aumento do intervalo entre as eleições, gerando menor custo e maior produção legislativa.
17. Maior equilíbrio entre candidatos e partidos nas disputas eleitorais

18. Redução do tempo e dos gastos de campanha eleitoral.
19. Aperfeiçoamento das campanhas eleitorais com aumento da qualidade dos debates (prevalência do cunho propositivo sobre o modelo de ‘desconstrução’ de adversários e partidos).
20. Racionalização do debate eleitoral (separação das discussões de temas de nível federal em relação às de temas de níveis estaduais e municipais).
21. Racionalização das administrações estaduais e municipais com uma melhor redefinição geopolítica das unidades federativas, com real potencial de desenvolvimento de regiões menos desenvolvidas.
22. Economia nas despesas públicas e maior rationalização da distribuição tributária entre os entes federativos.
23. Racionalização da representação, configuração e administração do Distrito Federal.
24. Maiores chances de aprovação das propostas pelo Congresso Nacional, tanto pelo intervalo para início de vigência das novas regras, como pelo maior entendimento, aceitação e pressão da sociedade.
25. Melhor entendimento, divulgação e adaptação às novas regras em função da aplicação por etapas e a médio e longo prazos.

Anexos

- 1. Simulação de Calendário Eleitoral de Adaptação e Consolidação**
- 2. Proposta de Novos Limites de Composição das Câmaras Municipais**
- 3. Proposta de Composição da Câmara Federal e Assembleias Legislativas**

ANEXO I – SIMULAÇÃO DE CALENDÁRIO ELEITORAL DE ADAPTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO
Cargo (anos de mandato)

	2014	2016	2018	2020	2022	2023	2026	2029	2031
PR (4)		Pref (4)	PR (5)	Gov (6) (Fim Sem 1/3)			Gov (6)	PR (6)	Gov (6)
Gov (4)	Ver (4)	Gov (2)*	Dep E. (6)			Sen (6)	Dep E. (6)	Sen (6)	Dep E. (6)
Sen 1/3 (8)		Sen 2/3 (5)	Pref (6)			Dep F. (6)	Pref (6)	Dep F. (6)	Pref (6)
Dep F. (4)		Dep F. (5)	Ver (6)					Ver (6)	
Dep E. (4)			Dep E. (2)*	(Fim Gov DF)					
Dep D. (4)			Dep D. (2)*	(Fim Dep D.)					

() ou prorrogação dos atuais mandatos (4 + 2)*

- Eleições, a partir de 2020, de 3 em 3 anos (federais e estaduais e municipais).
- Eleições em 2018 de ajuste (mandatos de 5 e 2 anos), com possibilidade de reeleição do presidente da República e governadores, sem incidência das novas regras para os cargos legislativos (limitação do número de mandatos e uma única reeleição para o mesmo cargo).
- Eleições em 2020 e 2023 de consolidação (mandatos de 6 anos), sem possibilidade de reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos. Em 2020 passa a valer a nova composição das assembleias legislativas e câmaras de vereadores.
- Em 2020 é o último ano de mandato dos deputados distritais (extinção da Câmara Legislativa do DF) e do governador do DF. Nesse ano, o DF passa a contar com prefeito, eleito diretamente pela população. Também em 2020 os prefeitos e vereadores serão eleitos já com a nova configuração municipal (redução do número total de municípios em função das incorporações e fusões para atenderem ao mínimo de 10 a 15 mil habitantes), e os deputados estaduais dentro da nova composição reduzida.
- A partir de 2022, o Senado passa a contar com 2 senadores por unidade federativa (fim do mandato dos senadores do 1/3), sendo que em 2023 passa a ter eleição única sempre de 2 senadores por estado e DF. Em 2023 também passa a valer a nova composição da Câmara dos Deputados (redução do nº de cadeiras por estado e DF).

ANEXO II**LIMITES COMPOSIÇÃO CÂMARAS MUNICIPAIS**

População	Nº Vereadores
Até 25 mil	09
De 25 a 50	11
De 50 a 100	13
De 100 a 200	15
De 200 a 350	17
De 350 a 500	19
De 500 a 750	21
De 750 a 1000	23
De 1000 a 1500	25
De 1500 a 2000	27
De 2000 a 3000	29
De 3000 a 4000	31
De 4000 a 5000	33
Acima de 5000	35

ANEXO III

COMPOSIÇÃO CÂMARA FEDERAL E ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS
 (considerando a atual configuração federativa)

	Deputadas Federais		Deputados Estaduais ¹	
	Atual	Proposta	Atual	Proposta
AC	08	03	24	09
AL	09	05	27	15
AM	08	05	24	15
AP	08	03	24	09
BA	39	21	63	45
CE	22	13	46	37
DF	08	05	24	15
ES	10	06	30	18
GO	17	09	41	27
MA	18	09	42	27
MG	53	32	77	56
MS	08	03	24	09
MT	08	05	24	15
PA	17	11	41	33
PB	12	06	36	18
PE	25	13	49	37
PI	10	05	30	15
PR	30	16	54	40
RJ	46	25	70	49
RN	08	05	24	15
RO	08	03	24	09
RR	08	03	24	09
RS	31	18	55	42
SC	16	11	40	26
SE	08	03	24	09
SP	70	66	94	90
TO	08	03	24	09
Totais	513	307	1059	705
Diferenças	-206 (-40,15%)		-354 (-33,42%)	

¹ Para o cálculo do número de deputados estaduais, manteve-se a atual regra constitucional de três vezes o número de deputados federais, com redutor a partir do 12º (36) – CF, art. 27.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Collor, com certeza, considerando que V. Ex^a já ocupou a Presidência da República, um dos cargos mais importantes da República brasileira, e outros tão importantes, agora, Senador, não poderíamos esperar senão uma obra-prima, como essa sua proposição.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sem nenhuma dúvida, é uma proposição que, como bem colocou V. Ex^a, não é um desejo pessoal, mas um sentimento, a partir de uma pesquisa, de um desejo da população.

Como bem foi colocado, não se pode fazer uma reforma de afogadilho. Ela tem que seguir seus trâmites, lentos, com ampla discussão, mas, com certeza, seria um modelo que iria acalantar o anseio da população, sobretudo modernizar o nosso País e dar conforto para a Nação caminhar, de forma segura, na sua democracia e nos seus objetivos.

V. Ex^a, mais uma vez, contribui, sem nenhuma dúvida, com muita grandeza para o Parlamento e para a Nação brasileira.

Parabéns!

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Agora, o próximo orador é o Senador Lindbergh, representando o nosso Rio de Janeiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, nesses 12 anos, tenho tido a postura de defesa do Governo do nosso Presidente Lula, da nossa Presidenta Dilma Rousseff. Conseguimos grandes avanços neste País, uma grande inclusão social. Fizemos um governo – gostaria de chamar a atenção para a entrevista de ontem do ex-Ministro Bresser Pereira, na *Folha de S.Paulo* – voltado principalmente para o povo trabalhador, para os mais pobres.

Quero dizer aqui que, neste momento de radicalização política na sociedade, não vou faltar ao Governo. Quero estar nesta tribuna defendendo o Governo da Presidenta Dilma Rousseff. Agora, para um aliado, um defensor do Governo, um amigo, a melhor postura a tomar, em determinados momentos, é lutar para que o Governo corrija alguns rumos. Tudo o que não queremos é a derrota desse nosso projeto.

Venho hoje, aqui, assumir esta tribuna para dialogar com o Governo e para dar duas sugestões bem concretas à nossa Presidenta Dilma Rousseff: primeiro, porque estou convencido de que o maior problema que vamos enfrentar no cenário econômico, mais do que o problema fiscal, é a recessão. Temos que ter uma estratégia de retomada do crescimento no nosso País. É claro que ninguém gosta de déficit nominal superior a 6%, como foi no ano passado, o que foi fruto de duas circunstâncias: baixa arrecadação, porque a economia já está retraída, e desonerações de 104 bilhões. E concordo com o diagnóstico de que essas desonerações não atingiram o objetivo desejado. Um quarto das empresas desoneradas demitiu trabalhadores.

Agora, Sr. Presidente, dá para você conduzir uma política de reequilíbrio fiscal sem abrir mão da estratégia de crescimento. Esse papel – e por isso subo à tribuna aqui, hoje, e quero falar com a Presidenta Dilma pessoalmente, quando tiver oportunidade – e essa estratégia de retomada do crescimento têm que vir da Presidenta Dilma.

Ela tem de falar mais à Nação, tem de mostrar às pessoas, tem de estimular os empresários. Nós não vamos admitir que mexam no PAC, cortem investimentos!

Eu falei já em alguns jornais, tenho o maior respeito pelo Ministro da Fazenda Joaquim Levy, mas vejo que às vezes ele se posiciona mais como Secretário de Tesouro do que como Ministro da Fazenda. Só se fala de cortes, ajustes, cada dia uma notícia pior nos jornais. Isso tem um efeito grande sobre o cenário econômico, sobre as expectativas.

A Dilma tem de mostrar a estratégia para a retomada do crescimento. Nós estamos muito preocupados com os 81 mil postos de trabalho que foram fechados em janeiro, com a desaceleração da arrecadação, com a avaliação e as expectativas do mercado sobre o crescimento no próximo ano.

Então, o primeiro chamado que faço é que a Dilma, Coração Valente, se dirija à Nação, defendendo o emprego, o crescimento econômico. Essa sempre foi a cara da Dilma. Por exemplo, em novembro de 2012, Dilma foi à Alemanha e encontrou Angela Merkel. Olha o que disse a Dilma – e sei que a Dilma concorda com o que estamos falando aqui –:

As políticas exclusivas, que só enfatizam a austeridade, vêm mostrando os seus limites em virtude do baixo crescimento. E apesar do austero corte de gastos, assistimos ao crescimento dos déficits fiscais e não à sua redução. Os dados e as previsões para 2012 e 2013 mostram elevação dos déficits e redução

dos PIBs. [Continua:] Confiança não se constrói apenas com sacrifícios, é preciso que a estratégia adotada mostre resultados concretos para as pessoas, apresente um horizonte de esperança, não apenas a perspectiva de mais anos de sofrimento.

É isso o que a Presidente Dilma tem de fazer neste momento. Estamos vendo a situação da Europa, o que esses planos de austeridade estão fazendo com a Europa. E agora, a reação do povo grego, que votou no Syrisa e, na Espanha, cresce o Podemos, que também se levanta contra essas políticas de austeridade. O fato, Sr. Presidente, é que, do jeito que a coisa vai, mais cortes podem colocar a economia em recessão e piorar os números da dívida.

Quero falar sobre a dívida também.

Já falei aqui sobre o déficit nominal, de 6%, que não é um número bom. A nossa dívida líquida subiu de 33,6% para 36,7% no ano passado, mas, mesmo assim, é inferior à da Alemanha, que tem 56% de dívida líquida; inferior à da Espanha, que tem mais de 60%; à da França, que tem mais de 84%; à dos Estados Unidos, que têm mais de 80%. Acho que dá para fazer um reequilíbrio fiscal porque foram feitas muitas desonerações.

Agora, não podemos abrir mão de uma perspectiva de retomada do crescimento. Está faltando isto: está faltando explicar qual é a estratégia para o povo.

Além disso, na minha avaliação, houve outro erro – e aí vem a minha segunda sugestão – ao começar essa discussão de ajuste e de reequilíbrio fiscal apontando para retirada de direito dos trabalhadores. Esse é, na minha avaliação, outro equívoco.

E eu devo dizer aos senhores aqui que nunca foi tão forte no meio dos movimentos sociais, no meio dos partidos de esquerda, no meio do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, a discussão sobre uma tributação mais progressiva. Virou um consenso entre nós que, já que vamos discutir um ajuste, é preciso que os que mais podem, os mais ricos, paguem e entrem nesse ajuste – isso, ex-Deputado Paulo Rubens, tem crescido. A nossa Bancada do Senado está fechada com essa questão na discussão com o Governo, e eu queria aqui argumentar sobre isso, porque nós temos várias alternativas.

Não é só sobre a taxação de grandes fortunas, eu quero falar aqui das várias alternativas que nós temos nessa discussão sobre tributação progressiva.

Primeiro é preciso reconhecer que o nosso sistema tributário é um dos mais regressivos do mundo. Renda e patrimônio no Brasil respondem por menos de 35% da arrecadação – renda, 30,5%; patrimônio, 3,7%. Nos países da OCDE esse percentual gira em torno de 75%.

Os tributos indiretos sobre o consumo correspondem a 55,7% da arrecadação – esse é o grande absurdo. Quando o imposto está no consumo, ele é injusto. Sempre, já que o rico, o pobre e a classe média pagam o mesmo imposto para consumir. Se o imposto é elevado, pior ainda, porque o pobre pagará uma carga desproporcional à sua renda. Portanto, melhor é que o imposto sobre o consumo seja baixo. O rico seria aliviado no consumo, mas não deveria sê-lo no imposto cobrado sobre sua renda e o seu patrimônio. O fato é que, no Brasil, os 10% mais pobres gastam 32,8% dos seus rendimentos com impostos, enquanto a carga dos os 10% mais ricos é de apenas 22,7% da sua renda – 30% a menos do que pagam os mais pobres.

Essa regressividade compromete o esforço de redução da desigualdade. Nós reduzimos desigualdade de duas formas: pelos gastos, pelas políticas públicas, e pela tributação.

Em todo o mundo avança a discussão sobre a tributação dos mais ricos.

Em janeiro de 2014, a Oxfam, rede internacional de organizações que combatem a pobreza, revelou que as 85 pessoas mais ricas do mundo possuem a mesma riqueza que a metade mais pobre da humanidade.

A alíquota sobre herança mais frequente no Brasil é de 4%, enquanto a média da OCDE é de 41%.

Os brasileiros pagam menos Imposto de Renda que a maioria dos contribuintes do G-20, apenas três pagam menos – e eu quero falar aqui sobre Imposto de Renda depois.

Estados Unidos: em 2015, proposta de Obama prevê a elevação da alíquota de Imposto de Renda de 23,8% para 28% para casais que ganham mais de US\$500 mil anuais.

Na França, em 2013, Hollande propôs uma taxação de 75% das rendas anuais superiores a €1 milhão.

A Itália impôs, em 2013, uma taxa extra de 5% sobre as rendas superiores a €90 mil e mais 10% acima de €150 mil, além do aumento do Imposto sobre Aplicações Financeiras em 20%.

Na Alemanha, os impostos sobre herança e transmissão de capital são de 40%.

Como nós sabemos que o aumento de impostos será inevitável para financiar esse reequilíbrio fiscal, para não comprometer o crescimento econômico é preciso evitar que os aumentos se concentrem no setor produtivo. A saída é tributar o mercado financeiro e de capitais, bem como as grandes fortunas, revertendo reformas de caráter regressivo adotadas sob o governo de Fernando Henrique e mantidas até hoje.

Aqui eu explico.

No final de 1995, houve um conjunto de medidas do Presidente Fernando Henrique Cardoso – e eu vou falar delas aqui – que deixaram nossa tributação muito mais regressiva. Diminuiu, na verdade, a taxação dos mais ricos sobre renda e patrimônio e aumentou a da classe média e a dos mais pobres.

Primeira medida, que foi adotada em 1995: desoneração da tributação do lucro das empresas por meio de redução da alíquota do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – era 25%, caiu para 15%.

O fato é que hoje quem recebe grandes salários... Todo mundo é pessoa jurídica hoje no País. Quem ganha R\$4 mil paga a tabela do Imposto de Renda cheia, 27,5%. Quem ganha R\$100 mil, se pagasse aqui, também pagaria a mesma. Está errado! Mas paga, na verdade, menos, paga 15%.

E também, naquele período, havia uma tabela progressiva nesse caso do Imposto de Renda Pessoa Jurídica que foi extinta também, nesse mesmo debate.

Surgiu depois nesse período a modalidade dos juros sobre capital próprio. É a possibilidade de remunerar com juros o capital próprio das empresas, isto é, os juros pagos e creditados aos sócios, e deduzi-los como despesa. Na prática, isso significa uma redução da base tributária do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, uma forma indireta de distribuir lucros e dividendos.

Terceiro ponto: eliminação de Imposto de Renda sobre a distribuição de lucros a pessoas físicas, eliminando o Imposto de Renda retido na fonte sobre lucros e dividendos. Isso aqui, olha, poucos países do mundo têm algo parecido, e eu quero falar disso.

Na época do Governo Fernando Henrique Cardoso, até 1995, a tributação era de 15%. A reversão disso aqui pode ter um impacto fiscal de R\$31 bilhões – a reversão apenas dessa isenção tributária para distribuição de lucros e dividendos.

Mais: na época também do Governo Fernando Henrique Cardoso, houve a eliminação de uma alíquota de 35% que existia, e eu quero falar disso mais à frente.

Primeiro ponto. Eu apresentei várias emendas ao ajuste fiscal, mas eu quero aqui elencar várias alternativas que podem ser tomadas nesse sentido. Volto a dizer: não é só herança, tributação das grandes fortunas, o primeiro ponto para mim é a discussão sobre lucros e dividendos.

O trabalhador, quando recebe seu salário, é tributado na fonte, é descontado em folha. O empresário retira o lucro de sua empresa para gastar, como trabalhador: é um rendimento. Lucro é rendimento, salário é rendimento também, mas o lucro que saiu da empresa e foi para o bolso do empresário está isento.

Muitos alegam que já foi pago pela pessoa jurídica o imposto sobre o lucro, a empresa já pagou – eu já disse aqui que caiu de 25% para 15% –, e tributar o empresário seria bitributação, seria fazer a mesma renda pagar duas vezes imposto porque já houve tributação sobre a empresa. Isso não é verdade: quem pagou o Imposto de Renda foi a pessoa jurídica. Se o empresário quiser reinvestir aquele recurso, ele pode e não paga novamente – é justo se o lucro permanecer na empresa. Para ser reinvestido, por exemplo, não deve pagar mais imposto. Porém, se o lucro sai da empresa e vai para as mãos do empresário, aí sim, a pessoa física, o empresário, teria que pagar Imposto de Renda.

Ser empresário não é a mesma coisa que ser trabalhador, mas ambos são pessoas físicas. Não podemos ter uma pessoa física que recebe a sua renda chamada de salário e tem que pagar imposto, o trabalhador, e outra que recebe a sua renda chamada de lucro e não tem que pagar qualquer imposto. Anualmente, ambos declaram seus rendimentos da mesma forma, contudo, os empresários declaram os seus lucros na rubrica "rendimentos não tributáveis". Os donos de empresa são seus sócios ou os proprietários das ações; os sócios retiram lucro das empresas, os proprietários de ações de empresas retiram dividendos. Tanto faz se o lucro chega sob a forma de lucro ou sob a forma de dividendo no bolso do dono da empresa: nenhuma das duas formas paga imposto.

A isenção de impostos sobre lucros e dividendos também vale para o caso de remessas ao exterior. Se uma multinacional resolve retirar os lucros de sua empresa no Brasil e enviá-los para a matriz, nada paga em impostos.

Em 2013, foram enviados ao exterior 26 bilhões na forma de lucros e dividendos. Em 2014, esse volume aumentou um pouco mais: 26,5 bilhões. São bilhões de dólares! Essa isenção tem estimulado as multinacionais a não investir no Brasil e a enviar dinheiro para as matrizes. Fazem o que querem com os lucros gerados aqui: pagam suas dívidas no exterior, investem no país de origem, distribuem esses lucros aos proprietários. Aqui, a reversão dessa medida do Governo Fernando Henrique Cardoso traria um resultado fiscal superior a 11 bilhões!

Vamos a outra proposta: Imposto sobre Grandes Fortunas.

A nossa Constituição, promulgada em 1988, estabeleceu que a União pode cobrar oito diferentes tipos de impostos, mas um deles não é cobrado: o Imposto sobre Grandes Fortunas. Tal imposto teria que ser regulamentado por um projeto de lei complementar a ser apresentado e aprovado no Congresso Nacional por Deputados e Senadores. Mas, infelizmente, até hoje, apesar de já terem sido apresentados alguns projetos, nenhum prosperou, ficam parados, são engavetados, não transitam, nunca chegaram à votação no plenário.

O motivo para essa paralisia e consequente inexistência do Imposto sobre Grandes Fortunas é óbvio: aqueles que possuem grandes fortunas têm muito poder político também. É diante dessas circunstâncias que percebemos quanto o poder econômico é capaz de se transformar em poder político.

Há alguns brasileiros que possuem dezenas de milhões ou até bilhões de reais em imóveis, obras de arte, automóveis de alto luxo, lanchas, iates, helicópteros, jatinhos, aplicações financeiras. O valor da grande fortuna é fácil de ser calculado. É a soma de todos aqueles bens que são transmissíveis em caso de morte ou que podem ser doados legalmente. Se todo herdeiro de grande fortuna sabe que pode herdar, a Receita Federal também saberá calcular o valor dos bens que poderão ser transformados em herança.

O Imposto sobre Grandes Fortunas não atingiria a classe média e nem mesmo aqueles que são chamados de alta classe média. Só alcançaria a riqueza acumulada por aqueles que são realmente ricos, somente aqueles que possuem dezenas de milhões em bens móveis, imóveis e aplicação financeira.

Segundo o relatório de 2014 do Banco UBS, que é uma instituição especializada em coletar informações sobre fortunas, São Paulo é a sexta cidade do mundo que tem mais pessoas ricas. Já a revista *Forbes* informa que o Brasil tem 65 pessoas que possuem fortunas avaliadas em mais de R\$1 bilhão. A *Forbes* estima que as fortunas dos dez brasileiros mais ricos somariam a quantia de R\$266 bilhões.

Vários países possuem esse tipo de imposto. A França, a Argentina e o Uruguai são alguns exemplos. É comum que exista uma tabela com alíquotas crescentes para valores maiores de riquezas.

Pois bem, vamos a um terceiro ponto: Imposto sobre Herança. O Imposto sobre Herança e Doações é recolhido pelos Estados e o Distrito Federal. A alíquota máxima que pode ser cobrada é de 8% – foi uma decisão do Senado Federal –, mas só três Estados cobram 8%. A maior parte dos Estados brasileiros, sobre herança, Rio e São Paulo, por exemplo, que é onde está o maior número de milionários no Brasil, cobram 4% sobre o imposto de herança.

Eu queria mostrar, aqui, como é que é no mundo. Na Inglaterra, a alíquota máxima, sabe quanto é, de imposto de herança? Quarenta por cento. Inglaterra. Não estamos falando de um país socialista. Quarenta por cento No Japão, 55%. Na França, 60%. No Chile, 35%. No nosso, aqui, 4%.

Imposto de Renda: essa é outra discussão que tem que ser feita com muita calma. É um debate que tem que ser feito. A maior alíquota de Imposto de Renda nossa, aqui no Brasil, é de 27,5%. E o que é triste: um trabalhador que ganha R\$4 mil por mês paga o mesmo percentual que uma pessoa que recebe R\$100 mil, que o diretor de um banco que recebe R\$100 mil. Este é o teto máximo: 27%.

O economista Thomas Piketty esteve no Brasil há pouco tempo – ele escreveu *O Capital no Século XXI* – e falou sobre isso, que um dos maiores problemas do Brasil é que o Imposto de Renda tem uma tributação muito regressiva e nós temos aqui muitos impostos indiretos.

Eu quero dizer como é no mundo. A alíquota mais alta nos Estados Unidos é 39,6%; na Austrália, é 45%; na Inglaterra, 45%; na Bélgica, 50%; Portugal, 48%; Chile, 40%; Holanda, 52%; França, 45%; Japão, 40%; Itália, 43%.

Sabemos que se existisse uma tabela de Imposto de Renda mais progressiva, nós poderíamos desonerar a classe média e desonerar os mais pobres. É importante falar também da correção da tabela do Imposto de Renda pela inflação. Isso tem acontecido ao longo do último período e tem, na verdade, feito com que os que recebem menos sejam cada vez mais chamados a pagar impostos no País. Isso é algo que tem que ser corrigido.

Quinta sugestão: Imposto Territorial Rural. Aumento do ITR sobre grandes propriedades, acima de mil hectares. Muito embora o setor agropecuário responda por 4,85% do PIB, arca com apenas 0,04% de carga tributária por meio do ITR, uma arrecadação pífia. O potencial de arrecadação desse tributo é significativo, uma vez que os latifundiários concentram 52,8% das terras do País em apenas 1,48% das propriedades.

Aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos bancos. Hoje essa contribuição é de 15%. Um aumento de 20% teria um resultado fiscal de mais de R\$5 bilhões.

Eu digo isso, Sr. Presidente, porque, como falei aqui, cresce entre nós, que estamos no Governo... Foi muito importante uma reunião que houve de Senadores do PT com Ministros do Governo da Presidenta Dilma, em que o Ministro Nelson Barbosa anunciou que virão medidas nesse sentido, de uma tributação mais progressiva, que coloque o andar de cima para contribuir com o ajuste fiscal que estamos enfrentando no País.

Sr. Presidente, eram essas as minhas palavras.

Quero dizer à Presidenta Dilma, aos companheiros do meu Partido, aos Ministros do Governo da Presidenta Dilma que vamos fazer a defesa do Governo da Presidenta Dilma aqui, neste plenário, vamos enfrentar esse discurso de ódio das elites do nosso País. Vamos defender o seu Governo, mas queremos que exista uma correção de rumos, porque sabemos que vivemos um momento de radicalização política. O que não podemos fazer neste momento é colocar o País em recessão.

A velha Dilma Coração Valente da campanha eleitoral tem que aparecer, mostrar a nossa estratégia de crescimento econômico, fazer como sempre fez na história. A defesa do emprego para este Governo tem que ser – e vai ser – uma cláusula pétreia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Lindbergh Farias, o Sr. Telmário Mota deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Hélio José.

Durante o discurso do Sr. Lindbergh Farias, o Sr. Hélio José deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a, Senador Lindbergh Farias, do PT do Rio de Janeiro, ao tempo em que passo a palavra ao nobre Senador Hélio José, do PSD do Distrito Federal.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores desta Casa, em reunião recente, as Presidências do Senado Federal e da Câmara dos Deputados acertaram os passos políticos e regimentais quanto aos procedimentos finais em relação às emendas a serem remetidas ao Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2015 (PLOA 2015). Por meio de tal decisão, espera-se encerrar um capítulo espinhoso que tanto tem atrapalhado o andamento econômico e financeiro do País.

Neste ínterim, Sr. Presidente, quero tecer elogios aqui ao Sr. Relator-Geral do PLOA, S. Ex^a o Senador Romero Jucá, pelo esforço de abrir espaço para que cada um de nós, novos Parlamentares empossados a partir deste ano, pudesse fazer emenda da ordem de R\$10 milhões cada um, ao Orçamento da União.

Ali na reunião ficou decidido que os Parlamentares em exercício, titulares ou suplentes, que não houvessem apresentado emendas individuais poderiam ainda indicar ao Relator-Geral a destinação de recursos e programações orçamentárias estabelecidas. Evidentemente que tal prerrogativa somente se justifica à luz do atendimento precípua das graves necessidades públicas brasileiras atuais.

Nesse contexto excepcional, nada mais justo e legítimo que o Congresso Nacional dispensar aos novos Parlamentares eleitos e aos novos suplentes a prerrogativa de apresentarem emenda ao Orçamento de 2015, ainda não votado.

Desse modo, mediante tal expediente processual, atendeu-se a uma demanda que institui ao Parlamento tanto o sentimento quanto o sentido de equilíbrio e igualdade tão caro às democracias modernas.

Na sequência, como é notório e público, a cada Parlamentar coube o montante de R\$10 milhões para agregar ao novo pacote orçamentário.

No meu caso, na condição de representante do Distrito Federal empossado em 2015, não poderia deixar escapar a oportunidade de priorizar a destinação desses recursos para as áreas de saúde, educação e meio ambiente, em ordem decrescente de aporte.

Cumpre, portanto, Sr. Presidente, agora explicitar com quais eixos programáticos cada rubrica se compromete. No caso da saúde, devo esclarecer que, segundo meu cálculo de partilha, R\$5 milhões serão alocados para a estruturação de sistemas fotovoltaicos em Unidades de Atenção Especializada em Saúde do Distrito Federal, em particular hospitais de Ceilândia, do Paranoá e de Samambaia.

Ceilândia é uma das maiores cidades do Distrito Federal, onde há um grande hospital, carente de tudo, em que faltam remédios e insumos básicos. Fiz uma emenda para dar a esse hospital eficiência energética, para que seja autossuficiente em energia elétrica e que o custo fixo de energia mensal não onere mais os cofres do hospital, fazendo com que tenha realmente condições de bem atender à demanda da maior cidade do Distrito Federal, que procura constantemente o hospital de Ceilândia, e com melhores condições. A mesma coisa fiz para o Paranoá, cidade bem próxima daqui, uma das primeiras cidades do Distrito Federal, e também para o hospital da cidade de Samambaia, uma das novas cidades do DF, muito carente e que precisa, realmente, de muita ajuda.

Com isso, objetiva-se a autossuficiência energética, a redução de custos fixos e a maior destinação de recursos orçamentários para atividades-fins, contribuindo para a melhoria da prestação dos serviços de saúde, que ora experimentam uma das mais graves crises da história da Capital.

Na visão de técnicos e economistas, não há como fugir da lógica, Sr. Presidente, contábil que impõe cortes pesados dos custos fixos do Estado, no meio dos quais a explosão das contas com energia elétrica sobressai-se de maneira assustadora.

Procurando exatamente evitar esse gasto mensal é que procurei fazer minhas emendas, carimbadas, para a saúde, para tornar autossuficientes em energia elétrica esses três importantes hospitais do Distrito Federal.

Com se não bastasse, o ciclo de fartura na geração de energia elétrica no Brasil se encerrou em definitivo neste início de século. Nesse cenário de escassez de energia elétrica, todos têm sido afetados pela elevação das tarifas, inclusive as múltiplas repartições do próprio setor público. Esse é o caso das Unidades de Atenção Especializada em Saúde, cujo alto uso de energia acaba por exigir recursos adicionais do Orçamento para pagamento das faturas mensais.

Nessa linha, os sistemas fotovoltaicos devem substituir o sistema atual de consumo de energia nas repartições públicas. Eles se prestam a caminhar na direção da mudança da matriz energética nacional. Como se sabe, o consumo de energia elétrica é considerado um item que muito onera a soma final dos custos fixos, mas que, hoje, pode ser drasticamente reduzido, desde que os investimentos sejam em equipamentos elétricos mais eficientes.

Visando isso é que propiciei essas emendas. Trata-se, afinal de contas, de um setor industrial que desponta no lançamento de produtos de alta sofisticação científica, fabricado, justamente, a partir de desenvolvimentos tecnológicos de última linha.

Graças à destinação desses novos R\$5 milhões aos hospitais do Distrito Federal, o consumo de energia se reduzirá o suficiente para que o restante do Orçamento seja, efetivamente, despendido na saúde, com reflexos imediatos na qualidade da prestação de serviços à comunidade de Brasília, notadamente de Ceilândia, Paranoá e Samambaia, que agora não terão do que reclamar. Assim esperamos, Sr. Presidente.

Então, observando esse caos vigente da saúde do Distrito Federal, herdado do Governo anterior, onde falta, – para o senhor ter uma ideia – Sr. Presidente, nobres Sras e Srs. Senadores, até fio de sutura, falta Novalgina e faltam outros remédios básicos.

Por isso, visando à economicidade, é que peguei os R\$5 milhões que eu tinha direito a investir na saúde e estou investindo em autossuficiência energética para esses três importantes hospitais do DF.

Sr. Presidente, na caso da educação, a coisa não é diferente. Aproximadamente R\$4 milhões serão aplicados, diretamente, na melhoria de 17 escolas selecionadas no Distrito Federal. Por meio desses recursos, custos fixos serão substancialmente represados, drenando parcela significativa do Orçamento para relevantes atividades pedagógicas e educacionais.

Então, não satisfeito em apenas fazer isso para a saúde, procurei fazer para a educação, Sr. Presidente. Selecionei, nas quase 30 regiões administrativas do DF, 17 escolas espalhadas nas principais regiões administrativas, e estou propondo, educativamente, que todas elas sejam transformadas, com autossuficiência energética, via captação fotovoltaica e com a eficientização do uso da energia elétrica, com a troca de todas as lâmpadas por LEDs. Propiciando, assim, uma escola moderna, que servirá como ponto de escola, como ponto de ensino pedagógico, para que esses meninos, dessas escolas, possam levar essa conscientização da necessidade da mudança da matriz energética para suas casas, para seus bairros, demonstrando que o Brasil precisa caminhar para frente – está certo? – com uma nova perspectiva de geração energética para este País.

Acompanhando o mesmo raciocínio empregado no setor de saúde, o montante destinado à educação servirá para incrementar investimentos na troca de equipamentos considerados obsoletos e pernudários no uso de energia elétrica. O desembolso de recursos do Estado, em geração mais barata de eletricidade, tornará as unidades de ensino imunes ao aumento desse insumo, preservando, assim, os recursos para as atividades pedagógicas.

Então, dessa forma, podemos desonerar as escolas dos aumentos futuros, das tarifas energéticas, porque elas já serão autossuficientes na energia elétrica.

Em outras palavras, a esperada economia em despesa com custos fixos proporcionará efetiva liberação de recursos das escolas para melhoria dos projetos didáticos, com reflexos no processo de aprendizado dos alunos.

Desse modo, a qualidade do ensino disporia de condições reais de galgar degraus mais elevados, rumo a uma civilização brasileira desenvolvida, como imaginava nosso saudoso Senador Darcy Ribeiro, criador da Universidade de Brasília, uma das principais instituições de ensino deste País.

É com muita tranquilidade, Presidente, que falo desse item, porque é, na escola, exatamente, que se faz a grande conscientização dos nossos futuros trabalhadores, do futuro do nosso País. E com essa conscientização da eficiência energética, da economicidade no uso desse importante insumo, tanto da energia quanto da água, com certeza, estaremos formando cidadãos mais preparados para o futuro, para este nosso Brasil imenso.

As instituições públicas de ensino do Distrito Federal maximizarão, portanto, o uso de eletricidade em suas dependências, evitando o redirecionamento dos recursos de atividades fixadoras do conhecimento, para arcar com a conta da energia elétrica.

Dentro dos estabelecimentos de ensino contemplados com os recursos que proponho, destaca-se, por exemplo, a Escola Carlos Mota, localizada no Lago Oeste, ali em Sobradinho. Esse senhor chamado Carlos Mota era um diretor da escola, que foi homenageado porque foi drasticamente assassinado por consumidores de

crack que rondavam aquela escola, que era uma escola inovadora e uma escola-modelo, inclusive com prêmios internacionais, aqui no Distrito Federal.

Além disso, a Escola Arapoanga, localizada numa região conhecida por Arapoanga, na grande cidade de Planaltina, que é uma cidade grande de Brasília, será atendida também por esse critério de economicidade de energia elétrica; o Centro de Ensino Médio nº 1, localizado em Sobradinho; igualmente o Centro de Ensino nº 3, localizado na nossa longínqua Brazlândia; como o Centro de Ensino Técnico de Taguatinga Norte (CEMTN); o CG do Gama; e várias outras escolhas espalhadas pelo Distrito Federal e aqui no Plano Piloto também, levando a todos os alunos a conscientização da necessidade da melhor utilização da matriz energética, do aproveitamento da energia solar de uma forma adequada.

Sr. Presidente, por fim, no caso do meio ambiente, pouco mais de R\$1 milhão terão destinação preservacionista, com o propósito de recuperar e conservar as bacias hidrográficas instaladas na geografia da Capital.

Além disso, tais recursos serão estendidos igualmente para o cercamento e revitalização do Parque do Bosque da próxima cidade de São Sebastião, que está aqui, a 25km do nosso Congresso Nacional. Com isso, combate-se o surto de hantavirose que tanto tem apavorado a população daquela área.

Então, Sr. Presidente, Srª Senadora, Srs. Senadores, a 25km apenas daqui, do nosso Congresso Nacional, uma cidade conhecida como Agrovila São Sebastião, que tem esse parque no meio da cidade, chamado de Parque do Bosque, originou a grande crise no Brasil há cerca de três anos, que foi a crise da hantavirose, ali, naquela cidade, num parque no meio da cidade, por causa da sujeira, da falta de cercamento. E eu estarei, estou destinando, desses R\$10 milhões, R\$1,1 milhão para fazer o cercamento e a revitalização desse parque, evitando, exatamente, que nova crise de hantavirose aqui, na beiradinha do Palácio do Planalto, aqui, bem próximo ao Congresso Nacional, volte a acontecer.

Mais detalhadamente, a denominada área de risco de São Sebastião já consta do projeto urbanístico da Capital Federal, designada, enfim, para a implantação do Parque Vivencial e Ecológico de São Sebastião, em substituição ao atual bosque. Com efeito, trata-se de uma área bem conhecida no Distrito Federal, localizada ao longo dos córregos Mato Grande e Santo Antônio da Papuda – onde fica localizado o presídio do DF.

Em larga medida, o espaço destinado ao parque é considerado de risco em função da alta probabilidade de acomodar inundações na época das chuvas, provocando desabamento das precárias habitações que irregularmente ocupam a área, Sr. Presidente. Pelo menos, é assim que o relatório divulgado pela Defesa Civil do Distrito Federal classifica o problema.

A bem da verdade, a degradação progressiva do Bosque se deve à ação indiscriminada de desmatamento e uso de solo por parte das olarias instaladas na região. Para agravar o quadro, técnicos apontam que existe um grande lençol freático aflorado na localidade, com iminente contaminação dos poços de água que abastecem São Sebastião pelas fossas existentes no local.

Em suma, com pouco mais de R\$1 milhão, pretendo contribuir significativamente para a efetivação do Parque Vivencial e Ecológico de São Sebastião, com a expectativa de que os órgãos do GDF deem sequência ao projeto já definido no plano urbanístico da Capital.

Em suma, gostaria de enfatizar que a quantidade de R\$10 milhões que proponho como emenda ao Projeto de Lei Orçamentária para 2015 nada mais é que uma contribuição modesta – mas indispensável – à redução das despesas fixas que tanto oneram o setor público do Distrito Federal. De não menor importância, a prioridade dos gastos na área de saúde, educação e meio ambiente. Parece-nos óbvio, mas, mesmo assim, vale esclarecer que tal escolha se sustenta, indiscutivelmente, na convicção partidária fundada no bem-estar social.

Sr. Presidente, é com a consciência, Sr. Senador, que com tranquilidade, proponho, por meio dessa pequena iniciativa de destinar minhas emendas a mudar nossa matriz energética, a proteger Brasília de mais uma crise de hantavirose, é com essa consciência de estar procurando fazer o melhor para o bem-estar social de nosso povo e para o aprendizado futuro que faço essa ação.

Para o senhor ter uma ideia, se nós pegássemos os 700 quilômetros do canal de transposição do Rio São Francisco e puséssemos nesse canal, em todo ele, células fotovoltaicas em cima, nós teríamos sete milhões de metros quadrados de células fotovoltaicas para captação de energia elétrica. Considerando que cada metro quadrado capta 150 watts de energia elétrica, nós poderíamos captar um total de 1.050 megawatts de energia elétrica, gerando ponta por dia. Isso é o mesmo tamanho de uma Usina Hidroelétrica de Furnas, uma das médias usinas hidroelétricas importantes aqui do Centro-Sul do nosso País, e a gente, dessa forma, poderia estar gerando energia gratuita, que é a energia solar, aproveitando, ali, no Nordeste, para melhor alimentar a nossa população.

Sr. Presidente, é com essa tranquilidade de estar propiciando ao nosso povo, ao nosso setor produtivo, novas maneiras de fazer aproveitamento energético, fazendo trabalho de ensino, é que vou concludo aqui o meu pronunciamento.

Para concluir, Sr. Presidente, convém sublinhar que o nosso papel aqui é de assegurar aos cidadãos de Brasília, aos cidadãos do Brasil nosso compromisso em desenvolver nossa cidade, contribuindo para que o Governo do Distrito Federal adquira condições reais para solucionar os enormes problemas sociais hoje existentes na nossa Capital.

Era isso que eu tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Srs. e Sras. Senadores e Senadoras neste plenário.

É com muita alegria que estou aqui para contribuir, cada dia mais, para a mudança da nossa matriz energética dentro das nossas possibilidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço as palavras do Senador Hélio José, do PSD do Distrito Federal.

Convido, para ocupar a tribuna, o nosso Senador João Capiberibe, do PSB do Amapá.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Elmano Férrer, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado.

V. Ex^a, Sr. Presidente, é um fenômeno da política do Piauí, pelo que eu tenho me informado: de vice-prefeito a prefeito e, depois, a Senador. Então é uma trajetória de alta velocidade. Parabéns!

Sr. Presidente, Senador Hélio, eu vou afirmar aqui algo que vai surpreender os que nos estão ouvindo, os que nos estão assistindo e V. Ex^{as}: sabiam que o Brasil tem a maior fronteira com a França? O Brasil tem uma fronteira extensa, de mais de 600km, com a França e com a União Europeia.

Isso é algo que parece bizarro, parece estranho, mas é verdadeiro. A fronteira do Brasil com a França fica exatamente no Norte do País, na fronteira do meu Estado, o Amapá, com a Guiana Francesa. A Guiana Francesa é um departamento da França. E a afirmação é em função dessa vizinhança – já uma vizinhança histórica e, em alguns momentos, conflituosa.

A *Folha de S.Paulo* da semana passada faz referência à ponte binacional construída sobre o Rio Oiapoque – construída pelo governo francês e pelo Governo brasileiro em uma parceria. Essa ponte foi concluída em 2011 e, até agora, é uma ponte que não une os povos; é uma ponte que não tem utilidade nenhuma por razões que eu vou dar em seguida.

Eu gostaria de falar sobre esta relação do nosso País com a França, que é uma relação, como eu falei, entre tapas e beijos. E eu vou começar lá de trás, de 1895, para que possamos entender o significado dessa ponte conclusa, mas que não é utilizada. Nós conseguimos, depois de alguns conflitos e, inclusive, de confrontos, construir uma ponte que une dois pontos e que estabelece uma relação de amizade mais profunda entre os povos.

No dia 1º de maio de 1895, na pequena Vila do Amapá, um cidadão chamado Francisco Xavier da Veiga Cabral, de apelido Cabralzinho, rechaçou uma invasão francesa sob o comando do Capitão Lunier. Esse fato foi o mais radical da questão do Contestado do Amapá, que foi resolvida somente cinco anos mais tarde. Na verdade, esse fato deu origem a um intenso debate e à conclusão sobre essa região contestada que vai da margem direita do Rio Oiapoque até a margem esquerda do Rio Araguari, praticamente a metade dos 144 mil quilômetros quadrados que compreendem hoje o Estado do Amapá.

E a disputa dessa região, disputada pela França de um lado e pelo Brasil de outro, começa no século XVII e se estende até o dia 1º de dezembro de 1900, quando o Barão do Rio Branco, um diplomata, cuja história inscreveu momentos importantes nos Anais no Ministério das Relações Exteriores, conseguiu convencer a comissão formada pelo governo suíço de que essa parte do território compreendida entre esse dois rios pertencia de fato ao Brasil.

Cabralzinho, que rechaçou essa invasão, foi considerado herói nacional pelas Forças Armadas, ganhando o título de General Honorário do Exército Brasileiro, e pela Maçonaria, da qual Cabralzinho era membro. Ele foi recebido, em São Paulo, como herói e andou de carro aberto.

Essa situação de conflito e de disputa por esse pedaço da Amazônia, um pedaço riquíssimo da Amazônia, foi resolvida com o Laudo Suíço, expedido pelo Presidente Walter Hauser, da Suíça, como já falei, em 1º de dezembro de 1900. Aí o Brasil conquista esse espaço geográfico e o integra ao Estado do Pará, à época.

De 1895 até 1995, nessa região vizinha e tão próxima, os povos viviam de costas uns para os outros. Imagine que um conflito que se resolveu em 1900 terminou se estendendo, mantendo uma indiferença entre os moradores daquela região. E são moradores vizinhos, com problemas muito semelhantes. Entre as fronteiras dos dois países, há uma circulação não só de pessoas, mas também de todo o tipo de transmissão de doenças. O mosquito da malária não usa passaporte para atravessar de um lado para o outro, nem o da dengue, nem agora o da chikungunya, que entrou pela Guiana. Então, esses insetos não têm passaporte, passam direto. Agora, é preciso que essas populações se juntem para cooperar para combatê-los.

Em 1995, eu assumi o Governo do Amapá. Lembro que, à época, decidimos buscar uma aproximação com a Guiana Francesa e com a França, e fui convidado a participar de um seminário sobre doenças tropicais. Fui, então, a Caiena e procurei as autoridades francesas com a proposta de definirmos uma cooperação entre os dois Estados vizinhos.

Só que nós esbarramos numa dificuldade legal, porque o Brasil ainda não tinha renovado o seu acordo de cooperação com a França – e a relação com ela estava estremecida desde o período da ditadura. A França não teve uma relação, digamos, fraterna com o Brasil em função da violência praticada pela ditadura, pelas torturas praticadas nos porões da ditadura naquela época. Então, a França se retraiu. E só a partir de 1995/1996, com a ascensão de Fernando Henrique à Presidência da República, foi que se restabeleceram as conversações com a França.

Eu estive na Guiana em setembro de 1995 para esse primeiro encontro e encontrei lá um parceiro de primeira hora, que era o Governador da Guiana, que é o Presidente do Conselho Regional. O sistema político da França é completamente diferente, e para o brasileiro, às vezes, é difícil de entender. O meu homólogo seria Antoine Karam, que era o Governador na época, e com quem nos entendemos muito bem. Daí nós passamos a construir essa aproximação. E, quando o Itamaraty discutia com o Ministério das Relações Exteriores da França a renovação do acordo de cooperação, nós, as duas regiões, pedimos para participar desse debate. E, finalmente concluído, o acordo foi renovado em maio de 1996. E nós introduzimos uma cláusula, Sr. Presidente, que foi a cláusula sexta do Acordo-Quadro de Cooperação Franco-Brasileira, incluindo a possibilidade da cooperação regional. Fizemos ali um marco definitivo que permitia legalmente essa cooperação entre o Departamento Francês da Guiana e o Estado do Amapá. Em seguida, houve vários encontros aqui no Ministério das Relações Exteriores, e fizemos uma proposta do encontro entre o Presidente Fernando Henrique e o Presidente Jacques Chirac. Esse encontro de fato se efetivou. Após a assinatura do Acordo-Quadro, nós, então, assinamos um acordo de cooperação transfronteiriça juntando as autoridades do Amapá com as de Guiana para desenvolver uma série de projetos entre os dois Estados regionais.

Assim, nós introduzimos na Guiana a língua portuguesa, até porque 15% da população da Guiana são de brasileiros. E era muito importante que introduzíssemos a língua portuguesa nas escolas da Guiana, e também introduzimos a língua francesa nas escolas do Amapá. Desenvolvemos cooperação científica, de pesquisa, cultural e uma série de atividades tratando de aproximar os dois países. Criamos um centro de cultura e de língua francesa no Amapá, que hoje tem uma importância grande. E homenageamos a Primeira-Dama da França Danielle Mitterrand, menos por ela ser Primeira-Dama da França, mas pelo que ela representou desde a resistência francesa até a sua luta em defesa dos povos sem voz do mundo e principalmente em defesa da água, no que ela tinha inteira razão, defendendo o uso sustentável, correto, racional da água. E ela faleceu defendendo essas teses, e, por isso, nós a homenageamos.

Nesse encontro entre Fernando Henrique e Jacques Chirac em 1997, entre vários acordos de cooperação, decidiu-se construir a ponte sobre o Rio Oiapoque e também pavimentar a BR-156, que vai de Macapá até o Oiapoque, e a estrada do lado da Guiana, que vai de Regina até São Jorge do Oiapoque. É um trecho curto; o nosso trecho era longo.

Vejam a estratégia de inserção do Brasil, o que está por trás disso. Já há algumas teses de doutorado em cima dessa ofensiva diplomática do Amapá em relação à França.

Nessa época, até 1997, 1998, o Amapá não participava de um grande programa do governo de então chamado Avança Brasil. O Amapá não avançava, estava fora, estava excluído. Com a assinatura dos acordos de cooperação transfronteiriça e a assinatura do Acordo Franco-Brasileiro, o Amapá passou a fazer parte do programa Avança Brasil – e, pela primeira vez na história, o Governo Federal coloca recursos para a construção de uma BR, que é uma estrada federal. O primeiro recurso que chega para a construção dessa estrada é em 2001. Imaginem construir uma estrada federal com recurso estadual! Era essa a lógica, porque, como o Estado não estava nos programas federais, não havia acesso a recurso.

Em 2001, finalmente, depois desses acordos, depois da decisão de 1997, celebra-se o acordo de construção da ponte sobre o Rio Oiapoque. Eu deixei o governo em abril de 2002, mas, como Parlamentar, eu continuei a insistir no avanço das relações entre o Amapá e a Guiana Francesa.

Em 2005, foi promulgado o acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre o projeto de construção da ponte sobre o Rio Oiapoque.

Em 2006, a Assembleia Nacional Francesa autorizou a construção da ponte sobre o Rio Oiapoque. Nesse mesmo ano, em visita oficial ao Brasil, o Presidente da França Jacques Chirac mencionou em discurso a importância da construção da ponte sobre o Rio Oiapoque.

Finalmente, em 2007, foi promulgado o acordo entre Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, relativo à construção da ponte rodoviária sobre o Rio Oiapoque, ligando a Guiana Francesa e o Estado do Amapá.

Aí eu volto para os dias de hoje. Na semana passada, a *Folha de S.Paulo* trouxe uma reportagem sob o título “Brasil ‘abandona’ a ponte construída com a França”. E, no editorial, a *Folha de S.Paulo* trata dessa questão da ponte com o título – entre aspas: “Ponte nada pontual”. O editorial começa com uma estocada certeira – abre aspas: “Atrasos na execução de obras se tornam um deplorável hábito da administração pública brasileira”.

Única ligação entre o Oiapoque, no Amapá, e Saint George de L'Oyapock, na Guiana Francesa, a obra de 378 metros – orçada em R\$61 milhões e bancada por Brasil e França (...) Concluída desde 2011, não possui, todavia, previsão para ser inaugurada.

O traçado continua bloqueado, porque o Governo brasileiro...

Agora, imaginem como é que podemos nos apresentar no cenário internacional com tamanha irresponsabilidade?

O Brasil não cumpre sua parte do acordo porque, até agora, não concluiu o complexo aduaneiro com postos da Polícia Rodoviária, da Polícia Federal, do Ibama e da Anvisa. A extensão que vai da BR-156 até a ponte está pronta, foi refeita pelo Governador Camilo Capiberibe, que acaba de deixar o governo. Está lá a ponte desde 2011, mas falta construir o prédio para a Aduana, falta construir o prédio para a Polícia Federal, falta construir o prédio para a Anvisa. É o que falta. Os acordos de ir e vir já foram encaminhados pelo Itamaraty, bem como o seguro de veículos, tudo o que se faz necessário para que nossos artigos possam ir à França e para que os franceses possam vir ao nosso País. Tudo está pronto. Na França, está tudo pronto desde 2011. Eles construíram todos os prédios, inclusive as moradias para os servidores, para os funcionários, e nós, até hoje, não o fizemos. Nós não inauguramos essa ponte exatamente por isso. Inclusive, já existe até efetivo do lado brasileiro, mas não há a estrutura.

Nós, ainda há pouco, discutímos sobre esse sucesso da China, país comunista, como todos nós sabemos. Na minha geração, quando falavam da China, as pessoas se benziam. Diziam: “Terríveis comunistas, Mao Tsé-Tung, revolução cultural”. Hoje, a China é admirada, é um sucesso global. O Brasil precisa se organizar para abrir as portas ao grande capital, tendo em vista não ficar nesse capitalismo capenga. A França as abriu, associou-se ao capitalismo e cresce entre 8% e 10% ao ano. Um país comunista se associa ao capitalismo global e dá uma arrancada no desenvolvimento do seu povo. Nós temos as mesmas possibilidades de fazer isso. Mas o que não dá é agir com tamanha irresponsabilidade!

Eu queria pedir a atenção do Ministro dos Transportes e da Presidência da República para esse fato. Isso é uma vergonha para o País! Como é que a gente constrói uma ponte de mais de mais de R\$60 milhões e a abandona?

Uma ponte que vai unir as pessoas, que vai permitir o ir e vir das pessoas, está completamente abandonada! É esse nível de irresponsabilidade que dificulta, que atravanca, que atrasa o desenvolvimento brasileiro.

Uma crise se avizinha: a crise econômica. A crise política já está instalada. Qual a saída para a crise econômica? Em 2008, desoneraram impostos, tomaram várias atitudes estimulando o consumo, mas, agora, não há mais isso. Agora, precisamos de investimentos. Se a gente conseguisse fazer a regra que os chineses fizeram, o capital viria para cá, e a gente daria um sopro neste País. O nosso problema é político.

E, por falar em problema político, finalizo, dizendo que precisamos fazer a reforma. Sr. Presidente, neste plenário, na Câmara, em qualquer lugar deste País, todo mundo é unânime em assegurar que é necessário fazer uma reforma política. Mas é preciso dar o primeiro passo. Para dar o primeiro passo, é preciso um diagnóstico claro. Como diz o Senador Cristovam, onde é que nós erramos?

A democracia tornou este País, num espaço de 30 anos, um País reconhecido, um País com projeção, um País infinitamente melhor do que era. A democracia teve muitos acertos, mas também teve alguns erros. E temos de identificar esses erros. Do meu ponto de vista, um dos erros da reconstrução do processo democrático foi a reeleição, a instituição da reeleição em 1997, porque isso mudou a cabeça dos políticos. A reeleição, Sr. Presidente, mudou a cabeça dos políticos. Os políticos e os partidos passaram a pensar na reeleição.

Lembro que, na campanha do ano passado, a disputa era para quem conseguisse fazer um cesto maior de siglas partidárias em função do tempo. A grande preocupação era com as coligações. E aí se juntam partidos antagônicos do ponto de vista político-ideológico.

Não interessa se os partidos pensam de forma oposta ou conflituosa, interessa que se some ali o tempo de rádio e de televisão para poder ganhar a eleição. E, depois que ganha a eleição, já não é mais a coligação, mas a coalizão que interessa, e, na coalizão, entram também partidos de todas as cores. Esse sistema de gover-

nança no Brasil está esgotado. Esse sistema promove o loteamento de cargos públicos e não funciona, porque o Estado brasileiro apresenta serviços precários para a sua sociedade.

Então, considero um erro grave da reconstrução democrática na hora em que instituímos a reeleição. Não custa nada agora reconhecer nossas falhas. Não interessa! Eu, na época, era a favor da reeleição, achava que isso era bom porque criava certa estabilidade, mas, num País como o nosso, patrimonialista, clientelista, onde as leis não são respeitadas, a reeleição aprofundou a crise.

Acho que chegou a hora de começar a reforma política por um projeto simples, e esse projeto está tramitando aqui, é o da Senadora Lídice da Mata, com quem eu conversava ainda há pouco. O projeto simplesmente acaba com a reeleição. Se acabarmos com a reeleição, logo em seguida, vamos ter de discutir a coincidência de mandatos; o tamanho dos mandatos, se de cinco anos ou de seis anos; a coincidência de eleição. Ou seja, primeiro, vamos aprovar! Isso aconteceu lá atrás. Em junho de 1997, aprovaram pura e simplesmente a reeleição de Presidente, de Governador e de Prefeito. Depois, então, legislou-se para dar sequência a isso. Agora, cabe uma medida.

Acredito que a sociedade espera de nós, do Senado da República, do Congresso Nacional, uma decisão que atenda esta aspiração: fim da reeleição, fim do financiamento empresarial de campanha. Aí não há mais justificativa.

Vejam só, por exemplo, o drama que a Câmara Federal está vivendo na hora de instalar uma CPI.

Instala-se a CPI. Dos membros da CPI, oito ou dez Deputados receberam contribuição legal. É legal! Mas veja, Sr. Presidente: se alguém lhe dá uma prenda, se alguém lhe manda flores, você não responde com bala de canhão. A empresa ajudou a eleger esses Deputados. É uma situação um pouco difícil. No mínimo, os Deputados poderiam se declarar impedidos, porque receberam aquele carinho. Quem recebe carinho tem de devolver com carinho também.

Por isso, aqui, no Senado, a nossa Bancada, a Bancada do nosso Partido, o PSB, decidiu não assinar a CPI da Petrobras enquanto o Procurador-Geral da República não disser quais são aqueles Senadores ou Senadoras, se é que eles existem, que possivelmente estarão envolvidos nesse processo. Nós não queremos passar por esse vexame. O Senado se reúne, os líderes se reúnem e indicam os Senadores, e amanhã esses Senadores aparecem investigados. Esse é um vexame. Não podemos mais correr esse risco de descrédito da sociedade brasileira.

Mas estou convencido de que, se nós nos entendermos... Amanhã, haverá reunião do Colégio de Líderes. Vou propor que agilizemos a PEC que acaba com a reeleição. Já há outros projetos na Casa, e não é necessário que eu os apresente. Já existe projeto tramitando que acaba com a reeleição. Há mais de um projeto que acaba com a reeleição e que acaba também com o financiamento empresarial de campanha. Acredito que a única maneira com que podemos estimular, incentivar o retorno da militância política é acabando também com o voto obrigatório. São três pontos que se cruzam. Se acabarmos com o voto obrigatório, as campanhas serão financiadas por pessoas físicas; o militante, o cidadão poderá contribuir com recursos para a campanha e poderá contribuir com sua energia, com seu trabalho e com sua crença para um País melhor.

Portanto, era isso, Sr. Presidente. Essa é a tentativa de entender e de ajudar.

Tenho pedido a quem me segue no Facebook e no Twitter que nos ajude, que nos mande ideias, sugestões, para que possamos debater e até transformar em projetos de lei.

Então, são estes três pontos: fim da reeleição, fim do financiamento empresarial de campanha e fim do voto obrigatório. Depois, vamos legislar para organizar como vamos fazer as próximas eleições.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Obrigado, Senador, por suas palavras e pelas considerações feitas por V. Ex^a.

Considerando que o único orador inscrito não está presente, declaramos encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 12 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PMDB - Fernando Ribeiro* (S)
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
Bloco-PT - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSDB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Luiz Henrique*
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco da Maioria - 22**PMDB-18 / PSD-4**

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Fernando Ribeiro.	PMDB / PA
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PSD / DF
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Luiz Henrique.	PMDB / SC
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco de Apoio ao Governo - 20**PT-14 / PDT-6**

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Angela Portela.	PT / RR
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Marta Suplicy.	PT / SP
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

Bloco Parlamentar da Oposição - 16**PSDB-11 / DEM-5**

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA

José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Lúcia Vânia.	PSDB / GO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Morais.	DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9**PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1**

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9**PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1**

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Randolfe Rodrigues.	PSOL / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

PP - 5

Ana Amélia.	RS
Benedito de Lira.	AL
Ciro Nogueira.	PI
Gladson Cameli.	AC
Ivo Cassol.	RO

Bloco da Maioria.	22
Bloco de Apoio ao Governo.	20
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	9
PP.	5
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA (por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Ana Amélia* (PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSDB-GO)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Luiz Henrique* (Bloco-PMDB-SC)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Marta Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Ribeiro* (Bloco-PMDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4º SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22 Líder do PMDB - 18 Líder do PSD - 4 Omar Aziz (11) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 20 Líder Humberto Costa - PT (21,27) Líder do PT - 14 Humberto Costa (21,27) Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (10) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (9)	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16 Líder Alvaro Dias - PSDB (22) Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (15) Vice-Líder do PSDB Paulo Bauer (23) Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (3)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9 Líder Lídice da Mata - PSB (19,29) Vice-Líderes José Medeiros (13,17,25) Vanessa Grazziotin (20,26) Randolfe Rodrigues (24,28) Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,16) Líder do PPS - 1 José Medeiros (13,17,25) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,28) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (20,26)	Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9 Líder Fernando Collor - PTB (7,8) Vice-Líderes Blairo Maggi (6) Eduardo Amorim (5) Marcelo Crivella (2,4) Líder do PTB - 3 Fernando Collor (7,8) Líder do PR - 4 Blairo Maggi (6) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (5) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,4)	PP - 5 Líder Benedito de Lira - PP (14,18)

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
9. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
10. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
11. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
14. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
15. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
16. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
19. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
20. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
21. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
22. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).

- 24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
- 25. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
- 26. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
- 27. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
- 28. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
- 29. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) T - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) OMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR IN LOCO A SITUAÇÃO NA VENEZUELA

Finalidade: Verificar, in loco, nos termos do Requerimento nº 77, de 2015, a situação na Venezuela, estabelecer diálogo com membros do parlamento local, e com interlocutores representativos das oposições e da sociedade civil, bem como, se possível, com as autoridades daquele país.

MEMBROS

3) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemburg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemburg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
	7.
	8.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Paulo Bauer (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3.
PP	
	1.
	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB)

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 311-3516/4605

Fax: 3303-4344

E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605/3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Morais (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	2.
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	3.
	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2.
	3.
PP	
	1.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
	7.
	8.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senadora Marta Suplicy (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Wilder Morais (DEM)
Senador Aécio Neves (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) (1)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Alvaro Dias (PSDB) (2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senador João Capiberibe (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)
PP	
	1.
	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

72

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5.
	6.
	7.
	8.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senadora Angéla Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.
PP	
	1.
	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: scomce@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: juloric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, edição, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	4.
	5.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Paulo Rocha (PT)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.
Senador Douglas Cintra (PTB)	2.
PP	
	1.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes de Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	3.
	4.
	5.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	3. Senador Lasier Martins (PDT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Reguffe (PDT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1.
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.
PP	
	1.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davi Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 10, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. Senadora Marta Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)
PP	
	1.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 3, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.leg.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a criação da Subcomissão Permanente para a Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras, destinada a tratar de assuntos de seu interesse.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 5, de 2006)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 61 3303-3546

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 9, de 2009)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 61 3303-3546

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angéla Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2.
Senador Elmano Férrer (PTB)	3.
PP	
	1.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Angéla Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLEDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 32, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador José Maranhão (PMDB)	2. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2. Senadora Lúcia Vânia (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1.
Senador Elmano Férrer (PTB)	2.
PP	
	1.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	5.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Morais (DEM)
	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
PP	
	1.

Notas:

- *. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).
- **. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 04/2015-BLUFOR).
- ****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
	5.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1.
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.
PP	
	1.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 04/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Finalidade: Discutir os serviços prestados ao cidadão e à sociedade mediante o uso de informática.

(Requerimento Da Comissão De Ciência, Tec., Inov., Com. E Informática 4, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
1.	
2.	
3.	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
1.	
2.	
3.	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM)	1. Sena a Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1.
PP	
	1.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
PT	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
PSDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PTB	
VAGO	1. VAGO
PP	
VAGO	1.
PDT	
VAGO	1.
PSB	
VAGO	1. VAGO
DEM	
VAGO	1. VAGO
PR	
VAGO	1. VAGO
PSD	
VAGO	1. VAGO
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
	COORDENADOR

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL
(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
(*Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.*)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 31/01/2015

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(*Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009*)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(*Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010*)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 30/11/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 21/03/2012
4^a Designação: 11/03/2013
5^a Designação: 20/05/2014

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

PRB

VAGO (3)

PSC

PSOL

VAGO (1)

PROS

SD

VAGO (2)

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. O Senador Randolfe Rodrigues foi designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. nº 0054-GSRR, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
2. O Senador Vicentinho Alves foi designado para ocupar a vaga do SD, conforme Of. nº 236/2014- GSVALV, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
3. Em 17.11.2014, vago em virtude de o Senador Marcelo Crivella ter comunicado sua desistência de ocupar a vaga do Partido Republicano Brasileiro ? PRB, conforme Ofício nº 042d/2014 ? GSMC, datado de 11.11.2014, lido na sessão do Senado Federal de 17.11.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

SD

VAGO

PROS

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(*Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012*)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL
(*Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013*)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

PP

VAGO

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO
(*Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.*)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 20/12/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

PP

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

SD

VAGO

Atualização: 31/01/2015

COMPOSIÇÃO COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN) Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)⁽¹⁾

Relator do PLDO: Vital do Rêgo (-)⁽³³⁾

Relator do PLOA: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)⁽³²⁾

Designação: 19/03/2014

Instalação: 25/03/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Eunício Oliveira - PMDB/CE	1. VAGO
Romero Jucá - PMDB/RR	2. VAGO ⁽³⁴⁾
Waldemir Moka - PMDB/MS	3. Valdir Raupp - PMDB/RO ⁽²⁾
Ana Amélia - PP/RS	4. VAGO
Gleisi Hoffmann - PT/PR	1. Humberto Costa - PT/PE ⁽³⁰⁾
Jorge Viana - PT/AC	2. Angela Portela - PT/RR
Zeze Perrella - PDT/MG	3. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
VAGO	1. VAGO
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	2. VAGO
VAGO ⁽²⁴⁾	1. VAGO
VAGO ⁽¹⁵⁾	2. VAGO ⁽¹⁵⁾
Vicentinho Alves - PR/TO	1. Ataídes Oliveira - PSDB/TO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (17,35)
VAGO (35)	3. VAGO (8,35)
VAGO (35)	4. VAGO (35)
VAGO (35)	5. VAGO (35)
PMDB	
VAGO (31,5,29,35)	1. VAGO (5,35)
VAGO (5,35)	2. VAGO (10,35)
VAGO (10,35)	3. VAGO (35)
VAGO (35)	4. VAGO (27,35)
VAGO (35)	5. VAGO (28,35)
PSDB	
VAGO (35)	1. VAGO (11,35)
VAGO (35)	2. VAGO (16,35)
VAGO (35)	3. VAGO (18,35)
PSD	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (26,35)
VAGO (4,35)	3. VAGO (4,35)
PP	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (9,35)	2. VAGO (35)
VAGO (35)	3. VAGO (35)
PR	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
PSB	
VAGO (20,35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
DEM	
VAGO (35)	1. VAGO (12,35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
SD	
VAGO (7,22,35)	1. VAGO (7,23,22,35)
PTB	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
Bloco PV, PPS	
VAGO (13,25,35)	1. VAGO (35)
PROS	
VAGO (6,35)	1. VAGO (6,35)

TITULARES	SUPLENTES
PDT	
VAGO (19,35)	1. VAGO (19,35)
PCdoB	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
PSC	
VAGO (35)	1. VAGO (14,35)
PSOL	
VAGO (3,35)	1. VAGO (3,35)
PRB	
VAGO (35)	

Notas:

*. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

1. Mesa eleita em 25-3-2014.
2. Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.
3. Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.
4. Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.
5. Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.
6. Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.
7. Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SDD.
8. Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.
9. Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.
10. Designados o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.
11. Designado o Deputado Izalci, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.
12. Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.
13. Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.
14. Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 152 de 2014, da Liderança do PSC.
15. Designado o Senador Mozarildo Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 59 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
16. Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.
17. Designado o Deputado Geraldo Simões, em substituição ao Deputado Márcio Macêdo, em 13-5-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.
18. Designado o Deputado Alfredo Kaefer, como suplente, em vaga existente, em 4-6-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 650, de 2014, da Liderança do PSDB.
19. Designado, como membro titular, o Deputado Marcos Rogério, em substituição ao Deputado Félix Mendonça Júnior, e, como membro suplente, o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado Marcos Rogério, em 9-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2014, da Liderança do PDT.
20. Vago em razão da afastamento do Deputado Alexandre Toledo em 10-7-2014, nos termos do art. 56, II e §1º, da Constituição Federal e arts. 235, II e III, e 236, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
21. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Pimenta, em substituição ao Deputado Pedro Uczai, em 8-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 936, de 2014, da Liderança do PT.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Benjamin Maranhão, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, e, como membro suplente, o Deputado Henrique Oliveira, em substituição ao Deputado Benjamin Maranhão, em 6-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2014, da Liderança do SD.
23. Designado, como membro suplente, o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353, de 2014, da Liderança do SD.
24. Designado, como membro titular, o Senador Alfredo Nascimento, em substituição ao Senador Antonio Carlos Rodrigues, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 73, de 2014, da Liderança do BLUFOR.

25. Designado, como membro titular, o Deputado Penna, em substituição ao Deputado Paulo Wagner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2014, das Lideranças do PV e do PPS.

26. Designado, como membro titular, o Deputado Geraldo Thadeu, em substituição ao Deputado Roberto Dorner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PSD.

27. Designado, como membro suplente, o Deputado Júnior Coimbra, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.

28. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Setimo, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.

29. Designado, como membro titular, o Deputado Eduardo Cunha, em substituição ao Deputado Alexandre Santos, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1054, de 2014, da Liderança do PMDB.

30. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador João Capiberibe, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83, de 2014, da Liderança do PT.

31. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Santos, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, em 26-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1062, de 2014, da Liderança do PMDB.

32. Relator do PLOA 2015 (PLN 13/2014)

33. Relator do PLDO 2015 (PLN 3/2014)

34. Em virtude de renúncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, conforme ofício nº 23, de 2014, lido em Plenário em 22/12/2014

35. Vago em virtude do final da 54ª Legislatura.

Secretário: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefone(s): 3216-6892 **Fax:** 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C", Sala 08, Térreo

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I - Infraestrutura	Deputado Waldenor Pereira (PT-BA)
II - Saúde	Senador Jorge Viana (PT-AC)
III - Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG)
IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Deputado Cyro Miranda (-)
V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Geraldo Resende (PMDB-MS)
VII - Justiça e Defesa	Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VIII - Poderes do Estado e Representação	Deputado João Leão (-)
IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Deputado Moreira Mendes (-)
X - Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Carlos Bacelar (PR-BA)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Gastão Vieira (-)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSB	Senador João Capiberibe (PSB / AP)
PSDB	Senador Flexa Ribeiro (PSDB / PA)
PR	Deputado Alfredo Nascimento (PR / AM)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Gastão Vieira
PR	Deputado João Maia
PSD	Deputado Eliene Lima
PTB	Deputado Arnon Bezerra (PTB)
PSB	Deputado Paulo Foleto (PSB)
PP	Deputado Sandes Júnior (PP)
PT	Deputado Ronaldo Zulke
PSDB	Deputado Cesar Colnago

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PCdoB	Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB / AM)

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador João Alberto Souza (PMDB / MA)
SD	Senador Vicentinho Alves (PR / TO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSDB	Deputado Nilson Leitão (PSDB)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
PSD	Deputado Urzeni Rocha
PSC	Deputado Silvio Costa (PSC)
PSOL	Deputado Ivan Valente (PSOL)
PROS	Deputado Givaldo Carimbão (PROS)
PMDB	Deputado João Magalhães
DEM	Deputado Felipe Maia (DEM)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Deputado Paulo Pimenta (PT-RS)⁽¹⁾

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador Vital do Rêgo
PTB	Senador Mozarildo Cavalcanti
PSDB	Senador Cyro Miranda

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Paulo Pimenta (PT)
PMDB	Deputado Sandro Mabel
PSB	Deputado Alexandre Roso
PSD	Deputado Roberto Dorner
PDT	Deputado Marcos Rogério (PDT)
PP	Deputado Betinho Rosado
PPS	Deputado Arnaldo Jardim (PPS)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senadora Gleisi Hoffmann (PT / PR)
PP	Senadora Ana Amélia (PP / RS)
PMDB	Senador Valdir Raupp (PMDB / RO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Assis Carvalho (PT)
PT	Deputado Luiz Alberto
PMDB	Deputado Alexandre Santos
PR	Deputado Luciano Castro
PSD	Deputado Moreira Mendes
PP	Deputado Lázaro Botelho (PP)
PCdoB	Deputado Daniel Almeida (PCdoB)
SD	Deputado Benjamin Maranhão (SD)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

Instalação: 27/02/2013

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 61 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

Resolução nº 02, de 2013-CN (Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO
Líder da Maioria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder da Minoria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Maioria VAGO	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria VAGO	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional VAGO	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocom@senado.leg.br

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Resolução nº 2, de 2014

Número de membros: 4 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

Telefone(s): 61 3303-3503

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Resolução nº 1, de 2014-CN

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 12 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3507

E-mail: cocm@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)	2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder da Maioria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder da Minoria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania VAGO	Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania VAGO
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional VAGO	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO

Atualização: 04/02/2015

Conselho de Comunicação Social

Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 3 Senadores e 3 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PMDB VAGO	PDT VAGO
PSDB VAGO	PMDB VAGO
PT VAGO	PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional VAGO	

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

scop@senado.leg.br

**Edição de hoje: 156 páginas
(O.S. 10466/2015)**

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

**SENADO
FEDERAL**

